



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS (ICHL)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E  
CULTURA NA AMAZÔNIA (PPGSCA)



Maurício Adu Schwade

Riquezas materiais e imateriais:  
relações cidade e campo na Amazônia

Manaus, 2014

Maurício Adu Schwade

Riquezas materiais e imateriais:  
relações cidade e campo na Amazônia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA/ICHL/Ufam), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia. Área de concentração: Processos socioculturais na Amazônia. Linha de pesquisa: Redes, Processos e Formas de Conhecimentos.

Orientador: Professor Doutor José Aldemir de Oliveira.

Manaus, 2014.

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S398r Schwade, Maurício Adu  
Riquezas materiais e imateriais: : relações cidade e campo na  
Amazônia / Maurício Adu Schwade. 2014  
176 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Dr. José Aldemir de Oliveira  
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -  
Universidade Federal do Amazonas.

1. Amazônia: produção do espaço. 2. cidade-campo. 3. riqueza  
material e imaterial. 4. Itacoatiara-AM. 5. interdisciplinar. I. Oliveira,  
Dr. José Aldemir de II. Universidade Federal do Amazonas III.  
Título



## ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DO ALUNO

### MAURÍCIO ADU SCHWADE

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, às 14h00 (quatorze horas), no miniauditório do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia do Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL da Universidade Federal do Amazonas, situado na Av. General Rodrigo Octávio, 6200, nesta Capital, ocorreu a sessão Pública de Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada “**RIQUEZAS MATERIAIS E IMATERIAIS: RELAÇÕES CIDADE E CAMPO NA AMAZÔNIA**”, apresentada pelo(a) aluno(a) *Maurício Adu Schwade*, que concluiu todos os pré-requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, conforme estabelece os Artigos 40 e 41 do Regimento Interno do Curso. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Prof.(<sup>a</sup>) Dr.(<sup>a</sup>) José Aldemir de Oliveira - UFAM, orientador(a) e Presidente da Banca Examinadora, que foi constituída, ainda, pelo(a) Prof.(<sup>a</sup>) Dr.(<sup>a</sup>) José Ribamar Bessa Freire – UERJ e pelo(a) Prof.(<sup>a</sup>) Dr.(<sup>a</sup>) Alfredo Wagner Berno de Almeida– UFAM. A Banca Examinadora, tendo decidido aceitar a dissertação, passou a arguição pública do(a) mestrando(a). Encerrados os trabalhos, os examinadores expressaram o seguinte parecer:

- Prof.(<sup>a</sup>) Dr.(<sup>a</sup>) José Aldemir de Oliveira

Parecer: (Aprovado) Assinatura: [Assinatura]

- Prof.(<sup>a</sup>) Dr.(<sup>a</sup>) José Ribamar Bessa Freire

Parecer: (Aprovado) Assinatura: [Assinatura]

- Prof.(<sup>a</sup>) Dr.(<sup>a</sup>) Alfredo Wagner Berno de Almeida

Parecer: (Aprovado) Assinatura: [Assinatura]



Parecer Final

*Deve cumprir os detalhes acadêmicos o  
trabalho tem mérito e após as devidas  
correções deve ser recomendado para publicação.*

Presidente da Banca Examinadora

Proclamados os resultados, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu, Caio Roberto de Souza Cunha, secretário do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA, lavrei a presente Ata, que assino juntamente com os membros da Banca Examinadora.

Manaus (AM), 29 de Julho de 2014.

- Prof.º Dr.º José Aldemir de Oliveira

- Prof.º Dr.º José Ribamar Bessa Freire

- Prof.º Dr.º Alfredo Wagner Berno de Almeida

Secretário

À Doroti Alice Müller Schwade,  
*in memoriam,*  
e a Egdio Schwade

## **Agradecimentos**

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa concedida.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira (Nepecab/Ufam), à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por propiciar que a pesquisa fosse realizada no âmbito do projeto 'Cidades amazônicas: dinâmicas espaciais, rede urbana local e regional', financiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelências da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – Pronex/Fapeam/CNPq (projeto número 1055/2011).

A todas as pessoas que colaboraram direta ou indiretamente para a realização desta pesquisa.

## RESUMO

Discute as relações estabelecidas por pessoas domiciliadas nas cidades com os espaços fora da cidade, o campo, considerado como interior, na Amazônia, procurando entender as estratégias utilizadas pelos sujeitos que vivem nas pequenas e médias cidades na busca por satisfazer suas necessidades. Partiu-se da hipótese de que as economias das populações das cidades amazônicas não se restringem à participação em circuitos de mercado. Trata-se de um trabalho interdisciplinar que utiliza ferramentas conceituais e estratégias metodológicas da etnologia, da economia, da geografia e da história, o que possibilita entender as pessoas que vivem no local como sujeitos construtores do espaço e de espacialidades. Inicia-se discutindo a produção de riqueza, espaço e cidades na Amazônia. Em seguida situa o *locus* da pesquisa de campo, a cidade de Itacoatiara-AM, no tempo e no espaço buscando reconstituir o processo histórico de formação da cidade ao tempo que identifica sujeitos que participaram e que participam desse processo, bem como os conflitos que dão contorno ao processo de produção do espaço e de espacialidades. Por fim, reflete sobre as formas de criação de riqueza material e imaterial por parte dos moradores da cidade a partir de dados e entrevistas feitas com moradores do bairro do Jauary em Itacoatiara-AM, bem como do olhar curioso que nota e anota, associa e distingue por meio de conversas sem perder o rigor teórico e metodológico. Conclui que a pluralidade de estratégias de vivência estabelecidas pelas populações amazônicas deve ser reconhecida como condição para a construção da sustentabilidade e para a manutenção e ampliação das possibilidades de satisfação material e imaterial, objetivas e subjetivas das populações locais. O olhar que reduz a Amazônia à simples localização de recursos a serem explorados deve ser superado, revelando-a como espaço de uso, de produção de satisfação, de vivência, enfim, como possibilidades sempre renovadas de realização da vida.

**Palavras-chave:** Amazônia; produção do espaço; cidade-campo; riqueza material e imaterial.

## RESUMEN

Analiza las relaciones establecidas por los residentes en las ciudades con el espacio fuera de la ciudad, el campo, considerado *interior*, dentro de la Amazonía. Busca comprender las estrategias utilizadas por las personas que viven en ciudades pequeñas y medianas de la Amazonia en busca de satisfacer sus necesidades. Partió de la hipótesis de que las economías de las poblaciones de las ciudades amazónicas no se limitan a la participación en los circuitos de mercado. Este es un trabajo interdisciplinario que utiliza herramientas conceptuales y estrategias metodológicas de la antropología, la economía, la geografía y la historia, lo que hace posible entender las personas que viven localmente como sujetos constructores de espacio y espacialidad. Comienza hablando de la producción de la riqueza, el espacio y las ciudades en la Amazonía. Luego se hace contextualiza la ciudad de Itacoatiara-AM, donde se ha hecho la investigación de campo, en el tiempo y en el espacio tratando de reconstruir la historia del desarrollo de la ciudad en el mismo tiempo en que identifica los sujetos que participaron y participan en este proceso, así como los conflictos que dan contorno en el proceso de producción del espacio y de las espacialidades. Por último, refleja en las formas de creación de riqueza material e inmaterial por los residentes de la ciudad a partir de datos y entrevistas con residentes del Distrito Jauary en Itacoatiara-AM, así como la mirada curiosa que observa y registra, busca comprender los enlaces y los distingue a través de conversaciones sin perder el rigor teórico y metodológico. Concluye que la pluralidad de estrategias de vida establecidos por las poblaciones amazónicas debe ser reconocida como una condición para la construcción de la sostenibilidad y para el mantenimiento y la ampliación de las posibilidades de mantenerse e ampliar la satisfacción material y inmaterial, subjetiva y objetiva de las poblaciones locales. La perspectiva que reduce la Amazonía a la simple ubicación de los recursos a ser explotados debe ser superada de manera a comprender a ella como espacio de uso, de producción de la satisfacción, como posibilidades siempre renovadas de realización de la vida humana.

**Palabras clave:** Amazonia: producción del espacio; ciudad y lo campo; riqueza material y lo inmaterial.

## ABSTRACT

It discusses the relations established by residents in the cities with the space outside the city, the field, considered as countryside, the Amazon, seeking to understand the strategies used by individuals who live in small and medium cities in the search to satisfy their needs. We started from the hypothesis that the economies of the populations of Amazonian cities are not restricted to participation in market circuits. This is an interdisciplinary work that uses conceptual tools and methodological strategies of ethnology, economics, geography and history, which makes it possible to understand people who live in the area as builders individuals of space and spatialities. It begins discussing the production of wealth, space and towns in the Amazon. Then, it places the locus of field research, the city of Itacoatiara-AM, in time and space trying to reconstruct the history's process of the city's formation at the time that identifies subjects who participated and who participate in this process as well as the conflicts that give contour to the production of space and spatialities. Finally, it reflects about ways of creating material and immaterial wealth by the local people of the city from data and interviews with inhabitants of the Jauary neighborhood in Itacoatiara-AM, as well as the curious look that note and notes, associates and distinguished by through conversations without losing the theoretical and methodological rigor. It concludes that the plurality of experience strategies established by Amazonian populations should be recognized as a condition for the sustainability building and the maintenance and expansion of the possibilities of material and immaterial satisfaction, subjective and objective of local populations. The look that reduces the Amazon to the simple location of resources to be exploited must be overcome, revealing itself like the space of use, production of satisfaction, experience, finally, as always renewed possibilities for lifetime achievement.

**Keywords:** Amazon: production of space; city and countryside; material and immaterial wealth.

## Lista de tabelas

<b>Tabela 1.1:</b> População urbana e rural da Região Norte.....	41
<b>Tabela 1.2:</b> População urbana e rural do Estado do Amazonas.....	42
<b>Tabela 2.1:</b> População rural e urbana no Brasil, Região Norte, Amazonas e Itacoatiara.....	60
<b>Tabela 2.2:</b> População rural e urbana de Itacoatiara 1950-2010.....	62
<b>Tabela 2.3:</b> Indicadores de renda para Itacoatiara e adjacências em 2010.....	64
<b>Tabela 2.4:</b> Índices de pobreza no Brasil, em Itacoatiara e adjacências em 2010.....	65
<b>Tabela 2.5:</b> Incidência de pobreza na população de Itacoatiara e adjacências em 2000 segundo o Ipea.....	65
<b>Tabela 3.1:</b> Sítios e frequência que se vai a esses espaços.....	102

## Lista de figuras

<b>Figura 2.1:</b> Localização de Itacoatiara.....	56
<b>Figura 2.2:</b> Porto popular do Juary, Itacoatiara-AM .....	58
<b>Figura 2.3:</b> Família em canoa equipada com motor rabeta.....	79
<b>Figura 2.4:</b> Corredor central da avenida Parque.....	83
<b>Figura 2.5:</b> Entrando na cidade pelo porto popular do Juary.....	85
<b>Figura 2.6:</b> Rua Aquilino Barros, principal acesso ao porto e a feira do Juary.....	85
<b>Figura 2.7:</b> Parque Residencial Poranga.....	86
<b>Figura 2.8:</b> Ocupação no Juary.....	87
<b>Figura 2.9:</b> Espaços urbanos como mercadoria.....	88
<b>Figura 2.10:</b> Casas alagadas e trapiche sobre as ruas no Juary na cheia de 2013.....	89
<b>Figura 2.11:</b> Casas sobre aningal e ao fundo Igreja Matriz no centro de Itacoatiara.....	90
<b>Figura 2.12:</b> Ocupação do aningal do Juary entre 1970 e o presente..	90
<b>Figura 2.13:</b> Gado bovino destroem plantas nos quintais no bairro Mamoud Amed .....	91
<b>Figura 2.14:</b> Olhar atento revela a canoa debaixo da casa.....	92
<b>Figura 2.15:</b> Croquis de espacialidades de pessoas com laços de parentesco e colaboração.....	93
<b>Figura 2.16:</b> Pesca de camarão no Juary, Itacoatiara.....	94
<b>Figura 2.17:</b> Pessoas pescando na Ponta do Nego, bairro do Juary, Itacoatiara.....	94
<b>Figura 2.18:</b> Peixes capturados em uma hora de pescaria no Juary.....	95
<b>Figura 2.19:</b> Morador de rua assa peixe na sarjeta no bairro do Juary .....	96
<b>Figura 2.20:</b> Embarcações variadas na beira do rio Amazonas.....	97

## Lista de quadros

<b>Quadro 3.1:</b> Entrevista 1 – Aspectos econômicos.....	112
<b>Quadro 3.2:</b> Entrevista 2 – Aspectos econômicos.....	114
<b>Quadro 3.3:</b> Entrevista 3 – Aspectos econômicos.....	117
<b>Quadro 3.4:</b> Entrevista 4 – Aspectos econômicos.....	119
<b>Quadro 3.5:</b> Entrevista 5 – Aspectos econômicos.....	122
<b>Quadro 3.6:</b> Entrevista 6 – Aspectos econômicos.....	124
<b>Quadro 3.7:</b> Entrevista 7 – Aspectos econômicos.....	125
<b>Quadro 3.8:</b> Entrevista 9 – Aspectos econômicos.....	128
<b>Quadro 3.9:</b> Entrevista 10 – Aspectos econômicos.....	129
<b>Quadro 3.10:</b> Entrevista 11 – Aspectos econômicos.....	131
<b>Quadro 3.11:</b> Entrevista 12 – Aspectos econômicos.....	132
<b>Quadro 3.12:</b> Entrevista 15 – Aspectos econômicos.....	135
<b>Quadro 3.13:</b> Entrevista 13 – Aspectos econômicos.....	137
<b>Quadro 3.14:</b> Entrevista 16 – Aspectos econômicos.....	140
<b>Quadro 3.15:</b> Entrevista 17 – Aspectos econômicos.....	145
<b>Quadro 3.16:</b> Entrevista 19 – Aspectos econômicos.....	146
<b>Quadro 3.17:</b> Entrevista 20 – Aspectos econômicos.....	148
<b>Quadro 3.18:</b> O que o interior representa para moradores do Jauary.....	152

## Sumário

Introdução .....	14
Capítulo 1 – Riqueza, espaço e cidades na Amazônia .....	18
1.1. Produção de riqueza e do espaço.....	19
1.2. Do aparecimento de cidades na Amazônia .....	29
Capítulo 2 – A cidade de Itacoatiara .....	55
2.1. Itacoatiara: produzindo um cenário .....	55
2.2. Uma história antropofágica.....	67
2.3. Caminhando pela cidade de Itacoatiara.....	81
Capítulo 3 – Jauary: a cidade e o interior .....	98
3.1. Uma porta para o rio.....	100
3.2. O interior na economia dos moradores do Jauary.....	106
3.3. Riqueza oculta e as coisas que não dão para transportar na canoa .....	151
Considerações finais .....	158
Referências.....	163
Apêndice .....	169
Apêndice A: Formulário para entrevista .....	170
Apêndice B: Roteiro gerador para entrevista semiestruturada .....	172
Apêndice C: Termo de consentimento livre e esclarecido – (tcle) .....	175

## Introdução

Quando se fala na Amazônia os temas da biodiversidade e dos inúmeros recursos a serem explorados despontam como os mais frequentes, ofuscando o fato de que ela também abriga sociodiversidade. São dezenas de povos indígenas, ribeirinhos, caboclos, quilombolas e tantos outros grupos e sujeitos com suas línguas e linguagens e que constroem aqui suas vivências e suas espacialidades.

No presente estudo procura-se ir ao encontro desses sujeitos na cidade, dando-lhes visibilidade e buscando entender as estratégias por eles utilizadas na busca por satisfazer suas necessidades.

É notório que a maioria dos habitantes da Amazônia passa a ocupar as cidades e a lutar para estabelecer suas vidas, passando a lutar por direitos à apropriação da cidade. Atualmente as cidades se constituem *locus* de domicílio da maioria desses sujeitos. Por isso, estudar as cidades se apresenta como possibilidade fértil para compreender as relações estabelecidas com os ambientes para além da cidade, o campo, que, nesta dissertação, denominamos de interior, como os vários sujeitos reconhecem.

A dissertação ora apresentada integra esforço maior de entender as cidades da calha dos rios Solimões e Amazonas, principalmente as cidades médias de responsabilidade territorial. Esse esforço tem sido desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira (Nepecab/Ufam), que tem como um de seus principais projetos de pesquisa atualmente o *Cidades amazônicas: dinâmicas espaciais, rede urbana local e regional*, financiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelências da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – Pronex/Fapeam/CNPq (projeto número 1055/2011).

Como lugar para a pesquisa de campo se escolheu a cidade de Itacoatiara localizada nas margens do rio Amazonas, a 270 quilômetros a leste da cidade de Manaus e como *locus* específico o bairro do Juary, por se localizar nas margens do rio e porque na pesquisa exploratória apresentou grande número de moradores com relações com o interior. Tal opção se deu primeiro porque é uma das cidades onde o Nepecab tem atuado ativamente, mas também porque se verificou que apresenta a

possibilidade de encontrar diversidade de situações de relações estabelecidas por moradores com ambientes fora da cidade, especialmente por ser a cidade articulada à dinâmica regional de modo que fornece indícios e casos representativos da diversidade regional que abrange ampla área conhecida como médio Amazonas. Trata-se de uma cidade que retoma ao período colonial, portanto, relativamente antiga para os padrões de espaço urbano na Amazônia, onde os processos históricos deixaram marcas cristalizadas na paisagem. Mas também tem sido atingida por processos recentes, por isso pode-se observar impactos de transformações acarretadas por novas formas de produção, tecnologias recentes e projetos de desenvolvimento econômico. Por último, uma questão de ordem pessoal, a de o pesquisador ter nascido na cidade de Itacoatiara traz a oportunidade de um reencontro com seu passado e a possibilidade de contribuir na construção do espaço com a sociedade que o acolheu nos seus primeiros passos.

Todos esses elementos ajudaram a compreender uma cidade específica e como se dão as relações de produtos e processos entre as pessoas que moram na cidade e o ambiente e as pessoas ao redor das cidades e, com isso, fazem com que a pesquisa tenha significado visando compreender melhor as sociedades amazônicas e os espaços por elas criados e ocupados.

Para a pesquisa, simultaneamente aos trabalhos de campo se buscou aprofundar o estudo das dinâmicas históricas e processos de constituição da cidade, o que implicou a busca de fontes secundárias e material bibliográfico que foram consultados simultaneamente, de maneira que o levantamento e análises de material bibliográfico ocorressem juntos com a pesquisa de campo. A escolha dessa estratégia está ancorada na metodologia adotada na pesquisa de não separar a teoria da empiria seguindo a perspectiva de Henri Lefebvre da *transdução*:

uma operação intelectual que pode ser realizada metodicamente e que difere da indução e da dedução clássicas e também da construção de 'modelos', da simulação, do simples enunciado das hipóteses. A transdução elabora e constrói um objeto teórico, um objeto possível, e isto a partir de informações que incidem sobre a realidade, bem como a partir de uma problemática levantada por essa realidade. A transdução pressupõe uma realimentação incessante entre o contexto conceitual utilizado e as observações empíricas. [...] Ela introduz o rigor na investigação e o conhecimento na utopia (LEFEBVRE, 2001, p. 109-110).

Na pesquisa, e em especial nos levantamentos em campo, priorizou-se a busca por compreender as relações estabelecidas diretamente pelos moradores da cidade, sejam a produção de bens ou as questões culturais, afetivas, as emoções que implicam sentimentos de pertencimento especialmente no concerne às relações com o interior. Nesse sentido, buscou-se acercar de métodos de pesquisa etnográfica tais como o uso de diário de campo e a realização de entrevistas conjugadas com observação do ambiente e da história das pessoas e do lugar. As entrevistas apoiaram-se em observações prévias, as quais, por vezes, guiaram as observações por vir. Entrevistas e observações fizeram progredir a pesquisa, não havendo corte entre ambas. Os entrevistados tomam lugar e sentido num contexto cuja dimensão histórica e local não é negligenciada. A metodologia adotada na pesquisa é exposta de modo detalhado ao longo do texto nas mesmas secções em que os resultados são apresentados.

Partiu-se da hipótese de que as economias das populações das cidades amazônicas vão além dos circuitos de mercado, passando também pelo estabelecimento de outras redes de intercâmbio, assim como formas próprias de apropriação de coisas e do próprio espaço e que, para entender essas economias em profundidade, é necessário identificar as relações com os espaços ao redor da cidade, pensando esses espaços tanto como fonte de riquezas materiais (coisas e objetos com valor de uso) quanto fonte de riquezas imateriais (entre as quais conhecimentos, sensações e sentimentos).

Para a comprovação ou não da hipótese buscou-se Identificar, enumerar e analisar as formas de constituição, funcionamento e manutenção das redes de fluxos de bens e a criação de valores materiais e imateriais a partir da relação de moradores da cidade com espaços fora da cidade. Para tanto foi necessário fazer análise do processo histórico de transformações das formas de relação com espaços, coisas e objetos e nas formas de concepção de riqueza que influenciam as possibilidades de criação e apropriação de valores pela população local.

O trabalho é composto por três capítulos com três secções cada. No primeiro capítulo, intitulado “Riqueza, espaço e cidades na Amazônia”, analisam-se as concepções de riqueza presentes na região e propõe que a reflexão deve partir da análise da capacidade de criação e apropriação de valores de uso pelas

comunidades locais. Reflete ainda sobre a relação entre as consequências das distintas formas de pensar a riqueza sobre as formas de produção do espaço. Logo em seguida, aborda-se de forma crítica o contexto e processo em que se estabeleceu cidades na Amazônia e conclui com a reflexão sobre peculiaridades e dificuldades do uso dos conceitos cidade-campo e urbano-rural na Amazônia.

O segundo capítulo, 'A cidade de Itacoatiara', identifica o *locus* da pesquisa de campo e situa a cidade no tempo e no espaço. Busca reconstituir o processo histórico de formação da cidade iluminando sujeitos que participaram desse processo, bem como conflitos que dão contorno ao processo de construção do espaço e de espacialidades.

O terceiro e último capítulo, 'A cidade e o Interior', sistematiza os dados das pesquisas de campo realizadas no bairro do Jauary, em Itacoatiara, Estado do Amazonas (NEPECAB, 2014), refletindo sobre as formas de criação de riqueza material e imaterial por parte dos moradores da cidade a partir do contato e apropriação de espaços fora da cidade.

Trata-se de um trabalho interdisciplinar atendendo a proposta do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/Ufam), que se utiliza, para alcançar os resultados, de ferramentas conceituais e estratégias metodológicas da economia, da etnologia, da geografia e da história, o que possibilita entender as pessoas que vivem no local como sujeitos construtores do espaço e de espacialidades e que participam de processo histórico, social e cultural específico. Por sua vez, como sujeitos que são, a análise da riqueza deve estar subordinada à capacidade de geração de valores e satisfação para as pessoas do local.

## Capítulo 1 – Riqueza, espaço e cidades na Amazônia

O espaço é condição ao mesmo tempo em que é produzido pela vivência dos sujeitos. Espaço é pensado na dissertação como a esfera na qual diferentes trajetórias coexistem o que aponta para a multiplicidade e a heterogeneidade. O espaço não está pronto, acabado; ao contrário, está sempre em construção, visto que o espaço “é um produto de relações que estão necessariamente embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se” (MASSEY, 2008, p. 29).

Reconhecer a multiplicidade de sujeitos sociais que produzem espaços diversos implica apontar diferentes perspectivas de se compreender os lugares e isso aponta para outro entendimento, os das práticas espaciais, ou seja, reconhecer que no processo de produção do espaço há “ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais” (CORRÊA, 1995, p. 35). Tais práticas são cumulativas no tempo e no espaço e são ações ancoradas em padrões culturais que não estão isoladas, mas conectadas e articuladas às “técnicas disponíveis em cada momento que fornecem significados distintos à natureza e à organização espacial previamente já diferenciadas” (Ibidem).

Identificar o espaço como processo, nunca como sistema, e reconhecer as práticas espaciais como especificidade implica apontar para outro conceito importante adotado na dissertação, o de espacialidade, tido inicialmente como a concretude das dimensões da vida que se espacializam nos lugares, no cotidiano, no dia a dia e nas coisas simples, numa palavra, naquilo que se poderia identificar como “no espaço ordinário”, por meio do qual e a partir das condições objetivas e das possibilidades concretas dos sujeitos o social é produzido num dado tempo e espaço, no caso em análise a cidade de Itacoatiara.

A compreensão do espaço como processo exige refletir sobre as condições históricas, materiais e as ideológicas em que ele é produzido. É por onde se inicia esta dissertação.

## 1.1. Produção de riqueza e do espaço

Quando os navegadores europeus chegaram à Amazônia encontraram significativa ocupação do território.<sup>1</sup> Entre a população que se encontrava vivendo às margens dos rios e no interior da floresta havia diversidade de modos como as sociedades indígenas produziam o espaço. Não havia o predomínio de uma espacialidade, o que se pode apontar para multiespacialidades. Os sistemas sociais dos povos que compunham essa população não estavam isolados, mas articulados do local ao entorno próximo e distante. Cada lugar estabelecia redes de relações com outros, o que significa que havia relações entre os diversos grupos étnicos com o propósito de garantir a satisfação de suas necessidades econômicas e sociais.<sup>2</sup> O espaço era produzido para garantir as condições de vivência. Como sustenta Antonio Porro (1992),

Recentes estudos arqueológicos e uma leitura crítica das fontes quinhentistas sugerem que a orla ribeirinha, especialmente a várzea inundável, tenha sido um habitat favorável à produção intensiva de alimentos, ao comércio intertribal, ao crescimento da população e à evolução das instituições políticas associada a esse crescimento (PORRO, 1993, p. 9).

No processo de conquista desencadeado a partir de então foram introduzidas outras lógicas de produção do espaço e de redes. Entre os diversos elementos trazidos pelas novas formas de produção do espaço e das relações, uma em particular transformou profundamente a região: o modo como a riqueza passou a ser produzida que ultrapassa e às vezes ofusca o objetivo de proporcionar a satisfação das necessidades da coletividade. Esse elemento, a produção de riqueza 'em si', estava ausente nas espacialidades pretéritas. Logo, parte da força produtiva e criativa das populações locais seria desviada para atender a interesses cujo centro

---

<sup>1</sup> PORRO (1992) e BESSA FREIRE *et al.* (1987) citam entre as principais referências de estudos de demografia histórica da Amazônia os coordenados pelo norte-americano William Denevan. Esses estudos apontam a população para "toda a área da Grande Amazônia (área superior à Bacia Amazônica e a própria Amazônia Legal) em 6.800.000 habitantes, sendo que, destes, 5.000.000 estariam localizados em áreas da Bacia Amazônica propriamente dita [...]. John Hemming, trabalhando as estimativas de Denevan, nos informa que, segundo esse autor, só para a área brasileira da Bacia Amazônica, existiam 3.625.000 habitantes antes do contato com conquistador europeu" (BESSA FREIRE *et al.*, 1987, p. 9-10).

<sup>2</sup> A obra *Os Índios antes do Brasil*, de Carlos Fausto (2005), se constitui em uma significativa introdução sobre esse tema da ocupação pré-colombiana do atual território brasileiro.

não estava sob seus domínios e controle. Sociedades e espaços foram incluídos em sistemas econômicos, políticos e sociais em posição de fornecedores de matéria-prima e mão de obra para a ação colonizadora. Nesse processo, tanto os núcleos de ocupação pretéritos perderam parte de sua centralidade quanto os que se estabeleceram a partir da colonização europeia, não foram implantadas tendo como objetivo exercer centralidade absoluta, mas sim como instrumentos de conquista, dominação e expropriação.

Nesse contexto, a própria economia da região passou a ser mensurada tendo por base o fluxo expropriado ofuscando a produção e apropriação que satisfazia as necessidades dos seus habitantes. Assim, como afirma HERRIS (2006), sob a perspectiva econômica, a história da Amazônia é contada em ciclos de *boom* e estagnação, ocultando-se a organização das atividades econômicas que fogem à produção para exportação:

Alguns historiadores (Simonsen, 1954; Santos, 1980; Weinstein, 1983; Gentil, 1988) documentaram as formas de produção e distribuição relacionadas a algumas mercadorias de exportação de alto rendimento, como, por exemplo, a borracha, o peixe, o cacau e a juta. Não obstante essa história da Amazônia, não sabemos muito sobre a vida cotidiana das pessoas que realizam o trabalho de produção e distribuição dessas mercadorias (HARRIS, 2006, p. 89).

Pelo mesmo motivo também os períodos considerados pela história oficial como de “estagnação” ou “crise”<sup>3</sup> tiveram menor atenção para os estudiosos da região e pouco foi escrito sobre eles. Sabemos pouco, não apenas sobre a vida cotidiana dos que faziam os trabalhos de produção, como sabemos menos ainda sobre a vida das pessoas que não estavam envolvidas diretamente na exploração de produtos para exportação e a vida de todos nos períodos em que os mercados mundiais se desinteressavam pelos produtos da Amazônia. Para a população local, certamente esses períodos de estagnação das produções voltadas para o exterior

---

<sup>3</sup> Colocamos entre aspas as expressões estagnação e crise, pois, para a Amazônia, é sempre prudente questionar, cada vez que se fala em estagnação ou crise, principalmente quando relativa a aspectos econômicos, do ponto de vista de quem se está falando. Ou ainda, de que ponto de vista se está falando, já que na maioria das vezes estagnação do sistema econômico do colonizador significava a possibilidade de prosperidade para a população local, visto a fratura entre os sistemas.

representaram oportunidades de reocupação de espaços perdidos e de reestabelecimento da centralidade na vida local.

Procurar-se-á aqui pensar a economia não a partir da centralidade externa, mas a partir da população local. Nessa perspectiva, os sistemas econômicos das populações nas comunidades que margeiam os rios amazônicos são complexos e indissociáveis do sistema social como um todo.

Pensamos a economia aqui como processo total de produção que constitui a base material da vida. Esse processo se funda em modos de organização, estratégias, métodos e tecnologias distintas em cada sociedade e às vezes com distintas composições dentro de uma mesma sociedade.<sup>4</sup> Nesse sentido, ela não se restringe aos fluxos comerciais, embora se reconheça que para a população estudada o mercado tem, no presente, papel fundamental.

Faça-se então a distinção entre o conceito de Economia ao de Mercado. Economia, como há pouco apontado, é o processo total de produção que constitui a base material da vida. Já mercado é o sistema de trocas comerciais. Argumenta-se assim que o estudo da economia de uma população não deve ser reduzido aos fluxos comerciais, mesmo quando ela está inserida em uma sociedade com economia majoritariamente de mercado. Torna-se importante, também, debruçar-se sobre todo o conjunto da produção de bens e serviços com valores de uso, com a capacidade de satisfazer necessidades. A mercadoria, como valor de uso, satisfaz uma necessidade particular e constitui um elemento específico da riqueza material. Mas para satisfazer necessidades, coisas e objetos não precisam necessariamente se converter em mercadoria. É pelo valor de uso que coisas e objetos satisfazem necessidades, e não por ser mercadoria, por terem valor de troca. Para o caso que constituiu a pesquisa de campo do presente trabalho, essa proposição torna-se

---

<sup>4</sup> Em *O Capital*, Marx denunciava que a consciência burguesa e os economistas da época davam às “formas pré-burguesas de produção o mesmo tratamento que os santos padres concedem às religiões pré-cristãs”, ou seja, a sua forma de produção é natural e verdadeira, as outras são invenções humanas ou falsas ou nem sequer devem ser tomadas como economia. Nesse sentido, ele contesta a afirmação de um economista que afirmava que os gregos e romanos não tinham economia afirmando que “também os gregos e romanos tinham um processo de produção, portanto uma economia, que constituía a base material de seu mundo” (MARX, 2003, p. 102-103). Da mesma forma, hoje o senso comum em sociedades majoritariamente capitalista faz achar que povos que não estão inseridos no mercado, não têm uma economia e que todo o processo produtivo, toda a economia das populações e dos indivíduos indiscriminadamente se reduzem a sua participação no mercado.

especialmente relevante por se tratar de população desigualmente inserida na economia de mercado.

Cumprir destacar que no âmbito das Ciências Econômicas, quando se fala de 'valor', normalmente se está considerando o valor de troca que, relacionado a um bem específico, corresponde ao potencial equivalente de permuta de um por outro bem por ele permutável. Em sistemas econômicos onde predominam as relações de mercado o dinheiro adquire a função de equivalente geral e os valores (valor de troca) dos demais bens passam a ser expressos monetariamente.<sup>5</sup>

Muitos estudos econômicos de populações se prendem ao cálculo da soma do valor transacionado nas permutas e alguns a tomam como sendo a totalidade da produção de uma economia. Como exposto acima, a economia de uma população não se restringe à sua participação em mercados ou às suas trocas efetivamente realizadas, mas abarca a produção material total que garante sua vivência e bem-estar. Nesse sentido, a pesquisa se concentrou principalmente em mapear as estratégias de produção e apropriação de valores de uso, ou seja, aos meios e estratégias que uma população específica utiliza para garantir sua vivência e bem-estar físico e cultural. Nessa perspectiva, e por se tratar de um trabalho interdisciplinar, procura atentar também para a existência de valores culturais, considerando estes parte da produção de satisfação. Assim, quando aparecem os termos valor ou valores, via de regra não se estará utilizando a acepção mais corrente nas ciências econômicas que designa o valor de troca, mas ao valor e valores de uso, ou seja, capacidade de um bem, material ou imaterial, de satisfazer as necessidades individuais e coletivas, físicas ou socioculturais. Muitos desses valores não são passíveis de serem calculados e expressos monetariamente.

Quanto à acepção do conceito de riqueza aqui adotada, não está limitada à dimensão econômica, ou seja, à dimensão material, mas também se relaciona com a criação e apropriação de valores culturais. Riqueza é entendida como o conjunto de valores de uso apropriados por um indivíduo, um grupo de indivíduos, uma população ou uma sociedade em dado momento e suas condições de continuarem apropriando-se de valores de uso ao longo do tempo. Nessa perspectiva, a produção de grande volume de mercadorias pode não se constituir em riqueza para

---

<sup>5</sup> Sobre o tema veja-se o capítulo primeiro de *O Capital* denominado "A mercadoria" (MARX, 2003).

uma população se esta não pode ou é impedida de se apropriar dos bens que produziu ou de um correspondente valor de troca capaz de ser convertido em valor de uso. Da mesma forma, é possível uma população ser rica sem produzir mercadorias, bastando para isso capacidade de criar relações sociais que permitam a produção e apropriação de grande quantidade de valores de uso. “Os valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela” (MARX, 2003, p. 58). “A verdadeira riqueza constitui-se nestes valores-de-uso” (Ibid., p. 183).

As espacialidades pretéritas estavam prenhes de valores de uso e por isso se constituíam em substância da riqueza para as populações locais. Já as novas espacialidades iniciadas a partir da colonização europeia foram projetadas para garantirem a produção de valores de troca que não se concretizavam em valor de uso no local. Além do mais, os valores de troca gerados desde o início da construção dessas novas espacialidades não foram apropriados integralmente pelas populações locais que assim não o pode utilizar para acessar outros valores de uso. As novas espacialidades foram, então, instrumentos e suporte de um sistema que mais usurpou que acrescentava riqueza às populações locais, como ficará demonstrado ainda neste capítulo. As transformações das espacialidades até o presente se deram e se dão sobre os escombros e heranças tanto das que surgiram no período colonial quanto das anteriores a estas.

O esforço de compreender esse processo de transformação das espacialidades da Amazônia sob o ponto de vista das possibilidades de produção e apropriação de riqueza pelas populações locais leva a relacioná-la com o que está expresso na “Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais” da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) de 2005 e ratificado pelo Brasil em 2006:

A diversidade cultural cria um mundo rico e variado que aumenta a gama de possibilidades e nutre as capacidades e valores humanos, constituindo, assim, um dos principais motores do desenvolvimento sustentável das comunidades, povos e nações (UNESCO, 2005, preâmbulo da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais).

Essa compreensão possibilita pensar em riqueza material, representada pela produção, apropriação e uso de objetos e coisas, e da existência de riqueza imaterial, fruto das práticas e domínios da vida social: a) que ampliam e diversificam os valores contidos nos bens a partir da atribuição e incorporação de significados culturais e simbólicos; b) que transformam lugares em proporcionadores de satisfação; c) que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer, celebrações, formas de comunicação e expressão, assim como expressões cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas capazes de suprir necessidades imateriais que são criadas e criadoras da condição humana. Nessa perspectiva, a apropriação e o usufruto dos próprios espaços construídos pela sociedade conjugada com a natureza aos quais se atribui valor cultural ou social constituem riqueza. Assim, são partes da riqueza imaterial os elementos socioculturais, paisagísticos, linguísticos, simbólicos, lúdicos etc. que colaboram para o bem-estar de uma população.<sup>6</sup>

O conceito de riqueza é, nessa perspectiva, dialético que se concretiza pela possibilidade da satisfação das necessidades do grupo social por meio do uso de coisas e objetos. Ele é, em relação a uma população, a capacidade e possibilidade de apropriar-se e garantir a apropriação de coisas e objetos com valores de uso no tempo e no espaço.

Podemos imaginar, a título de exemplo, um igarapé que corre próximo a um povoado. Se for usado como fonte de água e/ou local para tomar banho e se divertir e/ou parte de uma paisagem que é apreciada, ele é parte da riqueza daquela população. Igual igarapé, que foi poluído e por isso a população não pode apropriar-se dele como valor de uso, não será parte de sua riqueza. É, pois, necessário que

---

<sup>6</sup> Colaboram para o entendimento dessa proposição a definição feita pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para bens culturais de natureza imaterial que “dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)” (IPHAN, 2014); e também a proposição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) que entende “por ‘patrimônio cultural imaterial’ as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural” (UNESCO, 2003, parágrafo 1.º do artigo 2). Patrimônio é entendido neste trabalho como o conjunto de coisas e objetos (patrimônio material) e práticas e domínios da vida social (patrimônio imaterial) capazes de gerar satisfação ao longo do tempo ou num tempo futuro e é assim parte da riqueza. Quando se fala de riqueza se inclui o patrimônio, mas sobretudo a capacidade de geração e manutenção de fluxos de produção e apropriação de valores de uso.

haja o encontro das pessoas com as coisas que as satisfazem da maneira que as satisfazem, seja pelas necessidades físicas, de sobrevivência, seja pelas necessidades criadas social e culturalmente.

Tomada sob esse prisma, a possibilidade de riqueza encontra limites que são dados pelas necessidades individuais e coletivas da sociedade (que são cultural e socialmente criadas), e pela capacidade da sociedade e dos indivíduos de se apropriarem das coisas e objetos como valor de uso (que tem como um dos seus maiores limitadores o tempo e o espaço).

Para a população em estudo, outros limites se revelam, visto que o grupo social não se produz de modo isolado e como tal o que lhes é imposto predominantemente contém o valor de troca. Na sociedade com economia predominantemente de mercado onde estão inseridos coisas e objetos são passíveis de serem transformados em mercadorias, exigindo a obtenção de renda monetária para apropriar-se e fazer uso dessas coisas e objetos.

Note-se que a perspectiva de compreensão de riqueza aqui não é a da crematística. Segundo Marx (2006, p. 183), Aristóteles já distinguia duas perspectivas. Na crematística a circulação é a fonte de riqueza. Ela gira em torno do dinheiro (como depositário de valor de troca) que aparece como o princípio e o fim. Nessa perspectiva, a riqueza pode crescer indefinidamente sem considerar as necessidades da maioria das pessoas e as necessidades coletivas. Ela pode inclusive crescer com a privação das pessoas. Por exemplo: uma praça em uma cidade que de uma hora para outra é privatizada, cercada e transformada em mercadoria. Ela passa a ter valor de troca aumentando a riqueza na perspectiva crematística, designada também por economicismo neste trabalho. Esse ato, porém, representa uma deseconomia, uma vez que sociedade e indivíduos são privados de acessá-la enquanto uso. Isso representa perda econômica, sobretudo em termos agregados, já que será subutilizada.

A outra perspectiva apontada por Aristóteles é a da economia propriamente e se limita à obtenção de bens necessários à vida e úteis à família e à coletividade. Na presente dissertação a acepção de riqueza vai ao encontro dessa segunda perspectiva.

A riqueza material se expressa em coisas que têm valor de uso da forma que se apresentam na natureza e objetos cujo valor de uso resulta de trabalho específico, apropriadas individual ou coletivamente.<sup>7</sup>

Qualquer componente da riqueza material que não seja dado pela natureza, tinha que originar-se de uma especial atividade produtiva, adequada a determinado fim e que adapta certos elementos da natureza às necessidades particulares do homem (MARX, 2006, p. 64).

A riqueza é composta pelos elementos que possibilitam a satisfação e a vivência das pessoas. O trabalho e a criatividade humana têm a capacidade de ampliar as possibilidades de satisfação e de criar novas formas de valor de uso.

Existem coisas e objeto que satisfazem necessidades materiais e outras que satisfazem necessidades imateriais. Esse entendimento tem especial importância neste trabalho por ele tratar das relações das pessoas que vivem na cidade com os espaços ao redor. Acessar e se apropriar desses espaços é parte fundamental para a criação de valores de uso das populações das cidades amazônicas como será demonstrado no Capítulo 3 deste trabalho. A riqueza criada a partir desse encontro do homem da cidade com espaços ao redor da cidade vai além da busca de produtos. Ela passa também pelas práticas e domínios da vida social e cultural, entre elas as simbólicas, afetivas e relacionadas à criação de identidades, portanto é também fonte de riqueza imaterial.

Em todo este trabalho está sempre presente a consciência de que se trata de sujeitos sociais. Valter do Carmo Cruz (2008) alerta que a Amazônia tem sido vista ora sob um modo de “olhar naturalista”, que leva à invisibilidade das populações e sujeitos que nela habitam, ora por “olhar tradicionalista/romântico”, que vê as populações como autênticas, isoladas e autônomas do movimento histórico, ora por “olhar moderno/colonial” pautado em estereótipos e em representações marcadas por preconceitos e estigmas sociais e culturais que justificam visões racistas contra essas populações. Para Freitas Pinto (2006), hoje, quando se fala em Amazônia,

---

<sup>7</sup> Colabora para o entendimento dessa proposição a ‘Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural’ da Unesco (1972).

[...] estamos diante da produção de um novo senso comum sustentado pelas noções de meio ambiente, biodiversidade, sociodiversidade, desenvolvimento sustentável, populações ribeirinhas, povos da floresta, que são as expressões correntes e presentes em quase todos os escritos que têm sido produzidos sobre a região e que frequentemente carregam consigo conteúdos de imobilismo social e conservadorismo romântico, quando se trata sobretudo de lidar com o destino das populações locais (FREITAS PINTO, 2006, p. 16).

No pensar as populações locais como sujeitos, suas formas de construção de espacialidades devem ser levadas a sério e o espaço visto como *locus* da vivência. Apesar de a maioria das cidades da Amazônia ter nascido e as novas continuarem em muitos casos sendo construídas para apoiar projetos de exploração dos recursos naturais e os habitantes da região não serem levados em conta integralmente, como aparecerá ainda neste capítulo, é possível identificá-las como local de vida. E, como tal, choca-se com a cidade funcional criada como simples entreposto de mercadorias e *locus* de força de trabalho:

O espaço urbano apresenta um sentido profundo, pois se revela condição, meio e produto da ação humana – pelo uso – ao longo do tempo. Esse sentido diz respeito à superação da ideia de cidade reduzida à simples localização dos fenômenos (da indústria, por exemplo), para revelá-la como sentido da vida humana em todas as suas dimensões, – de um lado, enquanto acumulação de tempos, e de outro, possibilidade sempre renovada de realização da vida (CARLOS, 2007, p. 11).

É aí, como local de vida, que a cidade dá suporte e abriga a resistência e as ressurgências talvez numa dimensão nunca antes experimentada na história:

As ressurgências não significam apenas uma tentativa de manutenção de um determinado modo de vida preexistente, mas é também a revelação de novos modos de vida, nos quais as relações pretéritas adquirem outros e novos significados (OLIVEIRA, J., 2000, p. 188).

Os movimentos que na Amazônia se refugiaram no interior da floresta, nas margens dos rios, malocas indígenas, nos beiradões e nos seringais, e que foram sempre deixados para trás e esquecidos, hoje se (re)espacializaram em movimentos em que sujeitos sociais ecoam e marcam presença na cidade, somam-se a outras

muitas vozes que também fazem do interior e da cidade espaços de vida. Como afirmam Oliveira e Schor (2008):

A dimensão espacial desse processo ocorreu com a resistência da população local (indígena e cabocla) ou dos que já haviam se fixado e se adaptado à região e tinham por isso conhecimentos sobre o espaço, conseguindo estabelecer novas formas de vivência. [...] a espacialidade das cidades revela as mais diferentes estratégias dos diversos agentes produtores do espaço urbano que buscam, a partir das condições concretas, defenderem seus interesses, o que nos leva a compreender a paisagem como o resultado das determinações das políticas de Estado, das relações sociais de produção, e mais que isso, como depositária de vida, sentimentos e emoções traduzidas no cotidiano das pessoas (OLIVEIRA e SCHOR, 2008, p. 17-19).

Esses sujeitos sociais deixam na cidade suas marcas, seus ritmos e lutam por seus interesses. Eles fazem das cidades local de lutas por direitos, de resistência e com isso a transformam em espaço de diversidade ou, como propõem Saint-Clair *et al*, de (multipli)cidades:

[...] a Amazônia que se transforma e se moderniza, revela também contradições e contraposições, que não sucumbem a um tempo externo e veloz, apresentado insistentemente como novo e inevitável. [...] muito mais que a expressão da diversidade regional, as cidades ribeirinhas assumem, na atualidade, a condição de espaços de (multipli)cidades, de diferenças e de resistências; afinal, como sustenta Santos (1994), a força dos fracos é o seu tempo lento (TRINDADE JR., SILVA & AMARAL, 2008, p. 46).

Para pensar a Amazônia a partir de seus habitantes é especialmente importante estudar as formas próprias de construção e apropriação de coisas e objetos no/do espaço e perceber os elementos que se põem como barreira da apropriação. Nessa perspectiva,

A reflexão sobre a cidade é, fundamentalmente, uma reflexão sobre a prática socioespacial que diz respeito ao modo pelo qual se realiza a vida na cidade, enquanto formas e momentos de apropriação do espaço como elemento constitutivo da realização da existência humana (CARLOS, 2007, p. 11).

No estudo dos povoados e cidades amazônicas, torna-se importante, assim, trilhar caminhos a partir do ponto sugerido por Milton Santos, “a prática da vida e a existência de todos” (SANTOS, M., 2008, p. 148). É o que se procura fazer neste trabalho. Para isso cumpre também situar o local no processo histórico. Nesse sentido, buscar-se-á fazer uma síntese da história do aparecimento das cidades na Amazônia.

## 1.2. Do aparecimento de cidades na Amazônia

Os processos históricos pelos quais passaram os povos amazônicos foram bastante diferentes dos que viveram os povos de outras partes do mundo. Aqui a sequência histórica não ocorreu da mesma forma como ocorreu na Europa, por exemplo. Essa afirmação cabe também quanto à história das cidades. Não parece apropriado, por isso, pensar as cidades na Amazônia a partir da mesma cronologia que em outras partes. Seu aparecimento nessa parte do globo terrestre foi abrupto e radicalmente transformador das relações com os espaços. É importante destacar que embora as cidades aqui tenham surgido em circunstâncias e processos históricos diferentes, elas não se produziram de forma isolada, pois desde o início estavam inseridas no processo colonial.

Monte-Mór (2006) propõe que as cidades nasceram do aprofundamento da divisão social do trabalho a partir da exploração de mais-trabalho de uns sobre outros. A cidade nasce, assim, como local dos que têm poder, dominando os que estão no campo de quem exploram o mais-produto. Daí segue uma sequência de passagens:

A primeira passagem é marcada pela entrada da praça de mercado no interior das muralhas das cidades controladas por mosteiros ou castelos. Incentivadas pelas feiras locais e regionais (em múltiplas escalas, mesmo ‘internacionais’) de artigos de luxo, as elites gradativamente permitiram a entrada da burguesia nascente no espaço do poder, logo deslocando a centralidade do poder dos palácios e mosteiros para a praça de mercado, consolidando a economia de mercado, que teve nas cidades seu espaço privilegiado [...] A segunda transformação e efetiva passagem da cidade em direção ao urbano foi marcada pela entrada da indústria na cidade, processo longo na história ocidental (MONTE-MÓR, 2006, p. 12).

Certamente essa compreensão ajuda a entender a história e as transformações por que passaram e passam as cidades; porém, no caso específico da Amazônia, a história das cidades tem peculiaridades que devem ser levadas em consideração para sua compreensão.

O aparecimento de cidades aqui é um fato relativamente recente. Elas não surgem como uma continuidade processual da ocupação humana milenar dessa parte do mundo, mas como um elemento de ruptura e redirecionamento que se processa a partir e em função da chegada dos europeus e se opunha às espacialidades pretéritas. No período de crescimento da economia de mercado na Europa, que culminaria no fim do Feudalismo, diversos impérios entraram na corrida em busca de riquezas crematísticas. Nesse processo, espaços e populações eram dominados e anexados como periferia fornecedora de gêneros passíveis de serem incluídos nos circuitos mercantilistas destinados às metrópoles.

Para as nações conquistadoras, o domínio territorial e sobre a exploração e comércio de produtos de alto valor, além da exploração e posse de metais preciosos, eram vistos como os principais indicadores de riqueza. As populações locais dos espaços conquistados eram destituídas de suas relações 'em si' e 'para si' e incorporadas ao sistema como mão de obra para a produção de drogas do sertão, mão de obra na construção das estruturas nas vilas, como remadores e como pescadores, seja na condição de serviçais ou como escravos. Quando na condição de escravos, eram não apenas produtores de mercadorias para um sistema que pouco ou nada lhes retribuía, como o próprio indivíduo era transformado em mercadoria.<sup>8</sup>

Sobre a escravidão do índio na América, Rita de Almeida (1997) afirma que embora a liberdade do índio tenha sido resguardada abaixo de um ideal de civilização construído no processo colonial, em todo o período foram mantidas reservas que

---

<sup>8</sup> A título de exemplo de como as populações eram incorporadas como produto, extraímos um pequeno trecho da introdução elaborada por Antônio R. Esteves à edição integrante da Coleção Orellana da obra "Novo Descobrimento do Rio Amazonas", do pe. Cristóbal de Acuña (1994): "Poucas dúvidas há de que o andaluz Vicente Yañez Pinzón tocou as costas do Pernambuco em janeiro de 1500. No mês seguinte chegou à foz de um grande rio que chamou de *Santa Maria de la mar Dulce*, tão grande era seu volume de água. Avançou algumas léguas rio acima, desembarcou numa ilha onde aprisionou nativos que levou para vender como escravos, negócio muito rentável na época" (ESTEVEES, 1994, p. 6).

permitted the enslavement of Indians such as in the cases of those involved in “just war” with the whites, those who were preventing the evangelical preaching, those surprised and captured by other Indians to be victims of cannibalism and those who were found captive as a result of tribal wars:

As mesmas condições são encontradas figurando como justificativas para o resgate de escravos da costa de África. A escravidão seria, assim, explicada como uma lei em tempo de guerra, podendo apresentar-se ilusoriamente como redentora, uma vez que liberta – literalmente resgata – prisioneiros da idolatria e da barbárie, cristianizando-os e convertendo-os em bens de utilidade econômica. Em suma, sob o resguardo destas e outras considerações, formas manifestas ou indiretas de escravidão foram legitimadas como um mal menor, com possibilidades de correção moral a longo prazo (ALMEIDA, 1997, p. 30).

A propósito da palavra civilização, essa autora sustenta que, na forma que aparece nos documentos relativos à época da colonização portuguesa, ela sempre estará associada a uma intenção autoritária de transformação do outro numa relação assimétrica alimentada por convicções de superioridade. Apesar de nem sempre implicar uma atitude de beligerância e extermínio, o que em verdade se processa “são graduações de um processo de aniquilamento da soberania do vencido dentro de uma lógica em que seu conquistador tem um propósito de preservação física” (ALMEIDA, 1997, p. 29). Para tal processo acontecer, ele tinha necessariamente que destruir as espacialidades pretéritas e construir novas. Nesses novos espaços, “chamados, conforme cada época, ‘missão’, ‘povoado’, ‘aldeamento’ ou ‘posto indígena’, transcorre uma mesma ação que coetaneamente seria compreendida como sendo uma obra religiosa, uma empresa colonial, um serviço assistencial” (Ibid., p. 45).

É nesse contexto que foram edificados os embriões das primeiras cidades na Amazônia.

Desde inícios do século 16 a Amazônia foi frequentada por expedições europeias, principalmente por espanhóis. Entre essas expedições a de Francisco de Orellana, ocorrida entre 1541 e 1542, merece destaque por ter sido a primeira de que se tem notícia a ter percorrido toda a extensão do rio Amazonas, a partir da confluência dos rios Napo e Coca, no atual território do Ecuador, até sua

desembocadura no oceano Atlântico. Também por ter deixado importante registro histórico com a crônica de Gaspar de Carvajal (PORRO, 1992). Além disso, outras nações europeias haviam instalado pequenas feitorias na foz do rio Amazonas até o início do século 17.

Em 1616 os portugueses instalaram o Forte do Presépio (SOUZA, 2009; CORRÊA, 2006; SANTOS, F., 2002; PORRO, 1992; BESSA FREIRE *et al*, 1987), “futura Vila de Belém do Pará, e nos anos seguintes deram combate, até conseguir expulsar os flamengos, irlandeses e ingleses que haviam fundado vários pontos no baixo Amazonas” (PORRO, 1992, p. 12). Apesar da existência das feitorias daquelas várias nações europeias antes de 1616, a edificação do Forte do Presépio naquele ano pode ser tomada como marco do início da fixação das novas espacialidades. O povoado estabelecido no entorno do Forte do Presépio foi também um dos mais tarde elevados à categoria de cidade.

Renata Malcher de Araújo (1998), em *As cidades da Amazônia no século XVIII*, afirma que:

A estrutura comercial marítima servia-se, em terra, do estabelecimento de feitorias. Estas, em princípio, pouco mais seriam que lugares de armazenamento de mercadorias, estabelecidos no litoral [...] Um elemento, no entanto, transformará a feitoria comercial em território do império – a fortificação [...]. Na formação urbana de raiz portuguesa da Índia e Oriente não será difícil demonstrar-se esta afirmação. Os pontos de fixação da estrutura do império comercial e a rede de fortalezas criadas, durante os séculos XVI e XVII, são as bases de todos os núcleos que vieram a ser urbanizados (ARAÚJO, 1998, p. 25-26).

Essas novas espacialidades surgidas como fortalezas e feitorias edificadas para dar suporte à conquista de territórios pelas metrópoles europeias e para a exploração de recursos locais destinados à exportação, juntamente com os aldeamentos, foram implantados como parte de um processo que tinha entre suas consequências a dominação, expropriação e/ou destruição do existente. Com essas novas espacialidades se instauravam processos de destruição das espacialidades das populações locais que estavam voltadas para a vivência desses mesmos povos

e, com isso, muitos dos valores de uso aí criados e fixados.<sup>9</sup> O novo modo de organização de espaço que se impunha exigia a alienação das pessoas em relação ao território e sua cultura. E sobre esse princípio, o da alienação das pessoas do local,<sup>10</sup> as novas espacialidades eram edificadas. Antonio Porro (1992) afirma que à medida que os portugueses foram subindo o rio Amazonas em busca de braços para trabalho nas fazendas e da exploração das drogas do sertão, as populações indígenas ribeirinhas foram sendo dizimadas, sendo talvez a maioria aprisionada e levada para o trabalho servil.

Assim, as novas espacialidades, que de início apareceram como algo mais em meio à diversidade de sistemas já existentes, logo dariam suporte ao avanço de um modo de produção que avançaria de forma avassaladora sobre tudo e sobre todas as formas pretéritas por ele alcançadas, destruindo-os ou subjugando-os e explorando-os sempre que possível. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, “para muitas nações conquistadoras, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram” (HOLANDA, 1945, p. 61). No caso da Amazônia, o processo se dá a partir das espacialidades produzidas nos povoados que surgiam no entorno de feitorias, fortalezas e aldeamentos, alguns transformados em vilas e posteriormente em cidades.

O fato de estarem subordinadas a interesses externos conferia a essas estruturas caráter efêmero, pois sua permanência ao longo do tempo, do ponto de vista dos seus idealizadores, só se justificava enquanto exercessem funções de domínio e expropriação, provisórios em sua essência, mesmo quando resistindo ao tempo:

[...] para as colônias da América portuguesa, efetivamente e de forma diversa, o conceito de cidade se vincula, por um lado, à questão da estratégia de domínio territorial, na qual a cidade era considerada como lugar de apoio logístico, para a apropriação e expropriação de riquezas (TRINDADE JR., SILVA & AMARAL, 2008, p. 33).

---

<sup>9</sup>Como parte do processo de destruição das espacialidades pretéritas, pode-se citar a declaração juramentada do cônego Pedro Teixeira datada de 1654. Segundo Bessa Freire *et al* (1987), nessa declaração Pedro Teixeira se referiu a mais de 400 povoados indígenas destruídos pelos portugueses naquela época cuja população ele estimava em entorno de 2.000.000 de pessoas. Também vamos encontrar relatos sobre grandes povoados na crônica de Acuña (1994 [1641]), todos destruídos no processo colonial.

<sup>10</sup>Alienação do território, alienação dos resultados do seu trabalho, alienação de si mesmo (quando escravizados).

Não nos alinhamos à ideia de Sérgio Buarque de Holanda (1945) presente no texto “O semeador e o ladrilhador”, de que as cidades portuguesas não eram planejadas. Pode-se, porém, afirmar que essas estruturas não eram em essência lugares planejados tendo a vida de seus habitantes como objetivo fim e, na relação com o espaço, embora fossem impostas como centralidade em nível local, sua condição real era a de entreposto de um sistema cujo centralidade lhe escapava. A lógica aí é a da exploração exaustiva dos recursos para atender demandas que surgiam das necessidades criadas por sistemas econômicos, políticos e sociais que estavam no outro lado do oceano Atlântico.

Isso talvez possa ser tomado como parte da explicação de uma das características das cidades amazônicas: a maioria de suas estruturas internas são construídas na perspectiva do transitório, do efêmero, e por isso algumas desaparecem e quando permanecem se revelam precocemente envelhecidas ou, como já observado por Oliveira, J. (2007, p. 172), deterioradas. Observando processos mais recentes, Browder & Godfrey (2006, p. 20) afirmam que, das cidades surgidas em função de ciclos de exploração de produtos de alto valor, “algumas virtualmente evaporaram-se em cidades fantasmas após percorrerem a breve onda de *boom-bust* das atividades extrativistas tão típicas da região”.

As espacialidades que mais tarde se transformariam em cidades da Amazônia deram, portanto, suporte à implantação de sistemas de exploração e dominação que acarretaram grandes sacrifícios à população local. Contraditoriamente ao que se possa pensar, nos primeiros séculos a ocupação europeia significou “uma forma peculiar de colonização que, longe de acrescentar novos contingentes humanos à área, sangrava-o ininterruptamente em suas populações indígenas” (MOREIRA NETO, s/d, p. 17), conforme já sustentado por Oliveira, J. (2000, p. 192).

Para ter ideia da brutalidade a que as populações locais foram submetidas e o papel que cumpriam os fortes construídos pelos europeus, em particular pelos portugueses para o recorte aqui analisado, basta citar um trecho da crônica escrita pelo pe. Cristóbal de Acuña, em 1641, intitulada “Novo descobrimento do rio das Amazonas” e que narra a descida da expedição de Pedro Teixeira no ano de 1639. Já no final da expedição, passando pelo rio Tapajós, deram com uma expedição que

pretendia investir contra os índios identificados como Nação Tapajós. Tal empreitada, liderada pelo cabo-chefe Bento Maciel, filho do então governador do Estado de Maranhão, saiu do Forte do Desterro com o propósito de adquirir escravos:

Ordenaram-lhes os portugueses [aos Tapajós] que entregassem todas as flechas envenenadas que tinham, que era o que mais se podia rezear, o que os miseráveis obedeceram prontamente. E, vendo-os tão desarmados, os portugueses tomaram grande quantidade deles e encerraram-nos em um curral forte com suficiente guarda. [...] Não parou aqui a crueldade dos portugueses que, como iam envolvidos na cobiça de escravos, não ficariam satisfeitos até verem-se senhores deles. Ameaçavam os índios encurralados e assustados, atemorizando-os de novo com sua força, para que oferecessem escravos [...], os portugueses deixaram livres, dessa forma, os que, por assim verem-se, ofereceram seus próprios filhos como escravos, como muitas vezes tem sucedido. Despacharam todos estes escravos para o Maranhão e Pará, que eu vi com meus próprios olhos e, saboreando a vitória, prepararam logo outra expedição maior para outra nação mais adentro do Rio das Amazonas (ACUÑA, 1994 [1641], p. 185).

Essas novas espacialidades surgidas como feitorias, fortalezas e aldeamentos, portanto, não se centravam na vida local como já afirmado. As feitorias, que eram entrepostos comerciais e locais de armazenagem de produtos, estavam a serviço da metrópole. De modo geral, os produtos não chegavam até aí pelo estabelecimento da busca voluntária dos moradores da região, mas pela imposição via uso de força bruta e da brutalidade das imposições ideológicas. A exploração da mão de obra indígena foi imposta com dureza extrema (BESSA FREIRE *et al*, 1987; SANTOS, F., 2002; SOLZA, 2009). A exploração de mais-produto da população local foi imposta com prejuízos que foram muito além das perdas materiais.

Pouco houve, com isso, a fixação de uma elite comercial capaz de canalizar e criar poder de base local. Pelo contrário, os agentes da colonização que se fixaram subordinavam-se aos interesses externos e sonhavam retornar ao seu lugar de origem quando fizessem fortuna. O explorador europeu vinha em busca do *El Dorado* não com o objetivo de contemplá-lo, mas com o propósito de saqueá-lo para fazer fortuna em sua terra de origem. Os mitos do 'El Dorado', 'Lago Pairiri', 'Gran Omagua', 'País das Esmeraldas' (PORRO, 1992, p. 11), do 'Reino das Amazonas' e tantos outros semelhantes que moveram aventureiros traduzem bem o sentimento

do conquistador e não é necessária a análise aprofundada para perceber que não importava a conservação dos recursos 'no' e 'para' o local. Na atualidade encontramos um correspondente com a busca por desenvolvimento econômico para a região pautado unicamente na exploração exaustiva e predatória de recursos naturais. Celso Furtado (1996) trata como "mito" essa perspectiva de desenvolvimento que não leva em conta os limites do planeta, a diversidade sociocultural e relega o bem-estar das pessoas à consequência, não a objetivo. Esse mito é propalado por grupos políticos e empresariais, e permeia o ingênuo imaginário de populações locais que muitas vezes acabam tendo de suportar o ônus do processo.

A partir daí, em grande medida, deve-se a gênese de um modelo de cidade que privilegia o olhar para fora, negligenciando seus habitantes. Do 'forte' a herança do ideal de conquista e dominação. Da 'feitoria' o caráter efêmero, provisório, que tem sentido apenas como entreposto de mercadorias.

Já os aldeamentos se constituíram, em muitos momentos, como formadores de força de trabalho. Por meio deles se buscava eliminar as formas de organização e as culturas próprias dos povos indígenas transformando-os em força de trabalho disponível. Atendiam a propósito religioso baseado na catequização para a conversão ao cristianismo, ao mesmo tempo em que transformavam índios em força de trabalho para atender as demandas surgidas no processo colonial, as duas normalmente se revelaram faces da mesma moeda: religião amansando o espírito para a submissão ao trabalho para o outro, o colono/colonizador estrangeiro.

Com isso, na maioria dos casos os aldeamentos se constituíram como verdadeiros "sumidouros de gente". Os indígenas, que eram concentrados nas missões por meio dos descimentos ou de outras formas de recrutamento, eram, depois de "amansados", utilizados como mão de obra. Moreira Neto (1984) afirma que as missões religiosas foram utilizadas como mecanismo para a formação das vilas e lugares considerados como de branco.

Apesar do avanço desses novos princípios de estabelecimento de espacialidades nos séculos seguintes, elas continuaram como oposição e negação da maioria da população por muito tempo. A população indígena não foi completamente destruída e muitos permaneceram nas malocas e povoações

construindo e vivendo suas espacialidades. Posteriormente os núcleos de ocupação colonial também estiveram em oposição aos quilombos, mocambos e outras espacialidades organizadas por populações residuais ou dissidentes do processo colonial.

A partir da instituição do Diretório dos Índios em 1755,<sup>11</sup> e em todo o período em que a política colonial esteve sob o comando do marquês de Pombal, houve a aceleração da implantação de núcleos ligados ao processo de colonização portuguesa, da incorporação compulsória de indígenas a esses núcleos e de eliminação de traços indígenas dos mesmos núcleos (ALMEIDA, 1997; OLIVEIRA, A., 1988). Aldeamentos e povoados foram elevados à categoria de vila e outros menores à categoria de lugar. Embora no Diretório dos Índios se orientasse para a nomeação de indígenas para ocupação de cargos públicos nas vilas e locais, poucas vezes essa orientação foi efetivada (ALMEIDA, 1988) e o “poder” dado aos índios pelo Diretório não era um poder de fato, tampouco um poder efetivo, visto que estava subordinado ao poder que emana da metrópole. Ao índio era dada a “liberdade”, desde que integrasse o projeto do *caríua*.<sup>12</sup>

O período de um século que transcorre entre o início do período pombalino e a decretação da autonomia da Província do Amazonas, 1750-1850, é fase particularmente funesta na história das populações indígenas da Amazônia e os levou da condição de maioria à de minoria (MOREIRA NETO, 1984).<sup>13</sup> A lógica de espacialidade funcional criada sob o propósito de expropriação de trabalho, coisas e objetos aumenta sua participação relativa muito mais pela eliminação do outro que por crescimento da população sob sua alçada. Pouco a pouco também as relações vão sendo modificadas e as estratégias para exploração de mais-trabalho vão se sofisticando e passando a sofrer influência da lógica capitalista que naquele momento está sendo gestada.

---

<sup>11</sup> Na obra *O diretório dos índios: um projeto de ‘civilização’ no Brasil do século XVIII* (ALMEIDA, 1997) encontra-se anexa na íntegra o texto do Diretório.

<sup>12</sup> *Caríua* (MELLO, 2003, p. 34), *kariwa* (GRENAND & FERREIRA, 1989, p. 70) ou ainda *cariú* designa o não índio. A palavra é tupi e foi amplamente disseminada na Amazônia no período que o Nheengatu, vertente amazônica da língua geral tupinambá, foi utilizado como língua franca. Esse termo continua sendo bastante utilizado em várias partes da Amazônia por populações indígenas e caboclas, falantes ou não do Nheengatu. O termo ‘branco’, normalmente utilizado, cria um estigma de que seriam pessoas de cor branca, o que deve ser relativizado.

<sup>13</sup> Moreira Neto, na mesma obra, cita várias causas para isso, entre elas epidemias de doenças introduzidas, escravização, guerras ofensivas e as consequências da Cabanagem e as guerras de retaliação a esse levante popular.

Com isso a história das cidades na Amazônia foi, durante a maior parte do tempo, por um lado a história do conquistador e, por outro, história de resistência e combate contra os fundadores e ocupantes das espacialidades que vieram a se transformar em cidades.<sup>14</sup>

Nessa história de resistência cita-se a Cabanagem como uma das tantas, talvez a mais conhecida, revolta e resistência que aconteceu ao longo da história da Amazônia desde a chegada dos colonizadores. A Cabanagem acabou por ser, também, a expressão da fúria contra os ocupantes e construtores das novas espacialidades que lhes usurpavam quase tudo, especialmente estrangeiros vistos não só como agentes, mas, sobretudo, como símbolo de destruição de suas formas de vivências e de suas espacialidades. Os revoltosos eram, em sua maioria indígenas, negros, mestiços e brancos sem-terra, expropriados de seus territórios, saturados de serem explorados, escravizados (THORLBY, 1987):

A Cabanagem, em última fase, transbordou como uma grande enchente das margens conhecidas da luta política e fez renascer o orgulho de uma Amazônia indígena, que saiu de sua letargia para dar o troco de dois séculos e meio de atrocidades (SOUZA, 2009, p. 212).

Apesar de os cabanos terem sido vitoriosos no primeiro momento, tendo eliminado grande parte dos opressores, não lograram se apropriar daquelas novas espacialidades, pois estas eram completamente diferentes das suas. Por outro lado, as consequências trágicas da carnificina que gerou, incluindo as cruzadas punitivas que duraram cerca de uma década, estão entre as principais causas da definitiva passagem da população indígena de maioria à minoria segundo Moreira Neto (1984). Ainda segundo esse autor, após a Cabanagem, novamente se recorre às

---

<sup>14</sup> Cabe assinalar que nenhuma das cidades nasceu diretamente das aldeias indígenas. De certa forma essa condição perdurou por toda história até o presente, já que o estatuto de cidade no Brasil sempre seguiu critérios políticos e a lógica do Estado brasileiro é herdeira direta dos Estados europeus. É, pois, óbvio que tiveram prioridade de ganhar esse estatuto os povoados sob o domínio da lógica do conquistador. Ainda hoje não são das sociedades indígenas que surgem as cidades. Mesmo os povoados com grande número de pessoas, como o distrito de Lawaretê, na calha do rio Negro, com 2.500 pessoas residentes na sede do distrito segundo o Censo de 2010 (IBGE, 2013: somatório dos setores censitários 130380905000045, 130380905000046, 130380905000047, 130380905000048), ou Belém do Solimões, no alto rio Solimões, com população de 372 pessoas somente na sede do distrito (IBGE, 2013: somatório dos setores censitários 130406205000032, 130406205000033, 130406205000034) não têm o estatuto de cidade e só o ganharão se aceitarem abandonar sua forma de organização social ou, pelo menos, sobrepor a elas as estruturas do *Caríua*.

missões para remediar a extinção ou decadência dos núcleos considerados “de branco”:

O aldeamento indigenista oficial, criado após 1845 e que é de certo modo uma missão com apoio oficial, deveria funcionar como uma espécie de canal de drenagem entre aldeia tribal e a povoação nacional, através do qual pudessem ser captados e transferidos os contingentes indígenas que se iriam integrar a vida da província como força de trabalho (MOREIRA NETO, 1984, p. 5).

A rarefação da população que teve nesse momento seu ápice reforçou o imaginário de Amazônia como vazio demográfico,<sup>15</sup> mas que tinha seu fundamento principal no não reconhecimento da população indígena e excluída como integrante da população nacional. Por sua vez, esse imaginário justificou a sistemática introdução de novos contingentes populacionais vindos das mais diversas partes do Brasil e do mundo, com destaque para as levas de nordestinos trazidos para a exploração da borracha, tanto na sua primeira fase, que se dá entre o final do século 19 e início do século 20, quanto no seu segundo ciclo relacionado com a Segunda Guerra Mundial. A introdução desses contingentes humanos não se deu sem a criação de novos conflitos com a população anteriormente residente. Também não modificou por si própria a função das cidades amazônicas que continuou sendo de apoio e suporte para a expropriação da região e da exploração de mais-trabalho dos seus habitantes. Novas cidades foram criadas em função da exploração da borracha ainda sob os signos do atendimento a demandas externas (OLIVEIRA, A., 1988) e não em função de proporcionar conforto à vida das populações locais como fim último. As cidades eram ainda mais o entreposto de força de trabalho e de produtos que propriamente local das pessoas, pelo menos em termos de concepção.

É apenas a partir da segunda crise da borracha que as cidades da Amazônia vão experimentar um sistemático aumento e concentração populacional. São migrantes de várias partes do Brasil e do mundo, mas são principalmente nordestinos e seus descendentes, caboclos amazônicos e indígenas que passam a ocupar os espaços urbanos. Os indígenas que vinham para a cidade muitas vezes

---

<sup>15</sup> Considerando as estimativas de Denevan citadas anteriormente (*apud* BESSA FREIRE *et al*, 1987; FAUSTO, 2005), segundo as quais a área brasileira da Bacia Amazônica existiriam 3.625.000 habitantes antes do contato com conquistador europeu, e se tomarmos em conta que a Região Norte corresponde aproximadamente a essa mesma extensão geográfica, podemos verificar que esse número de habitantes só seria alcançado novamente entre as décadas de 1960 e 1970 como mostram os dados do IBGE de população recenseada para esses anos que são de 2.930.0005 e 4.188.313, respectivamente (IBGE, 2014) (veja Tabela I).

tinham de abrir mão ou camuflar sua identidade por serem o “outro” naquelas estruturas concebidas como estranhas ao lugar. E para não serem identificados como indígenas, deixar de se comunicar em suas línguas era exigência, o que por sua vez dificultava a conexão com o passado, pois, como afirma Bessa Freire (2008), a língua é a canoa do tempo.

Nos anos sessenta do século passado há o golpe militar e a Amazônia passa a ocupar um lugar estratégico do ponto de vista geopolítico. Sobre o pretexto de integração nacional e proteção do território, diversas políticas desenvolvimentistas foram impostas. Segundo Adélia de Oliveira (1988), com a modificação da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) em Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), os projetos desenvolvimentistas tiveram seu poder de coordenação regional aumentado. Além disso, o “Banco de Crédito da Amazônia”, sendo transformado em “Banco da Amazônia”, adquiriu mais recursos, enquanto a criação da Zona Franca de Manaus cumpria a função de atrair interesses econômicos e financeiros para a área. Mais uma vez o bem-estar das populações locais ficou em segundo plano e o que se observou foi a criação de condições para a apropriação do espaço e dos recursos pelo capital.

Com o avanço da agropecuária, a instalação de mineradoras, madeireiras, grandes projetos hidroelétricos e abertura de rodovias, a região foi afetada por atividades predatórias enquanto o bem-estar das populações locais continuou sendo negligenciado. A ação do Estado, de migrantes e de empresas acarretou grandes transformações em várias partes da Amazônia, gerando mais uma vez conflitos e fortalecendo as concepções que veem a região como área de fronteira de recursos. A expectativa de empregos atraiu contingentes populacionais para a região e em especial para as cidades de Manaus e Belém. Por outro lado, a promessa de empregos e de vida melhor atraiu também seringueiros, caboclos descendentes de índios ou não, e os próprios indígenas, ou seja, atraiu os simples para as cidades.

Com isso a região experimenta um aumento significativo de habitantes nas cidades. Entre os anos de 1950 e 2010 os registros populacionais para a Região

Norte do Brasil indicam salto, passando de 2.048.696 para 15.864.454,<sup>16</sup> enquanto que a população urbana passa de 607.164 para 11.664.509 habitantes (Tabela 1.1). Em termos relativos urbano-rurais, os dados oficiais apontam inversão dos percentuais. Enquanto em 1950 a população urbana era estimada em 29,64% e a população rural em 70,36%, em 2010 o Censo do IBGE apontou 73,53% da população da região como urbana e 26,47% como rural. Ainda assim se observa crescimento da população rural em termos de números absolutos até 1991. Entre 1991 e 2000 observa-se queda no número absoluto de população rural e lenta retomada do crescimento entre 2000 e 2010, mas que ainda não chegou a compensar a diminuição do período 1991-2000.

**Tabela 1.1: População urbana e rural da Região Norte**

População							
Grande Região: Norte							
Ano	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
<b>Total</b>	2.048.696	2.930.005	4.188.313	6.767.249	10.257.266	12.900.704	15.864.454
<b>Urbana</b>	607.164	1.041.213	1.784.223	3.398.897	5.931.567	9.014.365	11.664.509
<b>Rural</b>	1.441.532	1.888.792	2.404.090	3.368.352	4.325.699	3.886.339	4.199.945
Participação relativa urbano-rural							
<b>Urbana</b>	29,64	35,54	42,60	50,23	57,83	69,87	73,53
<b>Rural</b>	70,36	64,46	57,40	49,77	42,17	30,13	26,47
<b>Notas: 1 – Para 1950: População presente</b>							
<b>2 – Para 1960 até 1980: População recenseada</b>							
<b>3 – Para 1991 até 2010: População residente</b>							
<b>4 – Para 1950 até 1960: Os dados referentes ao nível Brasil incluem a população da região da Serra dos Aimorés, área de litígio entre Minas Gerais e Espírito Santo</b>							
<b>1950 a 1991, 2000 e 2010 (Universo) – Censo Demográfico</b>							

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra (IBGE, 2014a).

No mesmo período, 1950 a 2010, a população oficialmente considerada no Estado do Amazonas passa de 514.099 para 3.483.985 (Tabela 1.2). Embora nesse

<sup>16</sup> As estatísticas oficiais não computaram, ao longo da história, a população sem contato com a sociedade nacional, por isso é necessário considerar que quanto mais para trás se vai, maiores são os valores absolutos e relativo de população não computada. Há de se considerar que parte do aumento populacional se deveu a incorporação dessa população na medida em que os contatos vão sendo realizados e elas passam a ser consideradas parte da população oficial brasileira. Por exemplo, Adélia de Oliveira (1988) assinala que as estatísticas oficiais não computavam indígenas não integrados à sociedade nacional. O vir para a cidade pode ter colaborado para que contingentes antes não considerados passassem a ser contados. Também a Constituição Federal Brasileira de 1988 colaborou significativamente para o reconhecimento dos direitos das populações tradicionais, tendo impacto na busca para que esse contingente populacional passasse a ser considerado e computado. A incorporação de contingentes populacionais antes negligenciados pelas contagens oficiais deve ser tomada como uma das prováveis justificativas para o contínuo aumento dos valores absolutos de população rural apesar do contínuo fluxo populacional em direção às cidades a partir da década de 1950, especialmente no Estado do Amazonas.

período a participação relativa da população rural oficialmente computada passasse de 73,21% em 1950 para 20,91% em 2010, em termos absolutos houve crescimento em todas as décadas consideradas. Quanto à população urbana, há um crescimento bastante acelerado em todos os períodos, mas que em termos relativos começa a diminuir a partir de 1991, visto que entre 1980-1991 a taxa de crescimento urbano foi de 72,81%, em 1991-2000 foi de 40,31% e entre 2000-2010 foi de 30,76%.

**Tabela 1.2:** População urbana e rural do Estado do Amazonas

<b>População</b>							
<b>Unidade da Federação: Amazonas</b>							
<b>Ano</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Total</b>	514.099	721.215	960.934	1.449.135	2.102.901	2.812.557	3.483.985
<b>Urbana</b>	137.736	239.659	409.278	869.020	1.501.807	2.107.222	2.755.490
<b>Rural</b>	376.363	481.556	551.656	580.115	601.094	705.335	728.495
<b>Participação relativa urbano-rural</b>							
<b>Urbana</b>	26,79%	33,23%	42,59%	59,97%	71,42%	74,92%	79,09%
<b>Rural</b>	73,21%	66,77%	57,41%	40,03%	28,58%	25,08%	20,91%
<b>Notas: 1 – Para 1950: População presente</b>							
<b>2 – Para 1960 até 1980: População recenseada</b>							
<b>3 – Para 1991 até 2010: População residente</b>							
<b>4 – Para 1950 até 1960: Os dados referentes ao nível Brasil incluem a população da região da Serra dos Aimorés, área de litígio entre Minas Gerais e Espírito Santo</b>							
<b>1950 a 1991, 2000 e 2010 (Universo) – Censo Demográfico</b>							

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra (IBGE, 2014a).

Podem ser apontados três fundamentos para o aumento da população nesse período: 1 – a vinda de imigrantes atraídos principalmente pela indução do Estado brasileiro por meio da implantação e incentivos a projetos desenvolvimentistas; 2 – o crescimento da população local; 3 – a inclusão nos censos mais recentes de populações antes negligenciadas nas contagens populacionais oficiais. Para a Região Norte como um todo, o maior percentual de aumento da população se deve provavelmente ao ingresso de imigrantes e o menor à inclusão de populações antes negligenciadas nas contagens oficiais, todavia apenas estudos acurados podem apontar a magnitude de cada um desses fatores no aumento nos números registrados nas contagens populacionais. Há ainda de considerar que cada localidade da Amazônia foi atingida de forma diferente e que em muitos locais, inclusive a contribuição de processos migratórios recentes, é relativamente pequena.

Quanto à transferência de população do interior para as cidades, há de considerar que a urbanização da população na Amazônia acompanha tendência mundial fruto da industrialização, do desenvolvimento de tecnologia, especialmente de transporte e comunicação, e das atuais relações de produção com o desenvolvimento das relações capitalistas. Na Amazônia o processo não pode ser atribuído à industrialização como fator principal e deve-se considerar a crise no campo como importante fator. Cada local apresenta peculiaridades, o que faz com que ele não se processe e tenha o mesmo significado em todas as partes. Assim, a atração de contingentes populacionais para cidades, em especial para Manaus, teve como fator importante a crise no sistema econômico que havia sido imposto no período da borracha e que havia destruído muitas das condições que possibilitavam a autonomia das populações locais.

Do ponto de vista dos grandes interesses empresariais, que a essa época foram fortalecidos pela centralização das políticas de desenvolvimento da região na Sudam, a migração para a cidade fornecia, por um lado, força de trabalho barata e exército de reserva para as indústrias, montadoras e empresas comerciais e, por outro lado, liberava as terras para conversão destas em mercadoria e capital.

A esperança de vida melhor na cidade, gerada inclusive pela propaganda que atrai a população do interior para elas, fez com que a população simples fizesse da cidade espaço de disputa, espaço a ser ocupado e conquistado, espaço de lutas sociais incluindo as lutas pelo direito à construção de espacialidades próprias. A vida na cidade exige e abre novas possibilidades e estratégias de resistência das populações locais. Entre essas novas possibilidades e estratégias de resistência estão o fortalecimento de movimentos e mobilização social e as lutas pelo reconhecimento do direito à diferença.

A resistência também exige o ressurgir e a manutenção de formas pretéritas de relação com o espaço dentro e ao redor da cidade, bem como a criação de novas formas de relação com o interior, ou seja, outras espacialidades. E mesmo para quem não está ou reside nas cidades torna-se fundamental se fazer presente nelas, pelo menos a partir da criação de redes de colaboração. As novas tecnologias de transporte e comunicação possibilitaram para muitos manter um pé dentro e outro fora da cidade. Com isso, em 2010 o Censo Demográfico classificou 73,53% da

população da Região Norte e 79,09% da população do Estado do Amazonas como urbana (IBGE, 2014a), por morar na cidade. Todavia, em muitos locais o intenso fluxo migratório, a mobilidade ocupacional e rápidas ligações de transporte e comunicação obscurecem linhas funcionais da divisão entre os setores rural e urbano (BROWDER & GODFREY, 2006; MARINHO & SCHOR, 2012).

Essa ocupação da cidade possibilita o fortalecimento de nova perspectiva ou passagem da função predominante da cidade na Amazônia, talvez a primeira grande passagem. A cidade passa da função principal de instrumento de conquista do outro e do território (forte) e/ou entreposto comercial (feitoria) e/ou cooptação e celeiro de mão de obra (aldeamento), para ser acima de tudo local de vida, de encontros e de conquistas.

Todavia, como característica dos processos sociais, essa passagem não se dá/dará de forma natural, linear e sem conflitos. Na contramão dessa perspectiva muitas espacialidades na Amazônia ainda surgem como celeiros de mão de obra de caráter efêmero como são as cidades empresas e, nas cidades existentes, as periferias que rapidamente crescem quando da instalação de grandes projetos nas suas imediações. No Capítulo 2 se verá que também parte do crescimento da cidade de Itacoatiara é por conta da necessidade de mão de obra para indústrias madeireiras que se instalaram na cidade com incentivos governamentais.

De todas as maneiras o aumento da população das cidades e o fortalecimento da perspectiva de que sejam pensadas antes como local de vida que instrumentos de conquista, entreposto comercial e celeiro de mão de obra abre caminho para a construção de ambiente e sociedade que, como propõe Milton Santos (2008), tem o homem no centro das preocupações, como um dado filosófico e como uma inspiração para as ações e que assegure,

o império da compaixão nas relações interpessoais e o estímulo a solidariedade social, a ser exercida entre indivíduos, entre o indivíduo e a sociedade e vice-versa e entre a sociedade e o Estado, reduzindo as fraturas sociais, impondo uma nova ética, e, destarte, assentando bases sólidas para uma nova sociedade, uma nova economia, um novo espaço geográfico (SANTOS, M., 2008, p. 147-148).

A cidade na Amazônia, como lugar de vida e de possibilidades, pode sair da condição de instrumento de opressão para ser também espaço da práxis no caminho do direito pleno à vida, à descolonização e ao bem viver que hoje o movimento social, especialmente o movimento indígena, tenta afirmar e construir. E se, como também afirma Milton Santos (2008), o ponto de partida para pensar alternativas seria a prática da vida e a existência de todos, entender os elementos socioculturais e a organização do espaço das e pelas populações que vivem nas cidades amazônicas será fundamental, principalmente se considerarmos a diversidade fruto da grande quantidade de grupos sociais que as compõem e que não só reconstroem formas pretéritas de relação como elaboram e reelaboram novas. A relação com o território do entorno das cidades é parte importante nesse processo.

E no contexto da Amazônia não se pode afirmar indiscriminadamente que ir para a cidade, para quem antes não estava na cidade, significa deixar de ser o que é. O ir para a cidade pode ser uma estratégia para continuar existindo e resistindo. O ir para a cidade pode não significar abandonar completamente o campo ou interior. Como será demonstrado no último capítulo deste trabalho, a partir de pesquisa de campo no bairro do Juary, cidade de Itacoatiara/AM, manter um pé na cidade e outro fora da cidade ajuda a garantir a vivência e a cultura. Assim, o aumento da população urbana, embora em alguns casos signifique a diminuição da população domiciliada, não significaria necessariamente um esvaziamento do campo.

Nos diferentes períodos as relações se transformaram. As várias nações indígenas se transformaram para resistir. O colonizador se transformou no contato com o local e no processo de fixação no novo espaço. Muitos imigrantes buscaram fazer da Amazônia seu novo lar e foram se incorporando ao universo local. Quando ocorreu a retração no sistema colonial, as populações locais (re)ocuparam os espaços perdidos, mas que já não eram os mesmos. Esses espaços estavam transformados, assim como as próprias populações e sociedades. Há reconstrução que, ao mesmo tempo, é a construção de um novo. Os elementos de fora não podem mais ser totalmente eliminados. E quanto a muitos desses elementos nem se deseja isso, porque são agora partes e se combinaram com elementos endógenos, sejam esses antigos ou novos. Entre os novos elementos endógenos devem-se destacar as estratégias de vivência, resistência e reconstrução.

O espaço das cidades se transforma no tempo e assume outros significados. A ocupação da cidade, nesse sentido, tornou-se o *locus* de grandes estratégias de luta de resistência e ocupá-la às vezes parece forma eficaz de “amansar” o invasor,<sup>17</sup> que significa inseri-lo nos processos de produção e reprodução ‘no’, ‘do’ e ‘para’ o local. Por que isso ocorre? Porque não se trata de relação de dentro e de fora, mas de dominação e emancipação e que está, por sua vez, permeada por relações de classe.

Há que reconhecer a cristalização de muitas heranças tétricas do passado que impedem a progressão para novo estágio e *status* das cidades nessa região. Essa cristalização está, sobretudo, no plano social e identificá-las é desejável para o caso de se buscar superá-las. Entre essas estão as perspectivas: que põem a população local antes como força de trabalho do que como sujeito a quem deve ser destinado o fruto do trabalho; que colocam os espaços fora da cidade como fonte de matéria-prima para exportação antes que fonte de recursos e espaço da vivência local; que privilegiam o valor de troca sobre o valor de uso como indicadores de riqueza; que veem a Amazônia como fronteira de recursos e não como patrimônio da humanidade e principalmente das populações locais.

### **1.3. Sobre a cidade e o urbano na Amazônia**

Só é possível o reconhecimento da diferença e o exercício da reflexão sobre o rural e o urbano, sobre a cidade e o campo, em decorrência de uma divisão social do trabalho que separa o biológico do técnico, o trabalho manual do intelectual (ENDLICH, 2006; MONTE-MÓR, 2006). Sendo assim, como pensar a cidade e o campo, o urbano e o rural quando se pretende tratar das populações da Amazônia?

Nos estudos da Amazônia, espaços e tempos devem ser analisados cautelosamente considerando a possibilidade de não serem encontradas as

---

<sup>17</sup> Com a expressão “amansar o invasor” se está parafraseando a história contada por um índio Manoki, do noroeste do Estado de Mato Grosso, que incorporou a suas histórias tradicionais a “história da pacificação dos *Kewa*” (não índios na sua língua), pois, segundo eles, eram os *Kewa* que eram “brabos” e precisaram ser amansados para que pudessem conviver pacificamente. História semelhante se escutou de um caboclo amazônico que falava que em sua infância, quando vinham chegando barcos trazendo nordestinos para a exploração da borracha, sua mãe dizia “entrem para casa que vem chegando os brabos”.

condições em que os conceitos expliquem realidades particulares. Sobre a oposição cidade-campo:

A divisão territorial do trabalho constitui o fato responsável pela formação do campo e da cidade, de maneira que possam ser separados, que assumam formas e funções diferenciadas, porém deve-se deixar claro que estão indubitavelmente articulados, pois compõem uma totalidade (SILVA, W., 2006, p. 69).

Como visto anteriormente, quando se trata das relações com a grande massa de população da Amazônia, as cidades estiveram num primeiro momento de sua história bastante apartadas. Predominava a ruptura e relações de violência entre os moradores da cidade e os de fora da cidade. Não se constituía em totalidade. Eram sociedades distintas que se chocavam. De um lado estavam as populações indígenas que enquanto permaneciam em suas aldeias<sup>18</sup> se articulavam entre si e, quando estabeleciam articulação com os núcleos populacionais dos *caríua*, procuravam manter sua independência constituindo-se em sociedades próprias. De outro lado os núcleos coloniais não exerciam centralidade absoluta e se impunham como tentáculos de um sistema cujo poder político e econômico lhes escapava. Por outro lado, em ambas, cidade e aldeia, a vida da maioria dos habitantes estava ligada à exploração de recursos naturais e agrícolas, não havendo clara separação funcional entre essa maioria que pudesse embasar uma posição categórica de que eram da cidade ou do campo.

Para uma afirmação categórica falta, pois, a condição de efetiva centralidade da cidade e principalmente de divisão clara e articulada de um grupo habitante da cidade com outro grupo da mesma sociedade habitando fora da cidade. Não que a separação cidade e campo não tenha aparecido, mas certamente esteve limitada a circunstâncias específicas situadas em tempos e em espaços restritos e também limitadas em termos de intensidade.

Pode-se supor que tenha havido expansão de condições que se aproximavam mais do que descreve a oposição das categorias cidade-campo

---

<sup>18</sup> Aqui o termo aldeia está designando a comunidade indígena em sua espacialidade própria, construída pelos próprios sujeitos indígenas da maneira própria de cada povo e cultura. Não confundir com aldeamento que designa espacialidades instaladas na perspectiva de retirada das populações indígenas de suas espacialidades próprias, integrando-as ao sistema colonial. Nesse sentido o aldeamento foi implantado em oposição à aldeia.

durante os *booms* relacionados com a exploração de mercadorias que tinham em dado momento importância para os mercados externos, como aquelas já citadas, as drogas do sertão, a borracha, o peixe, o cacau e a juta. Mas à margem da história, e mesmo em tempos e espaços do sistema colonial à atualidade, nas cidades ribeirinhas predomina relações na forma cidade-campo, onde estes não aparecem separados e articulados, mas como extensão um do outro. Isso aponta para a questão central desta dissertação que, na maioria dos lugares na Amazônia, cidade-campo são espaços contíguos com múltiplas relações.

À medida que a população local adentra a cidade, e sempre que não lhe são impostas formas de construção do espaço por um agente de controle, seja o Estado, igrejas, empresas, forças armadas, ONGs, ela começa a reproduzir as suas espacialidades pretéritas e estabelecer novas a partir dos outros elementos sociais, culturais e técnicos agora presentes, mas a partir de perspectiva que retoma parte de sua relativa autonomia. Muitas vezes vive-se no povoado ou cidade, mas do trabalho exercido fora destes. Como será tratado no Capítulo 3, esse é o caso de grande parte dos moradores do bairro do Juary, na cidade de Itacoatiara, que em 121 residências onde se realizou entrevistas, 64 (que correspondem a 52,89%) afirmaram que pelo menos uma pessoa da residência desempenha ofício na zona rural, 55 (45,45%) responderam que os residentes da casa ou algum deles possui sítio<sup>19</sup> e apenas 22 (18,18%) dos entrevistados disseram não frequentarem sítios no interior.

Em estudo sobre a cidade de Codajás na calha do rio Solimões, Marinho & Schor (2012) também observaram que moradores da cidade desempenham atividades econômicas fora dela:

O morador da cidade vê nas atividades agrícolas e/ou extrativistas vegetais (açai) e/ou animais (pesca) uma alternativa para complementar a renda ou sendo estas atividades a principal renda monetária das famílias das cidades pequenas dos municípios da calha do rio Solimões. Outro fenômeno nestes municípios é a presença da casa do interior e a casa da cidade. Muitas famílias que exercem atividades agrícolas acabam possuindo casas tanto na cidade quanto no meio rural e os que vivem do pescado

---

<sup>19</sup> A maioria das propriedades rurais camponesas na região de Itacoatiara é designada por 'sítio', por isso esse termo foi bastante utilizado na presente dissertação. Muitas pessoas disseram não ter sítio, mas frequentar sítios de parentes. Outros, especialmente pescadores, não têm propriedade, no entanto vivem dos recursos do rio, também entendidos como interior.

normalmente possuem casas somente na cidade e se deslocam regularmente para os rios e lagos para pescar (MARINHO & SCHOR, 2012, p. 74).

Nessa circunstância onde se verifica pouca divisão territorial do trabalho entre habitantes da cidade e de fora da cidade, mesmo existindo divisão técnica e alguma divisão social, há a manutenção de conhecimentos necessários para garantir a vida relacionando-a diretamente com a natureza por parte de habitantes da cidade. As pessoas vivem nos povoados e trabalham neles e no entorno com a finalidade de garantir a vivência 'de si' e 'do grupo'. Os grupos familiares frequentemente mantêm relação direta com a natureza, vezes coletivamente, vezes apenas por alguns dos seus membros.

Em vários contextos, portanto, a oposição das categorias cidade e campo apresenta limitado poder explicativo para entender as relações sociais estabelecidas pelas populações das cidades amazônicas ao longo da história, e essa condição se mantém em muitos lugares, inclusive na cidade de Itacoatiara, como poderá ser visto com mais detalhes no transcurso desta dissertação.

Propõe-se, então, explicar parte das relações existentes nas cidades amazônicas a partir da oposição cidade-interior,<sup>20</sup> onde o 'interior' não tem a mesma conotação da categoria 'campo' principalmente porque não há uma separação clara entre os sujeitos envolvidos nessa trama. O morador da cidade vive do interior, transita no interior, é parte do interior e da cidade ao mesmo tempo. O sujeito ora pode estar no interior, ora pode estar na cidade, tendo para com ambos o sentimento do pertencimento.

A categoria cidade continua tendo importante poder explicativo porque designa o concreto, o construído e o instituído politicamente por lei. Mas o espaço fora da cidade não aparece como o campo separado da cidade pela divisão social, territorial e técnica do trabalho de maneira que possam ser separados e identificados claramente na paisagem humana. Existem, pois, limites para o raciocínio que tenta encontrar duas estruturas ao mesmo tempo separadas e articuladas. Um e outro, cidade e interior, não estão separados, mas entrelaçados.

---

<sup>20</sup> Usamos a palavra interior, pois é como as populações locais costumam designar os espaços fora da cidade. Todavia estamos cientes e alertamos de que ela aparece com diferentes significados nos usos correntes.

Não se está negando aqui a existência de segmentos da sociedade nas cidades amazônicas que podem ser entendidos pela oposição cidade-campo, apenas demarcando que, especialmente nas cidades ribeirinhas, a oposição cidade-interior como aqui proposta é uma abordagem mais apropriada para as relações predominantes.

Torna-se mais problemático ainda utilizar as categorias urbano e rural. Essas estão relacionadas a modos de vida e a estrutura social. “A cidade e o campo são feitos de edificações/obras, enquanto que o urbano e o rural efetivados por relações sociais” (SAQUET, 2006, p. 159).

Essas categorias aparecem por conta de transformações sociais da contemporaneidade. No cenário acadêmico nacional, tais categorias normalmente aparecem com um viés dicotômico como afirmam Lucelina Rosa & Darlene Ferreira (2006):

Foram nas décadas de 50 e 60 desse mesmo século [século XX] que os estudos sobre essa temática se intensificam, sendo que a grande maioria deles trabalhava sob um forte viés dicotômico, ou seja, abordava a realidade rural e urbana levando em consideração duas organizações totalmente distintas, de maneira que a existência de uma excluía a da outra (ROSA & FERREIRA, 2006, p. 188).

Enquanto para muitas regiões do Brasil e do mundo tais categorias surgem para explicar uma realidade recente, mas fruto de processo histórico relativamente longo e intimamente ligado com a industrialização, na Amazônia o uso das categorias urbano e rural só vai alcançar um relevante poder explicativo para as áreas que foram submetidas a políticas desenvolvimentistas que surgiram especialmente a partir dos governos militares pós-golpe de 1964. Citam-se em especial os programas de assentamento de pequenos agricultores ao longo de rodovias que fez surgir paisagens tipicamente rurais, com propriedades bem definidas, esparsas e dependentes de áreas urbanas; e o incentivo ao comércio e a indústria em especial com a criação da Zona Franca de Manaus e do Polo Industrial de Manaus com o crescimento de um enclave urbano em meio à floresta.

Relações sociais urbanas e rurais surgem na Amazônia, então, a partir de projetos econômicos recentes e de forma abrupta. Em muitas partes nem chega a ter formação do rural e, em outras, o que é tomado como rural segue lógica

completamente urbana como são as grandes áreas de lavoura em monocultura mecanizada<sup>21</sup> com relações de produção capitalistas e análogas às da indústria.

O rural, quando aparece, é fruto de programas forçados de reforma agrária que desrespeitam todas as formas tradicionais de organização das espacialidades. Tais programas promovem verdadeira e traumática reestruturação do espaço, da sociedade e do modo de produção:

Para compreender esta reestruturação do espaço, a análise dos modos de produção nos permite identificar momentos históricos no qual o acúmulo e o desenvolvimento de técnicas causam mudanças que, num patamar histórico, podem ser consideradas profundas e abruptas (WHITACKER, 2006, p. 138).

Para a Amazônia, é necessário destacar que a reestruturação teve pouco a ver com a criação e o desenvolvimento de técnicas locais que dessem conta de atender as necessidades das populações. Ela tem sido mais a imposição de estruturas e lógicas externas e são abruptas e profundas em todos os patamares que se possa imaginar, não apenas do ponto de vista histórico, representando quase sempre perdas para as populações locais.

Tais transformações têm atingido de forma não simétrica os diferentes rincões da Amazônia. As cidades à 'beira da estrada' são as mais atingidas e normalmente quase que exclusivamente frutos dessas ocupações recentes. As cidades ribeirinhas, de modo geral, são as menos afetadas e a própria designação 'cidades ribeirinhas' tem sido usada para designar cidades que puderam manter um ritmo mais amazônico. Aqui se está pensando na discussão feita por Trindade Júnior, Silva e Amaral (2008) sobre cidades ribeirinhas e a distinção em relação às chamadas cidades beira-rio. Cidades ribeirinhas são aquelas que mantêm relação econômica, social e cultural relacionadas ao rio. As cidades beira-rio, embora estejam nas margens de rios, não têm ou perderam a relação estreita e íntima com o rio.

As cidades ribeirinhas também têm passado por processos de urbanização. Trata-se, no entanto, de formas de urbanização, talvez fosse mais apropriado falar

---

<sup>21</sup> A obra *Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira* (BROWDER & GODFREY, 2006) é interessante para refletir sobre o tema.

em urbanidade, peculiar que não eliminam as relações com o interior ou, pelo menos, não eliminaram ainda. Como a maloca, a cidade é o local de saída e de chegada. Ela é também o local dos encontros.

Por outro lado, muitas das cidades cresceram mais pela crise no campo que pelos processos de industrialização das cidades como já sustentado na secção anterior. Nessa circunstância, ao vir para a cidade não há transformação profunda nas relações sociais e nem nas relações com o ambiente. Ao percorrer a beira do rio no Estado do Amazonas, não será surpresa encontrar a canoa chegando à cidade trazendo produtos da roça, da floresta ou da pescaria, como também se observa no bairro do Jauary, o que se notará no Capítulo 3.

Assim, seja nos povoados do interior, na aldeia indígena ou na cidade, aquela imagem de rural com pessoas em propriedades bem delimitadas e com moradores residindo longe uns dos outros pode não se fazer presente. A cidade ou o povoado é o local do encontro e da vivência:

A cidade, marcada pela concentração [...] é espaço propício à realização de atividades que requerem o encontro, proximidade ou possibilidade de comunicação, especialização ou complementaridade de papéis e funções (SPOSITO, 2006, p. 116).

Para as populações amazônicas, o encontro sempre foi fundamental e se concretizava na maloca e na aldeia. Hoje a cidade é um dos espaços do encontro. É também lugar do conflito e das lutas. É, pois, espaço privilegiado para se estudar a região. Mas para isso torna-se importante romper com as perspectivas dicotômicas e disciplinares. Sposito (2006) faz alerta nesse sentido para estudos sobre o urbano e que se torna ainda mais significativo para essa região:

De um lado, há necessidade de se superar, em diferentes campos do conhecimento, como a Geografia e a Sociologia, por exemplo, a tradição de se realizar estudos urbanos ou estudos rurais. Superar esta distinção no âmbito de um campo disciplinar requer, sobretudo, a renovação conceitual e seu diálogo com a realidade em rápido movimento. Além disto, é indispensável superar as próprias barreiras disciplinares, o que não é simples, quando se está submetido a uma divisão intelectual do trabalho que se assenta sobre a própria estrutura curricular e universitária (SPOSITO, 2006, p. 129).

Superadas essas barreiras torna-se possível estudar com mais profundidade os espaços criados pela sociedade na Amazônia, especialmente as pequenas e médias cidades das margens dos rios. Surgem diversas possibilidades, dentre elas a de relacionar economia, espaço e tempo. Daí perceber como a população amazônica, com seus processos históricos, sociais e culturais específicos, organiza-se para criar condições de satisfazer suas necessidades a partir da apropriação e criação de valores de uso. Perceber como o ir e vir do interior para a cidade cria um mundo rico e variado.

É também por meio de olhares interdisciplinares que se pode questionar e investigar como as lógicas do forte, da feitoria e do aldeamento estão presentes na organização social e na imaginação dos sujeitos que vivem na cidade. E, a partir disso, confrontar a precariedade da vida com a fartura que existe, mas não se concretiza no local, uma vez que relações postas e impostas sugam e destinam os recursos, a produção e o espírito criativo para fora, impedindo que grande parte da população tenha acesso ao que é produzido. Com esse olhar se pode, pouco a pouco, fortalecer as concepções de riqueza tais como a adotada neste trabalho que tem como indicador a ampliação do bem-estar local por intermédio da produção de valores de uso que se realizam e/ou se cristalizam no local de vida, atualmente a cidade para a maioria das pessoas. A apropriação alheia, a alienação das pessoas do local em relação ao que se produz, o desleixo em produzir para o local, para o conforto e vida local, a despreocupação com a manutenção do que é feito para o local, as perdas que derivam do impedimento à apropriação dos espaços pelas pessoas do local como consequência dos processos de privatização, mercantilização e especulação imobiliária são revelados e poderão ser denunciados.

É também por meio de abordagens interdisciplinares que se podem perceber as outras lógicas que coexistem na cidade como estratégias das populações locais de se apropriarem e criarem a cidade e o espaço ao redor. Será sempre importante lembrar que a Amazônia, que frequentemente é vista apenas como espaço rico pela sua biodiversidade, é também e principalmente rica pela sua sociodiversidade construída e vivenciada por sujeitos e que a faz um local de múltiplas espacialidades.

Ressaltam-se, então, as dimensões da apropriação e do uso sem as quais a vida dos criadores de tamanha diversidade e a riqueza não podem se concretizar no local.

O que se traça aqui é, pois, uma abordagem complexa e não fragmentada da cidade, com atenção especial aos processos específicos das populações locais de criação e apropriação de valores de uso e de apropriação dos espaços e de coisas e objetos para as quais ou sobre as quais são atribuídos e construídos valores de uso. Propõe-se um salto sobre a reflexão do urbano para chegar logo nas bases que podem dar suporte para a urbanidade na Amazônia,

o que significa reinventar os espaços coletivos como signo da nova cidade, não só como funcionalidade da produção, [e] da circulação [...], mas como lugar das pessoas. Além disto, deve-se perseguir a busca de um tempo para os encontros, que ultrapasassem os encontros para troca das coisas (OLIVEIRA e SCHOR, 2008, p. 25).

Busca-se entender os processos de apropriação e criação de valores de uso pelos povos da região e indicar os elementos que representam entraves à sua produção, apropriação e cristalização no espaço e no tempo. Compreender isso é fundamental para análises de lugares específicos na Amazônia, no caso a cidade de Itacoatiara e o seu interior, o que faremos nos capítulos seguintes.

## Capítulo 2 – A cidade de Itacoatiara

Em várias cidades da Amazônia, especialmente as ribeirinhas, certamente seria possível encontrar pessoas e grupos que se relacionam diretamente com o interior, com a floresta e com as águas, apropriando-se, usufruindo e alargando suas espacialidades para fora da cidade. Em cada uma dessas cidades encontraríamos peculiaridades e similitudes. Todavia, visto a sociodiversidade, seria difícil, ou mesmo impossível, encontrar um lugar que, estudado, forneça as respostas para entender todos os aspectos do tema das relações dos habitantes da cidade com o interior. Oferece-se aqui amostra desse universo que deve ser tomado não como a expressão da totalidade das formas de relação dos habitantes das cidades amazônicas com o interior, mas como parte capaz de fornecer indícios que nos ajudam a compreender o presente dessas espacialidades.

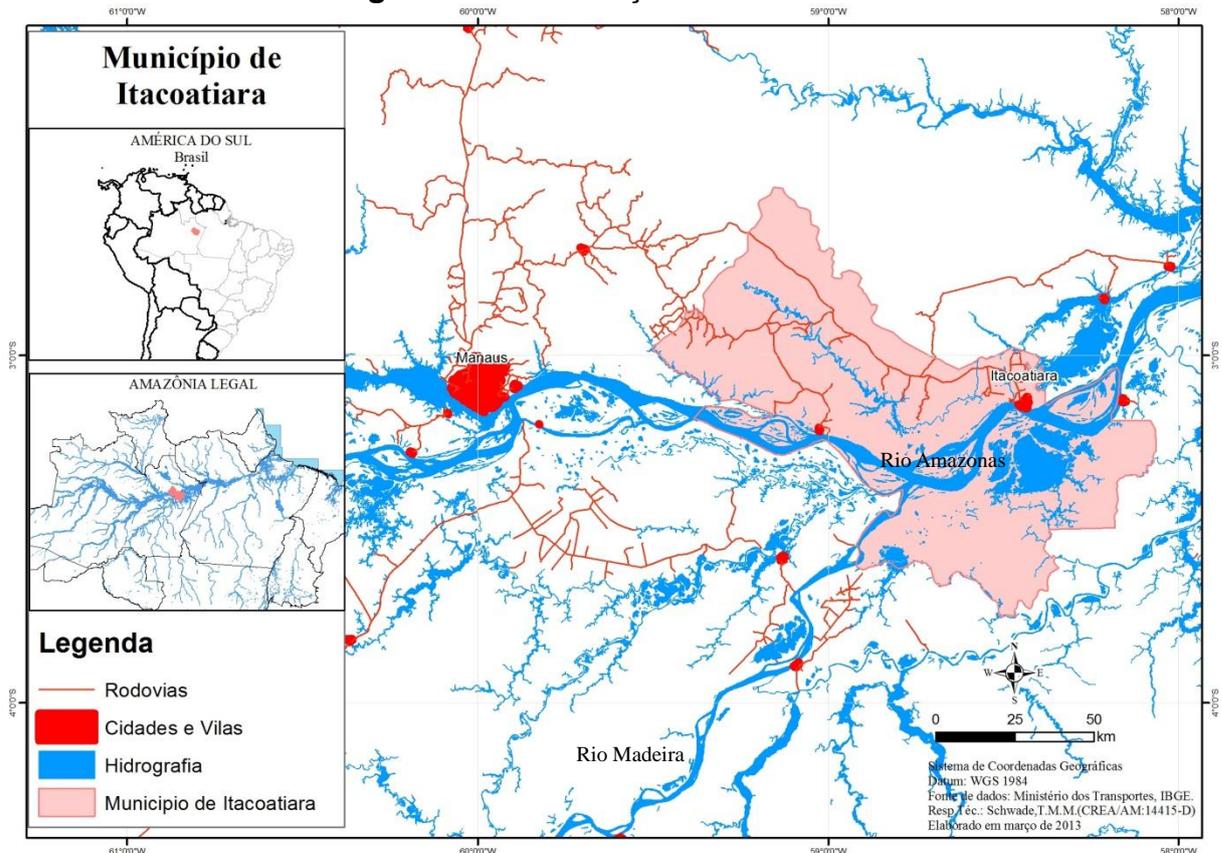
Ainda assim buscou-se realizar o estudo em um local onde fosse possível encontrar diversidade de situações e que estivesse articulado à dinâmica regional, de modo a fornecer indícios e casos representativos da diversidade presente no mais amplo espaço geográfico possível. Uma cidade que retoma ao período colonial, portanto, relativamente antiga, onde os processos históricos deixaram marcas cristalizadas na paisagem, mas que também tenha sido atingida por processos recentes, e por isso possam ser observados impactos das recentes transformações. Os dados obtidos e as observações de campo possibilitam inferir que Itacoatiara apresenta essa possibilidade.

### 2.1. Itacoatiara: produzindo um cenário

A cidade de Itacoatiara está localizada na margem esquerda do rio Amazonas, próximo à foz do Madeira e no perímetro do médio Amazonas, no centro do território amazonense (OLIVEIRA, C., 2007) o que lhe confere, do ponto de vista geográfico, situação privilegiada, sobretudo pela posição que ocupa com seus portos

servindo de eixo de ligação com grande número de lugares, tanto do interior do município como do Estado do Amazonas, da Região Norte e outras partes do Brasil e do mundo. Por meio da extensa rede de rios, lagos e igarapés, conecta-se com cidades, povoados, aldeias, sítios, fazendas. Além da rede fluvial, está ligada por estrada à capital e se articula com Roraima através da AM-010 e BR-174 e com as cidades de Silves e Itapiranga pela AM-363 (Figura 2.1).

**Figura 2.1:** Localização de Itacoatiara



Elaboração: SCHWADE, T. Maiká M. [schwade@gmail.com](mailto:schwade@gmail.com).

A extensão territorial do município é de 8.892,038 km<sup>2</sup> (IBGE, 2014b) recortada por rios, igarapés e lagos piscosos. Ao longo do rio Amazonas, abarca extensas áreas de várzea, mas seu território também é formado por áreas de terra firme.

Em 2007 a cidade de Itacoatiara foi incluída na Região Metropolitana de Manaus (RMM) criada naquele ano por meio da Lei Complementar do Amazonas de número 52 de 2007 (AMAZONAS, 2007a). Além de Manaus e Itacoatiara, fazem parte da RMM os municípios de Iranduba, Novo Airão, Careiro da Várzea, Rio Preto

da Eva e Presidente Figueiredo. No dia 27 de dezembro de 2007 a Lei Complementar n.º 59 modificou a Lei n.º 52/2007, acrescentando Manacapuru (AMAZONAS, 2007b). Não obstante a esse fato, Itacoatiara mantém importância anterior à criação da RMM na centralização de diversas demandas e fluxos dos municípios do médio Amazonas que não estão incluídos na referida Região Metropolitana, como será apontado mais adiante. Colabora para a manutenção de sua importância na região do médio Amazonas a distância em relação a Manaus. De Manaus a Itacoatiara são 270 km por rodovia (rodovia AM-010), não havendo conurbação entre essas duas cidades; pelo contrário, em quase toda a extensão a rodovia passa por áreas eminentemente rurais (na Figura 2.1 as partes em vermelho correspondem às manchas urbanas).

No sentido de demonstrar que Itacoatiara é cidade de importância regional, Claudemilson de Oliveira (2007) aponta os seguintes elementos: 1 – O fato de desempenhar função de espaço de mediação entre pequenas cidades e grandes centros, servindo como base de deslocamento temporário e permanente; 2 – constituir-se em polo regional para o atendimento de necessidades da população tanto residente na própria cidade como para as cidades próximas; 3 – é o maior fórum regional de decisões políticas e debates acerca das necessidades de desenvolvimento da sua região; 4 – desempenha papel de centro de crescimento econômico regional;<sup>22</sup> 5 – apresenta situação geográfica favorável.

Quanto à posição geográfica favorável, Claudemilson destaca o fato de estar no corredor de escoamento da produção de grãos do Centro-Oeste, do sul do Amazonas e de Roraima, especialmente de soja e milho, que a partir do local partem em direção aos Estados Unidos, Europa e Ásia. Itacoatiara abriga entreposto de grãos e infraestrutura portuária, que recebe a produção via hidrovia Madeira/Amazonas, por onde passa parte da produção de grãos do Centro-Oeste brasileiro e Rondônia com destino a várias partes do mundo:

Do ponto de vista de sua infraestrutura portuária, a cidade conta com quatro portos principais: o administrado pelo Serviço Nacional de Portos e Hidrovias – SNPH, que opera com cargas em geral [...]; o Terminal Portuário Privativo Misto de Itacoatiara – TPPMI [...] utilizado para exportação de grãos [...]; Terminal de Fertilizantes. [...];

---

<sup>22</sup> Nos itens 1, 2, 3, e 4 a centralidade de Itacoatiara é em relação ao médio Amazonas e não à Região Metropolitana de Manaus. Em relação à RMM, a centralidade é exercida por Manaus.

e o porto popular do Jauary, o qual é utilizado para armazenamento, comercialização e entreposto de pescado e produtos extrativistas, servindo, ainda, como ponto de referência para embarque e desembarque de passageiros, mercadorias e produção agrícola oriunda dos distritos e cidades próximas que se utilizam de sua estrutura portuária (OLIVEIRA, 2007, p. 136-137).

Para a conexão com o interior e o trânsito da população local, o porto do Jauary é o que tem maior importância, visto que os demais atendem principalmente as necessidades de grupos empresariais extralocal para viabilizar o escoamento de mercadorias não destinadas ao consumo da população de Itacoatiara. Embora essas atividades gerem alguns postos de trabalho, elas estão distantes da vida cotidiana da maioria dos moradores da cidade. Já o porto do Jauary, além de ser o local de trabalho de muitos moradores, é também local de passagem de quem vai para o interior, é porta de entrada para muitos produtos de consumo da cidade, é local de vivência.

**Figura 2.2:** Porto popular do Jauray, Itacoatiara-AM



Foto: Maurício Adu Scwadede, dezembro de 2013.

Ao longo da orla da cidade, outros espaços funcionam como porto com funções parecidas ao porto do Jauary, porém em escala menor.

Quanto ao aspecto populacional, Itacoatiara aparece no Censo de 2010 (IBGE, 2011) como a quarta maior cidade do Estado do Amazonas com 57.961 residentes, atrás de Manaus (1.792.881 residentes), Parintins (67.655 residentes) e Manacapuru (60.174 residentes). Considerando o total de população no município, Itacoatiara ultrapassa Manacapuru ficando em terceiro com 86.839 residentes. Em 2013, a população de Itacoatiara era da ordem de 94.287 habitantes (IBGE 2014b).

Nas últimas décadas o município tem experimentado rápido crescimento demográfico, com taxas de crescimento bem acima das registradas no Brasil. No período entre 1991 e 2000 foi de 22,72% contra 15,65% do país e entre 2000 e 2010 da ordem de 20,43% contra 12,34% do país.<sup>23</sup> Em relação, no entanto, ao crescimento da população do Estado do Amazonas (33,75% no período 1991-2000 e 23,87% entre 2000-2010) e da Região Norte (25,77% no período 1991-2000 e 22,97% entre 2000-2010), o crescimento de Itacoatiara foi menor<sup>24</sup> (Tabela 2.1, p.60).

Em todo esse período, 1991-2010, o crescimento de Itacoatiara se deu tanto no contingente de população rural quanto urbana, diferindo da tendência nacional que foi de diminuição da população rural. A população rural cresceu 19,94% e 11,86% nos períodos 1991-2000 e 2000-2010 respectivamente, enquanto para o Brasil como um todo a população rural diminuiu, com redução em -11,13% (menos onze vírgula treze por cento) e -6,33% (menos seis vírgula trinta e três por cento) respectivamente. Em relação ao Estado do Amazonas, Itacoatiara seguiu a mesma tendência, embora com crescimento relativamente maior. O crescimento da população rural do Estado foi de 17,34% entre 1991-2000 e de 3,28% entre 2000-2010. Para a Região Norte, a variação da população rural foi de -10,16% (dez vírgula dezesseis negativos) no período 1991-2000, e de 8,07% (positivo) entre 2000-2010 (Tabela 2.1).

---

<sup>23</sup> Calculado a partir de dados do IBGE (2014c).

<sup>24</sup> IBGE (2014c); PNUD (2014).

**Tabela 2.1:** População rural e urbana no Brasil, Região Norte, Amazonas e Itacoatiara

<b>População total, população rural e população urbana nos Censos de 1991, 2000 e 2010</b>										
<b>Ano</b>	<b>População total</b>			<b>População rural</b>			<b>População urbana</b>			
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	
<b>Brasil</b>	146825475	169798885	190755799	35834485	31844926	29830007	110990990	137953959	160925792	
<b>Região Norte</b>	10.257.266	12.900.704	15.864.454	4.325.699	3.886.339	4.199.945	5.931.567	9.014.365	11.664.509	
<b>Amazonas</b>	2.102.901	2.812.557	3.483.985	601.094	705.335	728.495	1.501.807	2.107.222	2.755.490	
<b>Itacoatiara</b>	58757	72105	86839	21377	25640	28682	37380	46465	58157	
<b>Taxa de crescimento por período</b>										
<b>Período</b>	<b>1991-2000</b>		<b>2000-2010</b>		<b>1991-2000</b>		<b>2000-2010</b>		<b>1991-2000</b>	
<b>Brasil</b>	15,65%		12,34%		-11,13%		-6,33%		24,29%	
<b>Região Norte</b>	25,77%		22,97%		-10,16%		8,07%		51,97%	
<b>Amazonas</b>	33,75%		23,87%		17,34%		3,28%		40,31%	
<b>Itacoatiara</b>	22,72%		20,43%		19,94%		11,86%		24,30%	
<b>Participação relativa da população (O total é 100%, variando a relação rural-urbano)</b>										
<b>Ano</b>	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	
<b>Brasil</b>	100,00%	100,00%	100,00%	24,41%	18,75%	15,64%	75,59%	81,25%	84,36%	
<b>Região Norte</b>	100,00%	100,00%	100,00%	42,17%	30,13%	26,47%	57,83%	69,87%	73,53%	
<b>Amazonas</b>	100,00%	100,00%	100,00%	28,58%	25,08%	20,91%	71,42%	74,92%	79,09%	
<b>Itacoatiara</b>	100,00%	100,00%	100,00%	36,38%	35,56%	33,03%	63,62%	64,44%	66,97%	

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil 2013 (PNUD, 2014).

Elaboração: Maurício Adu Schwade.

No Capítulo 1 se afirmou que o aumento da população urbana, embora possa significar a diminuição da população domiciliada, não significa necessariamente o esvaziamento do campo. Isso é válido para muitos lugares, e deve-se ressaltar que para Itacoatiara, no período 1991-2010, nem chegou a haver diminuição dos números absolutos de população no interior (rural), apenas diminuição da participação relativa da população domiciliada na zona rural em favor da população domiciliada na zona urbana<sup>25</sup> (Tabela 2.1). O mesmo é válido para o Estado do Amazonas que teve sua população rural aumentada nos últimos 20 anos em termos absolutos.<sup>26</sup>

No período que vai de 1950 a 2000, a única década em que se observou diminuição em termos absolutos da população domiciliada na zona rural do município de Itacoatiara foi 1980 (1980-1991) (Tabela 2.2, p. 62). Já para a população do Estado do Amazonas, observando década a década desde 1950 até 2010, em nenhum momento se observa diminuição da população rural em termos absolutos (Tabela 1.2, p. 42). Apesar disso, houve rápido crescimento da participação relativa da população urbana do Estado, principalmente entre 1960 e 1991, passando de 33,26%, em 1960, para 71,42%, em 1991. Após esse período há diminuição do ritmo de crescimento da população considerada urbana no Estado, embora ela continue crescendo, o que também se observa no período 1991-2010. O crescimento da população domiciliada na zona urbana no Estado do Amazonas, que entre as décadas de 1950 e 1991 esteve acima de 70%, depois disso passa para 40,31% entre 1991-2000<sup>27</sup> e para 30,76% entre 2000-2010.<sup>28</sup>

No caso de Itacoatiara, o crescimento da população urbana, sem que tivesse havido diminuição de população rural na maioria do período, é indício de que o

---

<sup>25</sup> O parâmetro de classificação como urbano ou rural utilizado pelo IBGE é o local de domicílio a partir da divisão oficial dos perímetros urbanos e rural de cada município. Se fossem usados outros parâmetros, sociais e econômicos, por exemplo, os resultados em muitos municípios, incluindo Itacoatiara, seriam outros com provável ampliação do percentual de população rural.

<sup>26</sup> Dos 62 municípios do Estado do Amazonas, apenas 19 apresentaram em 2010 com população rural menor que em 1991, 43 tiveram aumento de população no período (informação extraída a partir de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUDT, 2014). O crescimento da população rural no Estado atingiu quase 24% no período 1991-2010.

<sup>27</sup> O Censo que deveria ter sido realizado em 1990 pelo IBGE foi realizado apenas em 1991. Por isso os valores de referência no período 1980-2000 não estão divididos em décadas exatas e sim 11 anos para 1980-1991 e 9 anos compreendidos entre 1991 e 2000. Esse fato distorce as estatísticas, mas não cria grandes problemas para a observação de tendências. De todas as formas é necessário atentar para esse fato.

<sup>28</sup> Calculado a partir dos dados Sistema IBGE de Recuperação de Dados (Sidra) do IBGE (2014a).

município tenha recebido população de outros municípios e regiões, como já sustentado por Luciana de Oliveira (OLIVEIRA, L., 2013). Pode-se, porém, considerar a hipótese de que parte do crescimento da população oficialmente computada se deve ao fato de ter havido incorporação na contagem de contingentes populacionais antes negligenciados. Destaca-se que a soma da população dos municípios pequenos do entorno de Itacoatiara (Itapiranga, São Sebastião do Uatumã, Urucará, Silves, Nova Olinda do Norte, Urucurituba e Boa Vista do Ramos) aumentou em 34,34% no período 1991-2000 e em 23,96% entre 2000-2010, portanto maior que o crescimento de Itacoatiara (22,73% e 20,43%, nos respectivos períodos). Essa hipótese é ainda mais provável de ser confirmada quanto mais se recuar no tempo.

**Tabela 2.2:** População rural e urbana de Itacoatiara 1950-2010

<b>População de Itacoatiara 1950-2010</b>							
<b>Ano</b>	1950*	1960*	1970*	1980*	1991**	2000**	2010**
<b>Urbano</b>	5.867	8.934	15.935	26.996	37.380	46.465	58.157
<b>Rural</b>	9.306	16.693	21.411	25.892	21.377	25.640	28.682
<b>Total</b>	15.173	25.627	37.346	52.888	58.757	72.105	86.839
<b>Composição relativa urbano-rural</b>							
<b>Ano</b>	1.950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
<b>Urbana</b>	38,67%	34,86%	42,67%	51,04%	63,62%	64,44%	66,97%
<b>Rural</b>	61,33%	65,14%	57,33%	48,96%	36,38%	35,56%	33,03%
<b>Total</b>	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Taxa de crescimento</b>							
<b>Período</b>	1950/1960	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010	
<b>Urbana</b>	52,28%	78,36%	69,41%	38,46%	24,30%	25,16%	
<b>Rural</b>	79,38%	28,26%	20,93%	-17,44%	19,94%	11,86%	
<b>Total</b>	68,90%	45,73%	41,62%	11,10%	22,72%	20,43%	
* Dados extraídos da dissertação de Claudemilson de Oliveira (2007).							
** Dados do IBGE (2014c).							

Elaboração: Maurício Adu Scwade.

O crescimento da população residente nas zonas urbanas de Itacoatiara tem seguido a tendência de crescimento da população urbana nacional, porém em taxas superiores na última década (entre 2000-2010 foi de 25,16% contra 16,65% do país,

Tabela 2.1, p. 60). Esse crescimento acelerado da população urbana nas últimas duas décadas tem se traduzido em aumento da participação relativa da população urbana. Apesar, porém, do crescimento acelerado da população urbana, a participação relativa tem crescido em ritmo lento nas últimas duas décadas visto que, como já afirmado anteriormente, a população rural também tem crescido. Assim, entre 1991 e 2010 a população urbana passou de 63,62% para 66,97%.

A importância que Itacoatiara tem na rede de cidades do Amazonas é alimentada e alimenta o crescimento populacional, pois se por um lado ser mais populosa que as cidades do seu entorno fortalece seu posto de cidade com responsabilidade regional, por outro a centralização de serviços, entre os quais de educação e assistência médica, atrai população. Funcionando como cidade intermediária, várias instituições públicas e privadas, incluindo as dos setores de serviço e comércio, estabelecem-se na cidade para atender não apenas as demandas locais como também dos municípios do entorno (OLIVEIRA, C., 2007). Com isso aumentam a oferta de empregos formais, o que implica atração de população em busca desses postos de trabalho.

Os municípios menores do ponto de vista demográfico que mantêm estreita relação com Itacoatiara são: Urucurituba, Itapiranga, Silves, Urucará, São Sebastião do Uatumã, Nova Olinda do Norte e sob alguns aspectos também Autazes e Rio Preto da Eva.<sup>29</sup>

O fato de polarizar serviços, comércios e indústrias que processam produtos da região tem reflexos na economia do município fazendo com que diversos índices relacionados ao emprego e renda monetária da população de Itacoatiara sejam mais elevados que nos municípios vizinhos. A renda *per capita* monetária é um desses índices no qual Itacoatiara apresenta números mais elevados, sendo de R\$ 373,71 (PNUD, 2013). Esse valor ainda representa menos da metade da média nacional que é de R\$ 793,87. Além disso, em Itacoatiara 43,43% dos ocupados ganham menos de um salário mínimo por mês e 13,83% dos ocupados não têm rendimento,

---

<sup>29</sup> Segundo Claudemilson de Oliveira (2007), Itacoatiara polariza diversos serviços e redes de comércio em relação a esses municípios, porém não necessariamente na mesma forma e nos mesmos setores. Rio Preto da Eva, por estar próxima a Manaus, sofre pouca influência; no entanto, dados desse autor apontam para o fato de que instituições como a Ufam consideram que Rio Preto da Eva é polarizado por Itacoatiara. Quanto a Autazes, embora seu eixo de ligação maior seja com Manaus, ela está na jurisdição de Itacoatiara para instituições como Ibama.

segundo dados do PNUD (Ibdem). A discrepância dos números em relação à renda nacional é ainda maior para municípios sob sua influência como Urucurituba, cuja renda *per capita* em 2010 era de R\$ 227,55 e os ocupados com renda menor que um salário mínimo chegavam a 67,54% segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013)<sup>30</sup> (Tabela 2.3).

**Tabela 2.3:** Indicadores de renda para Itacoatiara e adjacências em 2010

Local	Renda <i>per capita</i>	% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. – 18 anos ou mais	% dos ocupados sem rendimento – 18 anos ou mais
<b>Brasil</b>	793,87	21,91	5,58
<b>Itacoatiara</b>	373,71	43,43	13,86
<b>Itapiranga</b>	321,94	54,15	17,76
<b>São Sebastião do Uatumã</b>	262,79	64,57	28,05
<b>Urucará</b>	246,99	62,54	22,26
<b>Silves</b>	238,53	55,35	20,12
<b>Nova Olinda do Norte</b>	232,07	66,91	33,57
<b>Urucurituba</b>	227,55	67,54	29,43

Fonte: PNUD, 2013.

Elaboração: Maurício Adu Schwade.

Esses números implicam no alto índice de população classificada como estando abaixo do nível de pobreza, ou seja, população extremamente pobre segundo dados do PNUD (2013). Em 2010 os dados apontam para 17,45% da população em situação de extrema pobreza, 36,6% de pobres e 58,58% em situação de vulnerabilidade à pobreza<sup>31</sup> (Tabela 2.4, p. 65).

No entanto, argumenta-se que o percentual de pessoas extremamente pobres deve ser relativizado, uma vez que a condição de extremamente pobre implica não ter acesso a condições materiais mínimas para a sobrevivência, o que não se comprova para grande parte da população de Itacoatiara classificada pelo PNUD como extremamente pobres visto que a falta de renda monetária é compensada pela possibilidade de produção para autoconsumo, especialmente em se tratando de gêneros alimentícios.

<sup>30</sup> Os dados do PNUD foram calculados com base no Censo do IBGE de 2010 (PNED, 2013). Por isso podem ter ocorrido transformações no período até o presente.

<sup>31</sup> Cada nível a cima abarca o anterior. Assim, entre os “pobres” estão os “extremamente pobres” e em “vulneráveis a pobreza” se incluem ambos.

**Tabela 2.4:** Índices de pobreza no Brasil, em Itacoatiara e adjacências em 2010

Lugar	% de extremamente pobres (2010)	% de pobres (2010)	% de vulneráveis à pobreza (2010)
Brasil	6,62	15,2	32,56
Itacoatiara	17,45	36,6	58,58
Itapiranga	27,79	49,37	69,41
São Sebastião do Uatumã	20,35	46,65	72,94
Uruará	31,33	49,07	74,33
Silves	25,98	51,94	72,6
Nova Olinda do Norte	33,18	58,68	75,71
Urucurituba	32,03	49,82	72,57

Fonte: PNUD, 2013.

Elaboração: Maurício Adu Schwade.

Sob os parâmetros do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), o quadro seria ainda pior. Para esse Instituto, pessoas com rendimento médio domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo mensal são consideradas em estado de “pobreza absoluta” e com rendimento médio domiciliar *per capita* de até um quarto de salário mínimo mensal em estado de “pobreza extrema” (IPEA, 2010, p. 3). Essa renda é aferida a partir da renda monetária. Na classificação constante do IPEAdata (IPEA, 2014), as pessoas em extrema pobreza são designadas pelo termo “indigentes”. Com relação ao município de Itacoatiara, o Ipea considera que, no ano 2000, 32,6% da população era indigente e 60,79% eram pobres<sup>32</sup> (Tabela 2.5).

**Tabela 2.5:** Incidência de pobreza na população de Itacoatiara e adjacências em 2000 segundo o Ipea

Percentual de pobres e indigentes em Itacoatiara em 2000 segundo o Ipea		
Município	Pessoas indigentes (2000)*	Pessoas pobres (2000)**
Itacoatiara	32,60	60,79
Itapiranga	45,97	70,54
Nova Olinda do Norte	55,93	78,22
São Sebastião do Uatumã	46,53	73,43
Silves	45,19	74,47
Uruará	44,09	72,74
Urucurituba	55,20	80,50

\* Pessoas indigentes (2000) – Percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 37,75, equivalentes a 1/4 do salário mínimo vigente em agosto de 2000.

\*\* Pessoas pobres (2000) – Percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 75,50, equivalentes a 1/2 do salário mínimo vigente em agosto de 2000.

Fonte: Ipea, 2014.

Elaboração: Maurício Adu Schwade.

<sup>32</sup> Entre os considerados pobres se incluem os indigentes.

Utilizando os critérios do Ipea e cruzando com os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil 2013 (PNUD, 2013), o quinto mais pobre da cidade de Itacoatiara se encontrava na condição de indigente, pois o rendimento *per capita* máximo do quinto mais pobre era de R\$ 80,00, ou seja, 0,16% de salário mínimo que na época correspondia a R\$ 510,00 (BRASIL, 2010). A renda *per capita* máxima do segundo quinto foi calculada em R\$ 156,46, o que representa 31% de salário mínimo na época. Daí se pode deduzir que grande parte desse segundo quinto também estaria na condição de indigência. O quarto quinto mais pobre da população tinha renda *per capita* máxima de R\$ 496,67, portanto, mais de 80% da população de Itacoatiara vivia com menos de um salário mínimo *per capita* em termos de renda monetária em 2010, portanto eram pobres segundo a classificação do Ipea.

Novamente deve-se destacar que esses dados não incorporam à renda a produção para autoconsumo que no caso da população de Itacoatiara é significativa para muitas famílias como ficará demonstrado ainda neste capítulo e principalmente no Capítulo 3. Por isso, esses dados não traduzem por completo as possibilidades de acesso a bens de consumo pela população de Itacoatiara. São diferentes as condições do morador de uma grande cidade como Manaus, onde quase tudo que necessita para sobreviver lhe chega como mercadoria, se comparado a um morador de Itacoatiara ou outra cidade ribeirinha com acesso a terra para plantar, rios e lagos para pescar e florestas para extrair produtos necessários à sua vivência.

Apesar dos baixos níveis de renda monetária, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)<sup>33</sup> de Itacoatiara, 0,644, está num patamar considerado médio pelo PNUD. Decompondo-se nos subíndices que compõem o IDHM, o IDHM Renda está no patamar considerado médio (0,618), o IDHM longevidade está no patamar alto (0,811) e o IDHM educação é o que apresenta índice mais crítico considerado baixo (0,534).<sup>34</sup> É possível que o IDHM longevidade seja o que melhor traduza as condições de vida no município visto que a renda monetária não corresponde às possibilidades totais de acesso a bens necessários à vivência, como anteriormente exposto, e o sistema de educação escolar, medido pelo IDHM

---

<sup>33</sup> O IDH-M é um ajuste metodológico ao IDH Global (PNUD, 2014; 2013).

<sup>34</sup> Números extraídos do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil 2010 (PNUD, 2013). A escala do PNUD considera “muito baixo” índices entre 0 e 0,499, “baixo” entre 0,5 e 0,599, “médio” entre 0,6 e 0,699, “alto” entre 0,7 e 0,799 e “muito alto entre” 0,8 e 1 (Ibid).

educação, pouco incorpora os conhecimentos de manejo e convívio com o ambiente amazônico produzido por milênios pelas populações humanas habitando a região.

Para avançar no entendimento de Itacoatiara, passando do imediato para o mediato, torna-se importante adentrar a cidade e a vida dos seus moradores e, também, aprofundar em sua história para compreender os elementos históricos e sociais que a compõem. É o que faremos nos tópicos seguintes a começar pela história.

## 2.2. Uma história antropofágica

Itacoatiara faz parte do conjunto das cidades amazônicas com bases fincadas no período colonial, o que permite identificar heranças históricas que se cristalizaram na paisagem urbana e que refletem na atualidade, inclusive nas formas de relação com o interior. Por outro lado, a cidade é construída e transformada com a ação cotidiana dos sujeitos que vivenciam o espaço e pelas condições sociais e técnicas presentes. Itacoatiara tem experimentado profundas modificações nos últimos anos. Com isso a trajetória de Itacoatiara é ilustrativa para se compreender os meandros da história e das funções das cidades na Amazônia do processo colonial até o presente.

O início da história de Itacoatiara se insere no período de procura por especiarias que tinham alto valor nos mercados das metrópoles coloniais:

A procura pela coleta e comércio de especiarias iniciou-se do período compreendido entre a metade do século XVII até o final da primeira metade do século XVIII. A estratégia da Coroa para esse período foi a ocupação da Amazônia a partir da construção de fortins e aldeias missionárias (OLIVEIRA C., 2007, p. 38).

Francisco Gomes da Silva (2013) situa como marco inicial de fundação de Itacoatiara a instalação de um aldeamento dos jesuítas entre os índios Iruri em 1683, nas margens do rio Maturá, afluente da margem direita do rio Madeira. A localidade

onde situado hoje faz parte do município de Manicoré-AM.<sup>35</sup> Vários outros aldeamentos foram instalados na região do médio Amazonas e fazem parte da história da região e, conseqüentemente, de Itacoatiara. Também é possível que no local onde hoje se localiza a cidade tenha havido ocupação contínua de populações indígenas desde períodos pré-coloniais, mas sobre as quais não se teve acesso a registros a não ser os relatos de desenhos e marcas nas pedras na orla do rio Amazonas na altura do bairro do Juary, cidade de Itacoatiara. Apesar da pluralidade de pontos que se poderia tomar para iniciar a história dessa cidade, aqui se seguirá a linha proposta por Francisco Gomes da Silva (2013) por considerar-se que ele ajuda a compreender o processo histórico por que passou a região.

Nos mais de 300 anos entre a fundação daquele aldeamento até a atualidade, contingentes populacionais de mais de três dezenas de povos e culturas diferentes fizeram parte da história de Itacoatiara. Os primeiros foram membros de povos indígenas, além de portugueses que chegavam para exercer as ações de conquista. Entre os povos indígenas citam-se os Iruri, Abacaxis, Baré, Aponariá, Curuaxiá, Juma, Juqui, Onicoré, Pariqui, Sará, Urupá, Mura (SILVA, 2013),<sup>36</sup> além dos Saterê-mawé, Maraguá, Tupinambá e diversos outros que habitavam o médio Amazonas, diversos dos quais identificados por Acuña (1994 [1641]) em sua passagem pela região em 1639, portanto antes que a frente de expansão do sistema colonial português tenha efetivamente alcançado a região. A maioria dos povos indígenas da região desapareceu como grupo étnico ao longo dos últimos três séculos.

Os aldeamentos missionários, via de regra, constituíam-se em ponta de lança do sistema colonial como abordado no Capítulo 1. A ação dos missionários representava uma possibilidade de contato inicial pacífico que deliberadamente ou

---

<sup>35</sup> Existem diversas fragilidades na proposição que toma como marco inicial da instalação da cidade de Itacoatiara o aldeamento entre os Iruri. Cita-se entre eles o de que a posição geográfica onde situava-se o aldeamento estar distante da cidade de Itacoatiara; a grande diferença entre o que era o aldeamento e o que é a cidade de Itacoatiara; e o fato de os Iruri terem sido aniquilados, pelo menos como grupo étnico. Todavia é factível afirmar que aquele aldeamento faz parte da história da origem de Itacoatiara, assim como os demais aldeamentos instalados na região antes da criação da Vila de Serpa, a Nova, em 1759.

<sup>36</sup> A obra de Francisco Gomes citada neste trabalho se constitui importante trabalho de resgate histórico, não obstante sua importância se verifica abordagem ainda marcada por preconceitos oriundos do etnocentrismo europeu, principalmente em relação aos povos indígenas. Por isso se recomenda uma leitura crítica que pode ser iluminada pela obra de Carlos Fausto *Os índios antes do Brasil* (FAUSTO, 2005).

não favorecia o avanço da frente de expansão da economia colonial na medida em que desestabilizavam as formas tradicionais de organização dos povos contatados e os convertia em apoiadores do processo de ocupação do território, servindo como mão de obra na busca por produtos a serem transformados em mercadorias pelo colonizador, cedendo seu espaço compulsoriamente para o apoio logístico das expedições colonialistas, assim como fornecendo víveres para as expedições que buscavam produtos, incluindo escravos. Também muitas vezes forneciam contingentes para ações bélicas contra outros povos:

Cada aldeamento não representava mais as relações comunais do passado, era tão somente um destacamento avançado da Coroa cuja funcionalidade resumia-se à arrecadação de impostos, sede missionária, base de apoio para a circulação de mercadorias e do controle estratégico do tráfego fluvial (OLIVEIRA, 2007, p. 41-42).

O aldeamento da missão da congregação dos jesuítas apontada por Francisco Gomes da Silva (2013) como origem de Itacoatiara mudou-se várias vezes até que os jesuítas fossem expulsos durante o governo do marquês de Pombal e o contingente populacional remanescente se transferisse para o lugar cujo topônimo era Itacoatiara, construindo povoado logo elevado à condição de vila. Onde esteve instalado, o aldeamento deixou um rastro de esvaziamento. Dezenas de povos foram sangrados e dizimados no processo que continuou e, possivelmente, acirrou-se após a edificação da vila. Com isso muitos desapareceram fisicamente, outros tantos desapareceram enquanto identidade e dos que mantiveram a identidade muitos perderam seus idiomas.

Seguindo a história a partir do aldeamento no rio Maturá, as primeiras vítimas foram os Iruri, primeiros convencidos a aceitar a instalação dessa nova espacialidade no rio Madeira. Açoitados por tropas de resgate sedentas de escravos que alvoroçavam a região, pouco depois da fundação do aldeamento, a permanência da missão no território dos Iruri ficaria inviável. Em 1691, a missão foi então transferida para a foz do rio Canumã (SILVA, F., 2013, p. 79).<sup>37</sup> No novo local outra vez a ação de tropas de resgate causa transtornos:

---

<sup>37</sup> Localidade que atualmente pertencente ao município de Santo Antônio de Borba/AM.

No início de 1692, as tropas dos capitães-mores João de Moraes Lobo e Faustino Mendes chegam à região. Depois de fazer escravos, manda suas bandeiras pelos rios e terras circunvizinhas, para o mesmo fim. [...] Registra-se uma rápida retração dos Iruri como resultado do intenso contato com os brancos. Pouco tempo depois já não se falava mais desse grupo como etnia (SILVA, F., 2013, p. 81).

Em 1695 a missão novamente é transferida, dessa vez para o rio Abacaxis.<sup>38</sup> “Fontes setecentistas mencionam mais de uma dezena de grupos de índios como constituindo sua inicial população” (SILVA, F., 2013, p. 84). A história segue e por mais de meio século assolada pelos saques populacionais efetivados pelas tropas e colonos que buscavam escravos e serviçais, os ataques de indígenas que reagiam à dominação e que deviam ver no povoado da missão um posto avançado dos portugueses, e as recorrentes epidemias, a população de Abacaxis, como ficou conhecida a missão naquela época, não logrou nenhum aumento significativo de população, apesar dos novos contingentes indígenas que constantemente eram retirados de suas malocas e trazidos para o aldeamento no rio Abacaxis. Enquanto o processo colonial não os levava para outros lugares como força de trabalho ou a morte não os ceifava, o processo catequético eliminava as especificidades culturais.

Em 1755 é sancionado o *Diretório, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão enquanto Sua Magestade não mandar o contrário* [grafia original], o Diretório Pombalino, como ficou conhecido (ALMEIDA, 1997). Esse regimento acarretaria grandes transformações com o acirramento das ações que visavam integrar os indígenas no sistema colonial, mas que aprofundavam as ações que buscavam eliminar os traços socioculturais dos indígenas. Algumas das medidas nesse sentido foram a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa em detrimento das línguas indígenas (parágrafo sexto do Diretório); e que não se permitisse a construção de casas comunais ao modo indígena e sim casas individuais para cada núcleo familiar imitando os brancos (parágrafo décimo segundo). Como parte da política do marquês de Pombal para as colônias estava, também, a criação de vilas a partir da elevação dos povoados existentes, especialmente os aldeamentos.

---

<sup>38</sup> O rio Abacaxis delimita a fronteira entre os municípios de Santo Antônio de Borba e Nova Olinda do Norte/AM, portanto a localidade onde foi instalada a Missão de Abacaxis está hoje no território de um desses dois municípios.

Poucos anos depois Mendonça Furtado chega à região para pôr em prática as determinações do ‘Diretório’. Nessa mesma época a população do aldeamento de Abacaxis passava por sérias dificuldades e se transfere para as margens do rio Madeira e logo depois para o lugar onde é hoje a cidade de Itacoatiara, no rio Amazonas (SILVA, F., 2013):

Em 1757, os moradores de Abacaxis [...] foram se estabelecer na margem esquerda do Rio Madeira, oposta ao sítio onde se localiza a atual cidade de Nova Olinda do Norte, defronte à ponta inferior da Ilha das Guaribas. [...] [A viagem de Mendonça Furtado ao Rio Negro em 1758], além de selar o destino do Município de Itacoatiara, iria firmar o ato histórico de implantação da célula político-administrativa que deu origem ao Estado do Amazonas (SILVA, F., 2013, p. 105).

Como o ‘Diretório’ proibia o uso de línguas indígenas e determinava que aos povoados elevados à vila deveriam ser dados nomes homônimos a cidades e regiões de Portugal, quando elevada à categoria de vila em 1759, o povoado estabelecido no lugar chamado de Itacoatiara recebeu o nome de ‘Serpa a Nova’:

Do ponto de vista da espacialização, a Vila de Serpa era um exemplar da produção externa a ela, e sua fisionomia constituía-se a partir das condições da sua espacialidade, ou seja, representava um pequeno ponto no médio Amazonas, cuja funcionalidade era servir de entreposto e estocagem de produtos extrativistas e agrícolas (OLIVEIRA C., 2007, p. 44).

O local escolhido para a instalação da Nova Serpa não foi ao acaso: ela se colocava em local estratégico para apoio logístico e controle do território. “Levantado junto à confluência do Madeira com o Amazonas, atendia aos interesses da Coroa portuguesa possibilitando um maior controle sobre as aldeias das vizinhanças. Segundo afirmou Mendonça Furtado na carta de 1758” (SILVA, F., 2013, p. 109).

A população da antiga Missão de Abacaxis agora habitava e construía *Serpa, a Nova*, e ganha nova importância na construção do projeto colonial. Apesar da busca do colonizador por eliminar os traços indígenas da sociedade e das espacialidades, muitas heranças se mantiveram, inclusive a lembrança de que aquele lugar era *Itacoatiara*.

A palavra *Itacoatiara* tem origem na Língua Geral Tupinambá cuja vertente amazônica é conhecida como Nheengatu.<sup>39</sup> As traduções mais prováveis para a palavra itacoatiara são “a pedra pintada”, “a pedra escrita” ou “a inscrição na pedra” (*Yta* = pedra; e *cuatiara* = risco, desenho, inscrição),<sup>40</sup> provavelmente em referência às gravuras indígenas em pedras feitas na altura do hoje porto popular do Jauary.

Poderia significar também “pedra gulosa”: *Itá*, pedra; *cuá*, demonstrativo, este, esta; *tiara*, gulosa (MELLO, 1986 [1967], p. 68-70; CASTRO & SCHWADE, M., 2012) e assim combinaria com sua história de “antropofagia”<sup>41</sup>. A história da cidade de Itacoatiara não é de glória como muitos gostariam de “pintar”. Há quem o diga que o nome de “pedra pintada” se deva à inscrição feita em uma pedra a mando de Mendonça Furtado registrando sua passagem por ali em 1758.<sup>42</sup> O nome, porém, do sítio Itacoatiara é anterior à passagem de Mendonça Furtado (MELLO, 1986 [1967]).

A propósito deve-se lembrar, também, que uma das missões de Mendonça Furtado na Amazônia estava o de proibir o uso de línguas indígenas, inclusive para designar o nome dos lugares e das pessoas. Não há glória nessa sua missão, há sim crueldade!

Como outros tantos núcleos populacionais fundados no processo colonial, os aldeamentos na região e *Serpa a Nova* foram “gulosos” e “engoliram” seres humanos aos milhares. Esse processo esvaziou vastos territórios, porém mais

<sup>39</sup> A palavra nheengatu no Tupi significa “língua boa”. A Língua Geral Tupinambá foi utilizada por missionários, especialmente os jesuítas, nas antigas missões. Foi também utilizada como língua franca durante boa parte do período colonial (CASTRO & SCHWADE, 2012). Começa a ser combatida com o Diretório Pombalino instituído em 1755. Todavia o auge do declínio do uso dessa língua se dá durante e depois da Cabanagem, primeiro porque muitos dos falantes morreram no conflito e segundo porque nas cruzadas punitivas quem não falava português foi tomado como inimigo. No entanto essa língua continuou a ser falada em várias partes da Amazônia, em especial na calha do rio Negro onde ainda hoje existe grande número de falantes.

<sup>40</sup> Veja-se Stradelli (2014, p. 383-384), Sampaio (1987, p. 255), Cardoso (1961, p. 306).

<sup>41</sup> Existem na região da cidade de Itacoatiara pessoas que traduzem como “pedra gulosa”, o que poderia estar relacionado à existência de acidentes geográficos conhecidos popularmente na atualidade como “gulosas”, que são locais onde a presença de pedras faz com que se criem redemoinhos no rio que sugam para debaixo d’água tudo o que por ali passar.

<sup>42</sup> Por exemplo, Milke Cabral Alho (2009, p. 28) afirma: “consideramos que a ‘Pedra’ sobre a qual constam gravuras (‘Cruz e Altar 1754’), que ora se encontra em exposição pública na praça da Matriz, é a que denomina o nome da cidade”. No item 1.1, ‘Itacoatiara: o centro da pesquisa’, de sua dissertação, Milke Alho ainda se equivoca em diversos outros dados históricos e geográficos como o de apontar que o antigo aldeamento do rio Maturá teria sido instalado em localidade situada no atual município de Itacoatiara quando em realidade está no município de Manicoré/AM e que teriam sido ataque dos Mura que inviabilizaram sua permanência, ideia fundada mais em preconceito em relação aos Mura que em fatos históricos. Apesar de os Mura terem entrado várias vezes e por longo período em conflito com a sociedade colonial, eles vão aparecer como parte do conflito quando o aldeamento já está localizado no rio Abacaxis.

efetivo que o esvaziamento físico foi o esvaziamento pela negação e pelo esquecimento do passado, da cultura e das próprias pessoas do local. Nesse processo, o impedimento do uso das línguas indígenas, as canoas do tempo, na expressão de Bessa Freire (2008), foi uma das medidas nefastas. Os sobreviventes do e no processo foram esquecidos, pois suas memórias não interessavam à conquista e exploração do território. Muitos deles, no entanto, continuaram ali. Assim, Serpa continuou cumprindo as funções necessárias ao avanço da conquista, mas abrigava também possibilidades de resistência.

Em 1833 Serpa perdeu seu posto de vila e passou à condição de freguesia pertencente ao termo da Vila de Manáos [grafia da época]. É interessante notar que nos anos seguintes à extinção da vila aparecem em dados demográficos crescimento da população que teria passado de 1.017 habitantes em 1840 para 2.587 habitantes em 1856 (OLIVEIRA, C., 2007, p. 48). Esse dado, embora citado, passa despercebido por pesquisadores como Claudemilson Oliveira (Ibid) que dá a entender que o crescimento se deve essencialmente a fatos político-administrativos como a restituição à freguesia a titulação de vila, o que possibilitaria a institucionalização de normas jurídicas que teriam sido importantes para o assentamento urbano. Mas em realidade os dados populacionais no mínimo não corroboram com essa perspectiva. Não se aprofundará tal estudo no presente trabalho, apenas indica-se que o tema mereceria estudo mais criterioso, o que poderá levar a relativização da importância de alguns dos fatos jurídico-administrativos nas dinâmicas populacionais pelas quais passou Itacoatiara.

Deve-se ressaltar também que os dados populacionais nessa época, assim como em períodos posteriores, são bastante imprecisos. Nesse sentido, e levando-se em conta todo o processo de invisibilização das populações que não estavam envolvidas nos processos de exploração de produtos para exportação, há de se questionar até que ponto as pretéritas contagens de população traduziram a realidade. Além disso, provavelmente eles apenas fornecem indícios da população que residia na vila, e não nos povoados e localidades de todo o território a que corresponde hoje ao município de Itacoatiara.

Em 1857 dois fatos marcam a vida local: primeiro a restituição à condição de vila, que aumentava a importância política do povoado, e segundo a implantação de

uma colônia agrícola privada que daria origem posteriormente ao bairro da Colônia. Para os trabalhos na Colônia foram trazidos estrangeiros, sendo vinte e três chineses, vinte e um portugueses e trinta e seis africanos livres (OLIVEIRA, C., 2007). A implantação da Colônia se constituiu em importante eixo para o crescimento da vila dando origem ao atual bairro da Colônia. Também aponta para a participação de negros na composição da população local, o que deve ter acontecido também em outros momentos da história. Assim como os negros, chineses aparecem na constituição da população local, o que muitas vezes passa despercebido. O que se assinala aqui é que não são apenas os indígenas, que por vezes são esquecidos, mas também outros sujeitos incorporados no processo histórico.

Com a Lei n.º 283, de 25/4/1874, a vila ganhou foro de cidade, “tal ato jurídico-administrativo possibilitou maior distinção política e os benefícios advindos desta condição consolidaram e ampliaram o papel urbano de que a cidade revestiu-se a partir desse momento” (OLIVEIRA, C., 2007, p. 67). Ao ser elevada definitivamente à condição de cidade, é restituído ao lugar o antigo nome: Itacoatiara.

Também certamente acarretaram transformações em Itacoatiara em meados do século 19: a introdução da navegação a vapor na Amazônia e o aumento do interesse pela exploração da borracha na Amazônia.

No final do século 19 e início do século 20, a procura pela borracha faz com que muitos imigrantes venham para a região amazônica, alguns dos quais se fixam em Itacoatiara. Nesse sentido, Claudemilson de Oliveira (207, p. 57) cita especialmente emigrantes do Nordeste e estrangeiros,

Cujos protagonistas se dirigiram para trabalhos em atividades que iam da extração do látex nos seringais aos serviços ligados aos setores bancário, de transporte, comércio e outros. A emigração aparentemente espontânea, de vários grupos, entre eles judeus sefaraditas, sírios, libaneses, norte-americanos, portugueses, entre outros, além de firmas inglesas, empresas alemãs, portuguesas, francesas e norte-americanas (OLIVEIRA, C., p. 57).

Esse período de crescente interesse pela borracha implica grande mobilidade humana. Enquanto novos sujeitos sociais chegam à região de

Itacoatiara, outros se vão, embrenhando-se nas matas em busca da seiva da seringueira e outras árvores fornecedoras de látex. Nesse período os registros dão conta de lento crescimento da cidade que antes apenas ocupava o espaço que hoje é o bairro Centro. No período de um século que vai de 1850 a 1950, apenas se registra o surgimento do hoje bairro da Colônia e parte do que é hoje o bairro do Jauary (SPÍNOLA, 2004; OLIVEIRA, C., 2007).

Sobre a importância do período de exploração da borracha, mereceria uma análise crítica no que diz respeito ao povoamento e demografia da região visto que, embora os dados apontem aumento da população, há pouco registro sobre as populações indígenas e caboclas que, certamente, foram muito afetadas. Também seria importante analisar seu impacto a médio e longo prazos, haja vista que por ser a população emigrante maioria do gênero masculino, ela não deve ter se convertido em acréscimo que proporciona aumento sustentado da população. Há certamente mudanças na composição sociocultural, mas pode não ter havido grandes transformações em termos quantitativos.

Por outro lado, os prédios antigos do centro da cidade são registros de que no período houve importantes transformações nas espacialidades do local. Há crescimento das relações comerciais e Itacoatiara, com sua posição geográfica estratégica, abrigou instalações com função importante nesse sentido como são as casas comerciais e exportadoras. Grande parte da infraestrutura construída na cidade, bem como muitas das políticas adotadas no período, eram de cunho local, mas também nacional, tais como a abertura dos portos à navegação internacional em 1867, apontada por Claudemilson de Oliveira (2007, p. 66), e tiveram como objetivo a inserção do capital na região.

O enfraquecimento da economia da borracha após a crise de 1920 parece ter reforçado algumas preocupações com a melhoria da infraestrutura diretamente endereçada ao atendimento das necessidades locais. As medidas adotadas pelo prefeito Isaac José Peres (1926-1930) aparentemente caminharam nesse sentido:

Tais medidas tornaram-se a marca definitiva dessa administração, destacando: iluminação pública, aquisição de prédios para acomodar repartições públicas, alargamento e prolongamento da avenida Conselheiro Ruy Barbosa (atual avenida Parque), arborização e colocação de placas de sinalização nas demais ruas, reorganização

da simetria da cidade, construção da nova rampa da rua Quintino Bocaiuva, do posto de profilaxia rural, da capela do Cemitério Espírito Santo, de pontes, de escadarias, compra do carro fúnebre, entre outros melhoramentos de menor expressividade (OLIVEIRA, C., p. 78).

Apesar da extração do látex de seringa ainda continuar representando importante atividade econômica para a região, sua decadência fortaleceu a busca por alternativas e diversificação da produção para comercialização. Entre os produtos que surgiram como alternativa, a juta merece destaque porque, com a instalação de beneficiadoras na cidade e a consequente oferta de empregos, novos contingentes de pessoas chegaram à cidade e com isso inicia-se sistemático processo de crescimento de sua população. Por outro lado, o próprio modo de cultivo da juta propicia a aproximação dos agricultores em relação à cidade. Primeiro, porque seu cultivo se dá na várzea e no entorno da cidade existem áreas de várzea; e, segundo, porque é um cultivo sazonal permitindo que as pessoas se ausentem das áreas de cultivo em parte do ano. Muitas pessoas foram morar na cidade e retornavam para as áreas de cultivo em certas épocas. Essa constatação foi feita a partir de alguns relatos de moradores antigos do bairro do Jauary, que afirmaram que, mesmo morando na cidade, cultivavam juta nas várzeas. A Ilha do Risco é citada por vários como local onde tinham/têm propriedade e cultivavam juta no passado.<sup>43</sup>

Já os trabalhadores das fábricas de processamento de juta tinham de buscar atividades alternativas na época que as fábricas estavam fechadas:

Todo o trabalho nas fábricas [de juta] se processava manualmente, exceto a prensagem feita por uma única máquina a vapor. Por ser uma cultura sazonal, os trabalhadores eram admitidos na época de início da safra, que começava entre os meses de março e abril, e demitidos na entressafra, que normalmente se iniciava nos meses de agosto e setembro. Cada fábrica, do período de 1960 à primeira metade da década de 70, considerada a fase áurea da produção, empregava, de modo direto, em média de 50 a 100 trabalhadores (OLIVEIRA, C., 2007, p. 91).

---

<sup>43</sup> Atualmente o plantio de juta no município de Itacoatiara é pouco expressivo, tanto que não encontramos no decorrer da pesquisa nenhuma pessoa que ainda o faça.

Possivelmente muitos dos trabalhadores das indústrias de processamento de juta se dirigiam ao interior na época de entressafra para fazer roças e outras atividades que garantiam suas vivências enquanto não tinham o emprego, uma vez que as fábricas funcionavam poucos meses durante o ano.

Também nesse período de diminuição da importância da borracha, os moradores do interior buscaram a diversificação de produtos destinados à comercialização. Nesse sentido, ganham importância produtos como a castanha-do-pará, os couros de animais, especialmente de jacaré, o pirarucu e madeiras. Associado a isso, o aparecimento dos barcos movidos a motor à explosão e a decadência do “regime do barracão”<sup>44</sup> reforçam a importância dos regatões.<sup>45</sup>

Na década de 1940, portanto anterior à disseminação da juta no município, verifica-se a intensificação da atividade madeireira na cidade com a instalação da Serraria Amazonas Industrial na estrada Stone (PEREIRA, 2011, p. 63), dentro de área abarcada atualmente pelo bairro do Jauary. A indústria madeireira iria adquirir grandes proporções com os incentivos dos programas desenvolvimentistas durante as décadas de 1970 e 1980. Antes disso, entre o final da década de 1950, com a criação da Associação dos Profissionais Trabalhadores de Serviços de Móveis e Madeira de Itacoatiara, e início da década de 1960, com o registro e reconhecimento dessa associação como sindicato (Ibid., p. 65), são fincadas as bases do movimento sindical que iria ser de grande importância para a garantia dos direitos dos trabalhadores e das populações locais nos anos 1980 e 1990.

Com isso, desde a década de 1950 Itacoatiara começa a receber população que chega à cidade em busca de emprego e que vai forçando a periferização da cidade pela ampliação dos limites. Outros fatores que podem ser apontados como importantes para a vinda de pessoas para a cidade é a busca pela possibilidade de estudo para os filhos, e a crise do campo com a diminuição do preço da borracha e a quase extinção de espécies como as de jacaré, fornecedoras de couro, e de pirarucu, comercializados na forma de mantas de carne salgadas e secas ao sol, o

---

<sup>44</sup> Barracão era a sede administrativa dos seringais que estavam sob o controle dos seringalistas. O seringueiro era submetido permanentemente a dívidas que deveriam ser pagas com a produção de borracha entregue no barracão.

<sup>45</sup> Comerciante ambulante que possui um barco e que leva produtos da cidade para comercializar no interior e do interior para comercializar na cidade. Os fragmentos da entrevista número 13 constantes no Quadro 3.13, p. 137, ajudam a compreender o papel do regatão.

que levou não só ao aumento das dificuldades para a captura como também à imposição de políticas de proteção às espécies mais afetadas pela caça indiscriminada. Por sua vez, isso levou à diminuição dos fluxos de regatões que faziam a conexão entre cidade e interior.

Segundo Henriqueta Spínola (2004), a área do bairro de Santa Luzia é ocupada entre 1940-1960; Iraci inicia-se na década de 1950; os bairros de Pedreiras, Araújo Costa e Prainha do final da década de 1960; São Jorge em meados da década de 1970; Santo Antônio final da década de 1970; São Cristóvão na década de 1980; São Francisco, ou Mutirão, a partir do final da década de 1980.

A mesma autora aponta como marco inicial da fundação de vários desses bairros a ocorrência de grandes cheias que expulsavam as pessoas da zonal rural. A nosso ver, essas cheias devem ser vistas como fator de ampliação das tensões, mas não como causa principal da fixação das pessoas na cidade. O fenômeno da fixação deve ser entendido a partir de diversas transformações técnicas e sociais do período, entre elas a crise na economia da borracha e a oferta de empregos na cidade, já mencionadas, e ainda a disseminação da ideia de que a cidade poderia oferecer melhores condições de vida, incluindo aí a possibilidade de acesso à educação escolar e a assistência à saúde, as transformações nas tecnologias de transporte e comunicação.

Quanto ao tema do aumento da oferta de empregos, as políticas desenvolvimentistas levadas a cabo na época do Regime Militar no Brasil refletiram, em Itacoatiara, no aumento paulatino da implantação de indústrias madeireiras que se beneficiavam de medidas como os incentivos fiscais. Como referido anteriormente, há registro de madeireiras na cidade de Itacoatiara desde a década de 1940, mas elas vão ter sua importância e poder aumentado com os incentivos governamentais a partir da criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, como aponta Oliveira C. (2007, p. 100), criada com o objetivo de incentivar o desenvolvimento industrial e agropecuário na Amazônia Ocidental.<sup>46</sup>

Nas décadas de 1980 e 1990 se dá o ápice da indústria madeireira na cidade de Itacoatiara. Com isso são criados inúmeros postos de trabalho com pouca exigência de qualificação favorecendo a fixação de pessoas vindas do interior, o que

---

<sup>46</sup> Também faz referência a esse processo Milke Cabral Alho (2009).

explica o fato de aquela década ter sido a única desde 1950 até o presente em que se tem registro da diminuição da população rural do município de Itacoatiara como demonstrado na secção anterior (veja-se Tabela 2.2, p. 62).

Naquele período a fixação da população na cidade se deu com a complacência e até incentivo do poder municipal que se alinhava com as políticas desenvolvimentistas e os interesses empresariais. O aumento de moradores na cidade possibilitava aos empresários manter os salários baixos e péssimas condições de trabalho, como fica claro no trabalho de Guilherme Pereira (2011). Também fica claro quando se analisa a história da criação dos bairros de Itacoatiara escrita por Henriqueta Spínola (2004), onde é descrito que em alguns momentos foi cedida pela prefeitura lotes, porém com pouca ou nenhuma preocupação em prover os serviços essenciais como abastecimento de água, energia e drenagem da água servida.

Outra dimensão que deve ser considerada é a mudança na tecnologia de transportes que possibilitou maior rapidez nos deslocamentos, possibilitando que as famílias estabelecessem moradia na cidade, porém sem abandonar completamente o interior, mantendo, muitas vezes, duas moradias, uma na cidade e outra no interior. O aparecimento de pequenos motores à explosão e a adaptação de caldas com hélice nos motores, que são então acoplados a canoas, os populares rabetas, têm importante papel na mobilidade das populações do interior.

**Figura 2.3:** Família em canoa equipada com motor rabetá



Foto: Maurício Adu Scwade, rio Solimões, 2007.

Assim, cria-se a possibilidade de acesso a serviços da cidade, como a entrada dos filhos na escola, com a permanência da economia familiar baseada ou complementada por atividades no interior.

Na cidade de Itacoatiara os movimentos sociais crescem, principalmente a partir da década de 1980, e pressionam por melhores condições de vida (PEREIRA, 2011; RIBEIRO, 2003). A Igreja Católica, por meio das pastorais sociais e das comunidades eclesiais de base, exerceu importante papel no incentivo e apoio a esses movimentos nas décadas de 1970, 1980 e 1990 (PEREIRA, 2011; RIBEIRO, 2003; 2008).

No final da década de 1990, a indústria madeireira em Itacoatiara começa a entrar em crise “deixando uma precária situação social com muitos trabalhadores sem ocupação, tendo de tirar seu sustento na informalidade, ocorrendo inclusive migração de parcela da população urbana para áreas rurais do município” (OLIVEIRA, C., p. 114):

Se formos refletir sobre o papel que as madeireiras representam para a cidade de Itacoatiara, veremos que não podem abster-se da responsabilidade pública comungada com a administração da cidade, a respeito da desproporcional urbanização que significou o crescimento da pobreza, cujo reflexo direto pode ser visualizado na falta de condições básicas de saúde, educação, habitação, emprego, entre outros, tudo traduzido em uma crescente marginalização econômica, política e social de sua população (OLIVEIRA, C., p. 115).

A pesar da falta de emprego a população da cidade não parou de crescer. E se antes o crescimento da cidade tinha o incentivo dos governantes, em decorrência da dimensão e agudez que se chegou os problemas ditos urbanos, e com a crise das madeireiras, nem a complacência inicial a população chegada encontrou no poder público, o que redundou em oscilação de períodos de ausência e de deficiência das ações públicas voltadas para minorar os problemas.

O crescimento da cidade continuou e continua, agora principalmente na forma denominada por Luciana Oliveira (2013) de ocupações coletivas, onde grupos de pessoas se organizam para ocupar espaços ociosos ou subutilizados. A autora aponta que na base dos bairros que surgiram em Itacoatiara nas últimas décadas estão normalmente ou as ocupações coletivas ou assentamentos periféricos. Os

primeiros surgem da pressão e de luta dos excluídos do acesso a terra e habitação via comércio imobiliário. Nesse contexto, a moradia aparece como mercadoria e parcela significativa da população não tem renda suficiente para adquiri-la. O segundo atende aos interesses do capital, por serem fontes de lucro de segmentos de classes superiores da sociedade e atende apenas as necessidades dos detentores de renda suficiente para a compra desses bens. Oliveira, L. (2013) constatou ainda que mesmo os programas habitacionais criados supostamente para atender aos interesses sociais, classificados por ela também como assentamentos periféricos, não chegam a atender as populações de menor poder aquisitivo e as ocupações coletivas aparecem como alternativa para essa população excluída.

Como visto na seção anterior (Tabelas 2.1, p. 60, e 2.2, p. 62), entre 1991 e 2010 a população urbana do município saltou de 37.380 para 58.157 segundo dados do IBGE (2014c). Muitas das estratégias que garantem a vivência dos moradores da cidade de Itacoatiara nessa conjuntura de falta de empregos estão nas ações que as populações residentes na cidade estabelecem no interior, o que ficará demonstrado na sequência. Para isso é preciso seguir os passos dos que lá vivem.

### 2.3. Caminhando pela cidade de Itacoatiara

No primeiro capítulo se afirmou estar consciente de que se está falando, sobretudo, de sujeitos. Sendo assim, é necessário conhecê-los, identificando as formas de criação de espacialidades. Nesse sentido, aproximar-se dos sujeitos é essencial, e para isso deve-se adentrar a cidade.

É o que se procurou fazer na medida em que vários dos instrumentos e métodos de pesquisa etnográfica foram utilizados nas pesquisas de campo que foi composta por três fases. A primeira delas consistiu em viagens de sondagem e reconhecimento da cidade de Itacoatiara. Para essa fase foram realizadas três viagens, tendo elas sido realizadas nos dias 7 a 9 de agosto e 9 a 11 de outubro de 2012, e entre 24 e 26 de junho de 2013, respectivamente. Essas viagens serviram

para conhecer melhor o ambiente da cidade a partir de caminhadas, conversas com moradores e registros de relatos de moradores de vários segmentos da sociedade.<sup>47</sup>

A descrição de Itacoatiara na presente secção se apoia principalmente nas observações feitas nessa fase e na leitura de trabalhos sobre a cidade. Também incorpora observações de outros momentos de presença na cidade, incluindo três viagens que constituíram a segunda e terceira fases da pesquisa de campo, onde se esteve sempre com caderno de campo à mão.

A segunda fase da pesquisa de campo consistiu na aplicação de formulário em domicílios do bairro do Jauary e a terceira em entrevistas ainda mais próximas da prática de pesquisa etnográfica. Os dados dessa segunda e terceira etapas, assim como a descrição da metodologia utilizada, serão expostos de maneira especial no Capítulo 3. Aqui, nessa terceira secção do segundo capítulo, apresenta-se uma visão geral da observação da cidade de Itacoatiara a começar pelas primeiras impressões de quando se chega à cidade.

Para se chegar a Itacoatiara, vindo de Manaus, pode-se tomar ônibus na rodoviária. A viagem leva em torno de quatro horas e meia. Ainda é possível ir de barco, mas a viagem é mais demorada. Itacoatiara está na rota dos barcos que descem o rio Amazonas em direção a Parintins e outras cidades do baixo Amazonas e do Pará. Do porto de Itacoatiara partem barcos diariamente para várias cidades do entorno como Maués, Silves e Urucurituba, por exemplo. Para vir dessas cidades até Manaus o viajante pode completar a viagem de ônibus a partir de Itacoatiara. De todos esses municípios, todavia, partem barcos-recreio<sup>48</sup> diretamente a Manaus, o que faz com que Itacoatiara seja um corredor de articulação importante, mas não exclusivo.

O viajante não atento pode chegar à cidade de Itacoatiara por via terrestre e não se dar conta de que entra pela ‘porta dos fundos’, uma vez que Itacoatiara nasceu olhando para o rio Amazonas e muito da vida dos seus moradores ainda está ligada ao rio. O rio é importante referência. Quando os moradores da cidade de Itacoatiara são perguntados se já estiveram e o que acharam de Presidente

---

<sup>47</sup> Nessa etapa colaboram de forma especial as estudantes do curso de Agroecologia da UEA Débora Barroso e Juçara Góes e professores que ministram aulas nas comunidades do interior do município e foram estudantes em curso de especialização em Educação do Campo da UEA.

<sup>48</sup> Recreio é a denominação regional para um estilo de barco construído e muito utilizado na região para o transporte simultâneo de produtos e pessoas.

Figueiredo, cidade esta que nasceu na beira da estrada, quase sempre a primeira resposta é: “– Estranhei não ver o rio”.

Mas aquele viajante distraído que chega pela porta dos fundos pode não ver o rio. A primeira coisa que vê é a avenida Parque que anuncia a cidade num vaivém de motocicletas. Ora uma pessoa, ora duas, ora três, às vezes quatro e até cinco pessoas desfilam numa mesma motocicleta. A avenida tem em seu centro um calçadão sombreado por árvores de oiti que garantem sombra aos pedestres e contorno estético à cidade. Essa avenida começou a ganhar a forma atual no governo do prefeito Isaac José Peres, 1926-1930 (OLIVEIRA, C., 207). Esse governo, como já sinalizado anteriormente, é considerado um dos mais importantes para a organização urbanística da cidade no que tange a busca por conforto da população local e curiosamente ocorreu no auge da crise da borracha, período considerado de decadência para a história oficial da região. A forma da avenida, assim como muitos outros objetos da paisagem de Itacoatiara, resulta de sua atuação e da articulação com lugares e pensamentos de outras partes do mundo, uma vez que a proposta de Peres era inspirada da política urbana brasileira comprometida com as ideias de modernidade dos bulevares parisienses.

**Figura 2.4:** Corredor central da avenida Parque



Foto: Maurício Adu Schwade, manhã do domingo, 15 de janeiro de 2013.

No entorno dessa avenida, a maioria dos estabelecimentos são comerciais. Vários fazem parte de redes de grupos empresariais externos à cidade como as lojas Bemol – do grupo Benchimol, Irmão & Cia. Ltda., sediado em Manaus-AM (BEMOL, 2014), City Lar – do grupo Máquina de Vendas do Norte S.A., sediado em Cuiabá-MT (CITY LAR, 2014), e lojas Esplanada – do Grupo Esplanada Brasil, sediado em Eusébio-CE (ESPLANADA, 2014). Lá se encontram também concessionária de motocicletas, agência bancária, lojas e representações de empresas de telefonia celular, além de diversos outros estabelecimentos comerciais que não diferem dos presentes em zonas comerciais de cidades grandes e médias do Estado.

Para quem chega à cidade por água, a avenida Parque faz parte da segunda ou da terceira impressão. A primeira é a beira do rio. No auge da cheia (maio/junho) parte da cidade estará ao nível do rio. Na seca o rio baixa vários metros deixando o barranco exposto.

Quem entra pelo rio tem grande chance de logo se deparar com uma feira de produtos regionais como é a feira do porto do Juary (Figura 2.5, p. 85), ou o mercado municipal no bairro da Colônia. Ao adentrar a cidade, as casas de morar dividem espaço com as casas de comércio, o comércio popular e informal com o comércio formal.<sup>49</sup> O espaço, multiplicidade de usos sendo pouco segregado.

Da beira do rio saem carros e triciclos com produtos do interior para a cidade. Eles rumam para diversas direções distribuindo os produtos constituindo-se em comércios ambulantes, ou abastecem estabelecimentos comerciais fixos da cidade, ou ainda levam os produtos para as casas onde são consumidos e às vezes vendidos ou distribuídos na vizinhança.

De qualquer ponto que se entra na cidade a primeira impressão não dará conta do todo, apesar de no grande comércio da Avenida Parque ser possível ver os simples, assim como na feira popular do Juary ver pessoas a ostentar suas caminhonetes cabine dupla e comprar o tambaqui, a pirapitinga ou o matrinxã do assado com os amigos.

---

<sup>49</sup> Embora se possa pensar que todo comércio é atividade que busca o lucro, muitos dos pequenos comércios têm como função principal a garantia da vivência e reprodução da família que o pratica. Esse comércio se distingue das grandes redes comerciais que têm efetivamente o lucro como objetivo principal.

A cidade não é feita apenas da circulação de mercadorias e é necessário seguir os passos dos moradores para conhecer um pouco mais. As pessoas que circulam no comércio da Avenida Parque e nas feiras populares do Jauary e da Colônia podem vir de perto ou de longe.

**Figura 2.5:** Entrando na cidade pelo porto popular do Jauary



Foto: Maurício Adu Schwade, 24/6/2013.

**Figura 2.6:** Rua Aquilino Barros, principal acesso ao porto e a feira do Jauary



Foto: Maurício Adu Schwade, 18 de dezembro de 2013.

As habitações em Itacoatiara, por sua vez, comportam traços de tempos e espaços diversos. Alguns lugares refletem momentos de maior disciplinamento de poderes políticos e econômicos externos, em outros predomina as marcas deixadas pelos habitantes locais no seu dia a dia a partir do exercício da liberdade e da autonomia ou ainda do que lhe é permitido e possível fazer.

Poucos lugares, no entanto, revelam planejamento conjunto da população local com o poder do Estado. Mesmo onde a paisagem explicita ação do Estado destinado para a população local, nota-se ter havido pouco ou nenhuma participação desta na concepção e planejamento das políticas e das ações. O Parque Residencial Poranga (Figura 2.7) é o exemplo acabado, e por isso tem-se a sensação de completa ausência da identidade local. Pode-se citar também a pavimentação das ruas e o calçamento que, por quase todas as partes da cidade, parecem estar em conflito com as casas.

**Figura 2.7:** Parque Residencial Poranga



Foto: Luciana de Oliveira, 2012 (OLIVEIRA, L., 2013, p. 37).

Por outro lado, nas áreas ocupadas do aningal do Jauary,<sup>50</sup> e mesmo no bairro Mamoud Amed, a paisagem revela ausência ou pouca presença do Estado. No caso do aningal do Jauary (Figura 2.8) a presença mais visível da ação do Estado é a numeração tosca feita nas paredes das casas que indica que a defesa

---

<sup>50</sup> Aningal é o nome popular dado a ecossistemas alagadiços onde predomina a planta conhecida como aninga. “A aninga (*Montrichardia linifera*) é uma macrófita aquática vastamente distribuída nas várzeas amazônicas e igualmente encontrada em diversos ecossistemas inundáveis como os igapós, margens de rios, furos e igarapés” (AMARANTE *et. al.*, 2009, p. 1).

civil do município as condenou e elas devem ser desmanchadas, que a população deve ser transferida. Mas a população não se vai, e quando vai, volta ou vêm outros.

**Figura 2.8:** Ocupação no Jauary



Foto: Maurício Adu Schwade, 15 de dezembro de 2013.

Ao contrário, em relação aos grupos empresariais, a política do Estado aparece sincronizada revelando por vezes que se busca garantir antes a espacialização do capital que o bem-estar dos sujeitos, como pode ser visto no contraste entre os terminais portuários de carga em relação ao porto popular do Jauary; entre os cuidados com a avenida Parque e zonas ocupadas pelo grande capital se comparados aos bairros periféricos onde a população pobre vive.

Também obras de pavimentação são planejadas sem ou com pouca participação popular, como já afirmado, e com qualidade no mínimo duvidosa como pode ser verificado quase que a cada esquina. Talvez por isso também não se percebe empenho da população em cuidar da coisa pública. Assim, pode ser até estranho, mas enquanto todos os objetos na paisagem revelam terem sido construídos 'por' pessoas, nem sempre eles revelam terem sido construídos 'para' as pessoas.

A paisagem da cidade revela, com isso, que seu processo de construção atualmente está profundamente marcado por relações sociais que fazem do espaço urbano e das habitações mercadorias. Essas relações têm levado a processos de segregação em Itacoatiara como constatou Luciana de Oliveira (2013) em sua

dissertação intitulada “(Re)Produção do espaço urbano e habitação popular de Itacoatiara-AM”. Os bairros mais próximos ao centro da cidade e as áreas de menores riscos ambientais tendem a ser apropriadas por pessoas com melhores condições financeiras, empregados dos extratos mais elevados do setor público e privado:

O processo em que o espaço é produzido enquanto valor de troca delimita os espaços de interesse para apropriação. Neste contexto, a terra urbana e a habitação são objetos de interesses entre aqueles que necessitam de uma moradia para sua reprodução, afirmando que o espaço urbano é condição, meio, produto da reprodução social e aqueles que lucram com sua provisão, gerando conflitos e limites para reprodução social. Nesta disputa resta para a maioria da população das cidades o deslocamento para as áreas periféricas (OLIVEIRA, L., 2013, p. 46).

**Figura 2.9:** Espaços urbanos como mercadoria



A – Placa e cerca anunciam: “Área particular, não entre”; B – População pobre ocupa áreas de risco; C – Muro emoldura terreno com precárias condições de vida e anúncio: “Vende-se”. Painel composto com fotos feitas por Maurício Adu Scwhade, 26 de junho de 2013.

Apesar disso, existem ainda na cidade de Itacoatiara espaços pouco segregados. No bairro da Colônia e em parte do Jauary, casas simples ladeiam casas onde se buscou imprimir um pouco mais de sofisticação ou luxo.

**Figura 2.10:** Casas alagadas e trapiche sobre as ruas no Jauary na cheia de 2013



Foto: Maurício Adu Schwade, 25 de junho de 2013.

Sobre o aningal do Jauary encontra-se um dos espaços de maior segregação. Casas, em maioria bastante precárias, amontoam-se, avançando sobre o lago. Essas casas sobre o lago começaram a ser construída depois da instalação do bairro e continuam sendo construídas a partir da ocupação por grupos familiares que chegam à cidade e se deparam com o impedimento de se instalarem em lugares mais propícios, já que estes são propriedades privadas, algumas delas disponibilizadas como mercadoria para as quais a população mais pobre não tem recursos financeiros suficientes para adquirir, como também sustentado por Luciana de Oliveira (2013). Assim, elas acabam por construir suas moradias em locais expostos a riscos ambientais, como alagamento das casas nas grandes cheias dos rios, o que ocorreu em meados de 2013 quando de uma das etapas da pesquisa.

Por outro lado, ocupar o antigo lago, hoje aningal do Jauary, permite se localizar próximo ao centro da cidade, perto do comércio e dos serviços públicos e privados e da esperança de emprego ou de trabalho temporário. Também permite

estar próximo da beira do rio de onde se podem acessar recursos que garantem a vivência.

**Figura 2.11:** Casas sobre o aningal e ao fundo Igreja Matriz no centro de Itacoatiara



Foto: Maurício Adu Schwade, 25 de junho de 2013.

**Figura 2.12:** Ocupação do aningal do Jauary entre 1970 e o presente



Painel feito com foto do Jauary em 1970 extraída da dissertação de Luciana OLIVEIRA (2013, p. 60). Em “A” sem marcações e em “B” área entre linhas vermelhas e amarelas indica espaço atualmente ocupados. Elaboração: Maurício Adu Schwade.

Em toda a cidade pode-se observar elementos que facilmente poderiam ser identificados como urbanos e outros que logo são relacionados ao rural, e outros de difícil classificação, o que confirma ser delicado discutir a realidade das cidades ribeirinhas com base nessas categorias. O urbano se anuncia nos muros que se erguem em volta de casas, no desejo de emprego assalariado, em ruas asfaltadas e

na utilização de equipamentos que denotam modernização. O concreto aparece como signo do urbano e da modernidade, mas às vezes não faz mais que emoldurar o espaço cujo conteúdo pouco mudou, tornando apenas mais degradado e degradante para a vida. Essa moldura não serve para embelezar, mas para transformar o espaço e mercadoria (Veja Figura 2.9 C, p. 88).

O boi que avança sobre as casas destruindo as plantas cultivadas no quintal e humilhando moradores mais humildes do bairro Mamoud Amed (Figura 2.13) faz lembrar que o grande símbolo do surgimento do rural na Amazônia é o gado. O rural aparece como a luta do homem contra a natureza, mas uma natureza antropizada que oprime muito mais pelas relações sociais que disciplinam o encontro entre pessoas e natureza que propriamente pelas características naturais.

**Figura 2.13:** Gado bovino destroem plantas nos quintais no bairro Mamoud Amed



Foto: Maurício Adu Schwde, 26 de junho de 2013.

Mas a cidade revela também outras maneiras de relação com a natureza pela presença de quintais com frutíferas, hortas e animais, a canoa debaixo da casa (Figura 2.14), a senhora que passa com o remo nas mãos ou o senhor que carrega o motor rabeta sobre os ombros.

**Figura 2.14:** Olhar atento revela a canoa debaixo da casa

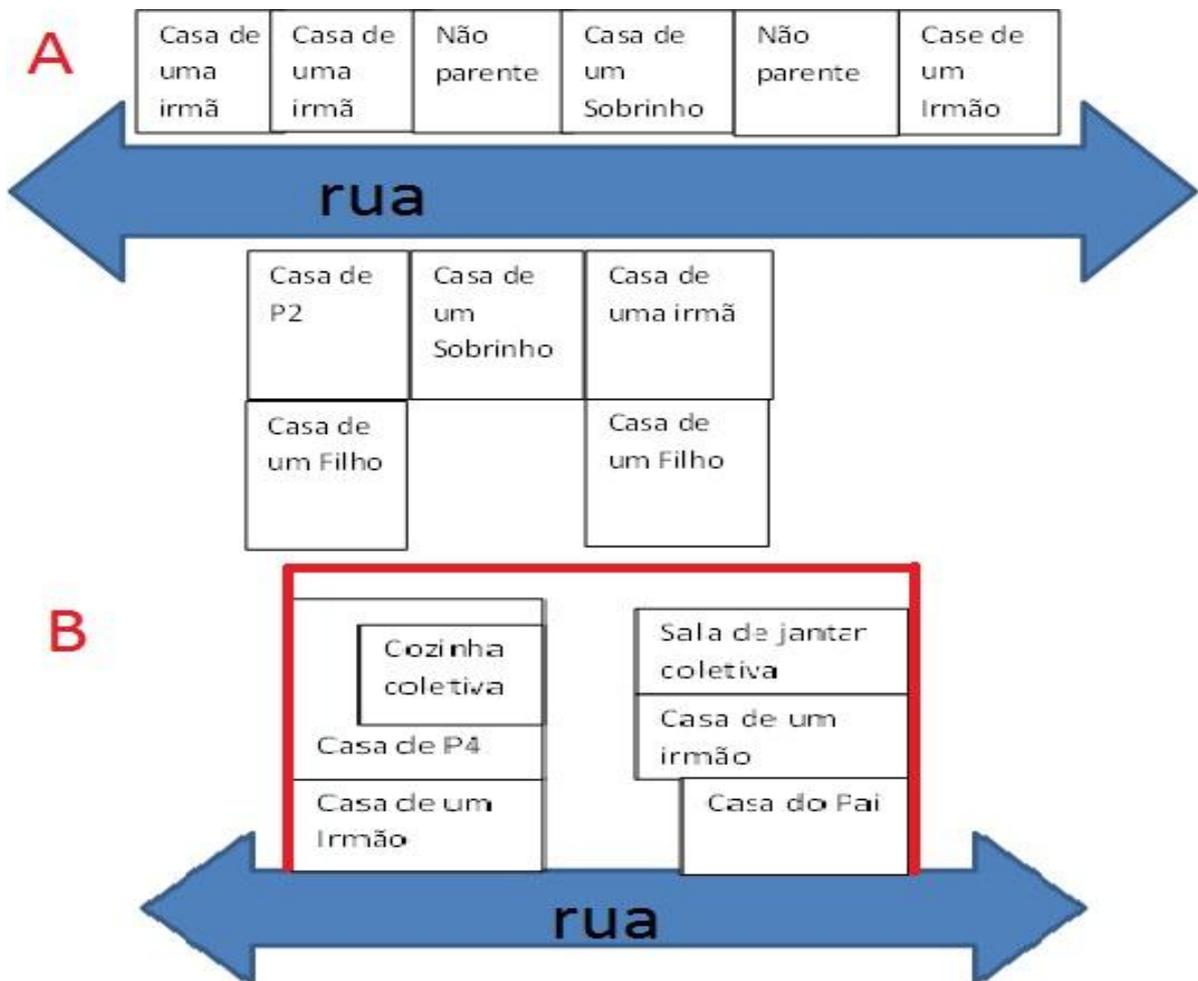


Foto: Gercy dos Santos, 4 de dezembro de 2013.

As estratégias de garantia da vivência passam também pela construção e reconstrução de laços de solidariedade. Algumas casas se amontoam quase que reproduzindo as relações da maloca onde se compartilha o espaço e as 'dádivas' alcançadas ou colhidas. Alguns quintais abrigam várias casas de pessoas com relações de parentesco. Em outros lugares mora-se em casas próximas e o trânsito de uns nas casas dos outros é livre (a Figura 2.15 traz dois croquis entre os vários de ambientes onde se observou situações assim durante a pesquisa).

Por toda a parte se encontram pessoas que desenvolvem algum ofício relacionado com o interior. Alguns têm na pesca ou agricultura a principal atividade geradora de renda monetária. Outros como atividade secundária. Em vários pontos ao redor da cidade nota-se a presença de acessos ao interior. São os caminhos para o lago do Canaçari que partem dos bairros do extremo norte e nordeste da cidade; a estrada e vicinais saindo pela AM-010 e estrada do aeroporto a oeste; e principalmente toda a orla do rio Amazonas, desde o local conhecido como Centenário, a montante, até o extremo do bairro do Jauary II, a jusante na beira do rio Amazonas, por onde centenas de canoas e pequenas embarcações podem ser avistadas todos os dias que se percorre esse perímetro.

**Figura 2.15:** Croquis de espacialidades de pessoas com laços de parentesco e colaboração



Grupos de domicílios: "A" parentesco a partir da pessoa entrevistada simbolizada por "P2" e "B" parentesco a partir de "P4", a linha vermelha marca os limites do quintal. Observações feitas em novembro e dezembro de 2013 no bairro do Jauary. Elaboração: Maurício Adu Schwade.

Em junho de 2013, no local conhecido como Ponta do Nego, próximo ao porto do Jauary, observaram-se várias pessoas pescando camarão (Figura 2.16). Uma pessoa da cidade que colaborava com a pesquisa, reconhecendo um dos pescadores, pediu-lhe um pouco de camarão, o que foi prontamente atendido, revelando ser essa uma prática frequente.

Em todas as estadas na cidade era possível observar pessoas pescando na beira do rio; ao ouvi-las, elas relatavam que praticavam pesca em distintos pontos da beira do rio no entorno da cidade.

**Figura 2.16:** Pesca de camarão no Jauary, Itacoatiara



Foto: Maurício Adu Schwade, Ponta do Nego/Jauary, 24 de junho de 2013.

**Figura 2.17:** Pessoas pescando na Ponta do Nego, bairro do Jauary/Itacoatiara



Foto: Maurício Adu Schwade, Ponta do Nego/Jauary, 15 de dezembro de 2013.

Ao fazer a experiência de praticar a pesca nas mesmas condições e técnicas utilizadas pelas pessoas que se encontravam ali pescando, na Ponta do Nego, que consistia simplesmente em lançar um anzol com isca amarrada em uma linha com um peso para que o anzol submergisse, em uma hora de pesca (entre 17 e 18h), capturaram-se oito peixes de três espécies distintas sendo, conforme denominação local, 3 piracatingas, 1 filhote, 2 mandiins e 2 bacus (resultado da pescaria de apenas uma pessoa). Os quatro maiores juntos pesavam aproximadamente dois

quilos (Figura 2.18), ou seja, mais que a necessidade alimentar de uma pessoa por um dia.

**Figura 2.18:** Peixes capturados em uma hora de pescaria no Jauary



Foto: Maurício Adu Schwade, Itacoatiara, 18 de dezembro de 2013.

Essa simples experiência faz pensar se realmente a classificação de extremamente pobre se aplica para mais de 30% da população de Itacoatiara como se deduz a partir dos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil 2013 (PNUD, 2013). Teoricamente a condição de extrema pobreza significa não ter acesso a bens de consumo e condições mínimas para satisfazer as necessidades básicas. Nas estatísticas do PNUD ela é determinada a partir do nível de renda monetária da população. Embora seja inegável que boa parte dos habitantes de Itacoatiara encontra-se em situação de vulnerabilidade, a condição de extremamente pobre não se aplica a muitos dos moradores de Itacoatiara e que são assim classificados pelo PNUD, pois praticamente toda a população tem condição de garantir sua vivência, principalmente no que tange às necessidades alimentares, graças ao acesso à natureza rica e abundante em diversidade de recursos como se pôde verificar durante os levantamentos de campo. A falta de renda monetária não necessariamente significa efetiva condição de miséria, visto que é possível garantir alimentação sem ou com pouca renda monetária. Até um morador de rua foi visto assando um peixe na beira de uma sarjeta (Figura 2.19). Nesse caso, sim, trata-se

de uma pessoa extremamente pobre, mas ainda assim a alimentação está garantida.

**Figura 2.19:** Morador de rua assa peixe na sarjeta no bairro do Jauary



Fotos: Maurício Adu Schwade, bairro do Jauary, 4 de outubro de 2013.

Toda a borda da cidade em contato com o rio é, dessa maneira, espaço onde se procura garantir a vivência, especialmente nos períodos mais difíceis de conseguir renda monetária. Por aí se vai, também, para mais longe em busca do encontro com o interior que não se constitui apenas em fonte de matéria-prima, mas, tanto quanto a cidade, é local das práticas da vivência.

O bairro do Jauary se constitui em uma das principais 'portas' de entrada e saída de pessoas e produtos do interior para a cidade e da cidade para o interior. Durante todos os dias da semana é possível ver pessoas chegando e pessoas saindo. De manhã chega o peixe e diversos produtos e nos finais de semana o vaivém de pequenas embarcações é frenético, enquanto dentro da cidade muitas casas estão trancadas sem seus moradores. Muitos foram para o interior. Alguns à procura de lazer, outros para encontrar parentes ou amigos, outros para descansar, outros ainda para trabalhar.

**Figura 2.20:** Embarcações variadas na beira do rio Amazonas



Foto: Maurício Adu Schwade, Ponta do Nego/Jauary, 15 de dezembro de 2013.

Sendo o Jauary bairro bastante diversificado em termos de composição da população, e sendo também importante 'porta' para o interior, decidiu-se fazer dele o principal *locus* da pesquisa. Os resultados desse aprofundamento da pesquisa com a população do Jauary é o que será apresentado no capítulo seguinte.

### **Capítulo 3 – Jauary: a cidade e o interior**

Existem coisas e objeto que satisfazem necessidades materiais, necessidades físicas, e outras que satisfazem necessidades imateriais, entre elas as simbólicas, afetivas e relacionadas à criação de identidades. Esse entendimento tem especial importância neste trabalho por ele tratar das relações das pessoas que vivem na cidade com os espaços ao redor. Acessar e se apropriar desses espaços é parte fundamental para a criação de valores de uso das populações das cidades amazônicas. A riqueza criada a partir do encontro do homem da cidade com espaços ao redor da cidade vai além da busca de produtos. Ela passa também pelas práticas e domínios da vida social e cultural, portanto é também fonte de riqueza imaterial.

No Capítulo 2 adentrou-se num lugar específico, a cidade de Itacoatiara. Agora se faz o ‘zoom’, entrando num bairro específico e na vida de pessoas que ali vivem na busca de compreender as relações entre cidade e o interior. Trata-se do estudo de um lugar específico, mas que pode lançar luzes para a compreensão das relações cidade e campo na Amazônia.

A opção de trabalhar um fragmento da cidade se deu durante a primeira fase da pesquisa de campo, a sondagem, onde se inferiu que seria difícil fazer a pesquisa em toda a cidade tendo como proposta trabalhar a partir dos sujeitos sociais produtores do espaço. Além disso, correr-se-ia o risco de ficar apenas em dados superficiais sem penetrar e entender a perspectiva dos sujeitos e suas estratégias de vivência, ou de camuflar a complexa realidade. Por isso, considerou-se prudente e interessante aprofundar numa área restrita e se apropriar de metodologias da etnografia, como apontado no Capítulo 2, a fim de demonstrar com mais profundidade e complexidade das relações e a perspectiva dos sujeitos. Ao traçar tal estratégia também se tinha presente a premissa de tempo que dificultaria o estudo aprofundado de uma área ampla.

Muitos dos trabalhos que seguem a lógica de amostragem criam a falsa ideia de que se compreende o todo. Aqui se deixa claro que não se abarca o todo em cada uma de suas especificidades locais. Optando por metodologia próxima da etnografia, não se estará numa lógica de amostragem.

Nesse sentido, o que fala Beaud & Weber (2007), ao tratar dos estudos etnográficos, também é válido aqui:

O que observamos não 'vale' para uma outra população que não a que pesquisamos diretamente. Deste ponto de vista entramos na categoria das monografias. Mesmo assim, não abdicamos de toda a ambição pela generalização. Simplesmente não generalizamos a respeito dos 'indivíduos' ou das 'populações', mas no que se refere a 'processos' e 'relações'. E, acima de tudo, entramos numa lógica cumulativa. Nós experimentamos interpretações e hipóteses, por definições gerais, que têm vocações para serem contestadas aqui e alhures (2007, p. 187).

Nessa perspectiva, deve-se ter presente que o local estudado é parte de um espaço maior, a cidade, que está inserida por sua vez em contextos ainda mais amplos. Assim, esse local é parte do conteúdo do todo e muito do que ele contém encontra correspondência com o existente em outras partes. A compreensão do local específico ajuda, então, a compreender outros lugares, ou pelo menos colabora na construção de hipóteses sobre tendências e processos, mas não se pode simplesmente esperar que em outros lugares o resultado será exatamente igual.

Optou-se, então, por privilegiar o bairro do Jauary como *locus* da pesquisa. Várias das razões para a escolha desse bairro podem ser encontradas no Capítulo 2. Destacamos as seguintes: 1 – é o terceiro bairro mais antigo da cidade, cujo início remonta ao século 19 (SPÍNOLA, 2004; OLIVEIRA, C., 2007); 2 – está situado nas margens do rio Amazonas e abriga um porto fluvial popular que se constitui numa das principais ligações da população da cidade, e especialmente desse bairro, com o interior (OLIVEIRA, C., 2007) e é a porta de entrada de muitos imigrantes. Pelo Jauary se chega e se vai para o interior e outras cidades; 3 – recebeu contingentes populacionais nas últimas quatro décadas, grande parte vinda de povoados e localidades fora da cidade, sejam elas oriundas de comunidades tradicionais antigas da região, sejam dos que haviam vindos para a região atraídos pela possibilidade de trabalhos gerados por políticas desenvolvimentistas onde se incluem os grandes projetos, o que faz com que a cidade abrigue pessoas de várias gerações, e outras que vieram recentemente do interior e de outras cidades.

Para buscar entender as relações de moradores do Jauary com o interior, a pesquisa de campo foi estruturada em duas etapas: a primeira, com aplicação de

formulários em 121 domicílios cujas informações estão sistematizadas na primeira parte deste capítulo; e a segunda, com entrevistas semiestruturadas utilizando-se de ferramentas de pesquisas etnográficas cuja análise está sintetizada nas duas últimas partes deste capítulo.

### 3.1. Uma porta para o rio

Ao caminhar pelo bairro do Jauary, logo se nota estreita relação com o Interior. São as canoas na frente, debaixo, atrás ou do lado de casas, são as pessoas que concertam malhadeiras em frente a suas casas, são os quintais com frutas, galinhas, patos e plantas medicinais, são as frutas ou os peixes sendo vendidos na frente das casas.

No sentido de traçar um panorama das relações dos moradores do bairro com o interior, a segunda etapa da pesquisa foi, então, a aplicação de formulários em 121 domicílios do bairro. Para essa etapa a permanência na cidade de Itacoatiara ocorreu entre os dias 2 e 5 de outubro de 2013. Ainda em Manaus e antes do trabalho de campo, procedeu-se levantamento de dados da sinopse por setores do Censo 2010 (IBGE, 2013). Com isso foram levantados dados sobre o bairro, especialmente o número de domicílios. Segundo os dados do IBGE, no total existem 1.526 residências no bairro do Jauary. Optou-se por trabalhar em 6 (seis) dos 8 (oito) setores censitários que correspondem ao bairro. Nos 6 setores<sup>51</sup> encontram-se 1.282 domicílios segundo dados do IBGE.<sup>52</sup>

Para a aplicação dos formulários, dividiram-se as ruas em segmentos dos quais foram pré-selecionados aproximadamente 1/3, tomando-se o cuidado para que fossem incluídos trechos em todos os 6 setores censitários do IBGE, uma vez que eles compreendem áreas com características distintas. Nas ruas selecionadas foram entrevistados moradores de uma em cada quatro residências, tendo os pesquisadores sido orientados a manter o rigor de saltar três casas após uma

---

<sup>51</sup> Código dos setores onde foram aplicados os formulários: 130190205000017, 130190205000042, 130190205000043, 130190205000044, 130190205000045 e 130190205000075 (IBGE, 2013).

<sup>52</sup> Os dados são de 2010, podendo não corresponder exatamente à situação atual.

entrevista.<sup>53</sup> Cada margem da rua foi tomada independentemente. Cada residência onde se fez a pesquisa foi georreferenciada com o uso do GPS (Sistema de Posicionamento Global, do inglês Global Positioning System) para ter-se controle da distribuição espacial da aplicação dos formulários.<sup>54</sup> Em cada domicílio onde se aplicou formulário as respostas foram fornecidas por um ou mais morador do respectivo domicílio com idade igual ou superior a 18 anos, porém não necessariamente o responsável principal pelo domicílio. No apêndice A desta dissertação consta o formulário aplicado.<sup>55</sup>

Inicialmente previa-se a aplicação de cem formulários como amostra, porém, como a aplicação se deu mais rápido do que o previsto, ampliou-se para 121 residências. Embora no presente trabalho esteve-se mais interessado em identificar situações e tendências que quantificar estatisticamente, teve-se a preocupação de que os resultados fossem confiáveis. Assim, com essa amostra selecionada de forma aleatória os resultados são bastante confiáveis estatisticamente, com margem de erro calculada em 7,0% (3,5% para mais e 3,5% para menos e confiabilidade de 90%) em relação ao bairro do Jauary.

Ainda assim alerta-se para que, em termos estatísticos, os resultados encontrados não podem ser simplesmente extrapolados para outros lugares. É provável que todas ou quase todas as situações encontradas no Jauary se repitam nos demais bairros da cidade de Itacoatiara, todavia é pouco provável que quantitativamente eles ocorram nas mesmas proporções em todos os outros bairros, visto que a composição da população é distinta, vez que cada uma das espacialidades é resultado de processos históricos e sociais específicos. Menos ainda se pode esperar que as populações de outras cidades apresentem exatamente os mesmos resultados quantitativos. Em se tratando de indicar processos, tendências e possibilidades, todavia, pode-se inferir que os resultados apresentam importante significação e podem contribuir para a compreensão da relação cidade e campo na Amazônia.

---

<sup>53</sup> O trabalho de pesquisa de campo foi coordenado pelo mestrando Maurício Adu Schwade e para a aplicação dos formulários contou com a colaboração da bolsista Gercy dos Santos e da mestranda Juliana Silva, ambas do Nepecab, e das estudantes do curso de Agroecologia da UEA Jussara Góes, Elzira Pereira de Souza, Lucinete Oliveira dos Santos e Débora Barroso.

<sup>54</sup> Não incluímos a localização das residências e as ruas para garantir o anonimato dos entrevistados.

<sup>55</sup> Nos arquivos do Nepecab consta do relatório completo das atividades de campo (NEPECAB, 2014a).

A análise dos resultados da aplicação dos formulários confirma forte relação dos moradores do Jauary com o interior. Dos 121 entrevistados, 55 (45,45%) disseram que possuem propriedade fora da cidade (sítio). Destes, 29 disseram que pelo menos algum dos moradores do domicílio vai semanalmente ao sítio. Os demais que possuem sítio frequentam em intervalos de tempos maiores. Perguntados se tinham parentes domiciliados em outras lugares que possuíam sítios, 72 (59,5%) disseram que sim e, destes, 21 disseram que membros de seu domicílio frequentam sítios de alguns desses parentes semanalmente, 19 mensalmente, 30 anualmente e apenas 2 não frequentam. Consta-se assim que as relações de parentesco garantem o acesso a espaços fora da cidade. Ainda se perguntou para os entrevistados se eles frequentavam sítios de amigos que não sejam parentes. 49 (40,5%) responderam afirmativamente a essa questão.

**Tabela 3.1:** Sítios e frequência que se vai a esses espaços

Residentes têm sítio		Parentes têm sítio		Amigos não parentes têm sítio	
NÃO	66	NÃO	47	NÃO	71
SIM	55	SIM	72	SIM	49
Frequentam		Frequentam		Frequentam	
Semanalmente	29		21		16
Mensalmente	10		19		20
Anualmente	12		30		11
Não responderam	4		2		2
<b>Total Geral</b>	<b>121</b>		<b>121</b>		<b>121</b>

Elaboração: Maurício Adu Schwade.

Cruzando-se os dados das três questões sobre se as pessoas frequentam ou não propriedades fora da cidade, sejam elas dos residentes no domicílio, de parentes ou de amigos, apenas em 22 residências (18,18%) a resposta foi negativa para todas as questões. Assim, deduz-se que mais de 80% dos moradores do Jauary frequentam propriedades/sítios no interior pelo menos uma vez ao ano (esse resultado não pode ser deduzido diretamente na Tabela 3.1, pois nela os dados de uma questão não estão cruzados com a outra). Entre os entrevistados de 99 domicílios onde se afirmou que frequentam sítios, 68 (68,69%) que corresponde a 56,2% do total de 121 entrevistados, disseram frequentar sítios pelo menos uma vez por mês ( $\Sigma$  dos que afirmaram frequentar semanalmente ou mensalmente para pelo menos uma das três questões).

Esses dados são significativos, pois apontam para o fato de que mais da metade da população do bairro do Jauary frequenta espaços fora da cidade pelo menos uma vez por mês, demonstrando que o interior do município de Itacoatiara é, pelo menos parcialmente, local de vivência para população muito superior aos 33% identificados no Censo Demográfico de 2010 como população rural.

Quanto à ocorrência de ofícios, ou seja, alguma atividade econômica relacionada ao interior, em 64 domicílios, correspondendo a 52,89%, afirmaram que pelo menos uma pessoa que reside no domicílio possuía ofício relacionado ao interior. Questionados sobre qual o ofício apareceram: pesca (46 ou 38%), agricultura (24 ou 19,83%), tecelão de malhadeira e tarrafa (16 ou 13,22%), carpintaria naval, barco e/ou canoa (7), pecuária (6), extrativista de castanha e seringa (1), artesão (1), extrativista de madeira (1). A maioria das pessoas exerce mais de um ofício. Por exemplo, 16 (13,22%) disseram que na residência havia pessoas que praticavam agricultura e pesca. Sobre a questão, não foi apresentado lista de ofícios, caso isso ocorresse na pesquisa específica possivelmente o resultado apontaria maior quantidade de pessoas dominando cada ofício.

Quanto ao consumo de produtos regionais, em todos os 121 domicílios a resposta foi que se consumiam produtos regionais na residência, sobretudo produtos alimentícios. As feiras e/ou mercados livres são locais de aquisição de produtos regionais para 96,69% dos moradores. Apenas quatro afirmaram não comprar nas feiras e mercados, segundo estes, todos os produtos regionais que consomem recebem de parentes, de amigos, a partir de trocas por produtos ou serviços, ou é fruto de sua produção.

A produção para próprio consumo é importante mesmo para muitos dos que vão às feiras. Assim, em 43 (35,54%) domicílios a família tem nos seus respectivos sítios uma das fontes de produtos para o consumo doméstico. Além disso, o sítio não representa única possibilidade de produção para próprio consumo. Nesse sentido, a pesca em rios e lagos da região é importante para número ainda maior de pessoas, sendo apontada como uma das fontes de recurso para o consumo doméstico em 53 (43,8%) residências, incluindo aqui 25 domicílios que fazem parte dos 43 que disseram produzir no próprio sítio. Ainda em 13 domicílios (10,74%) se afirmou que produtos da floresta de áreas que não são de sua propriedade são fonte de bens para o consumo doméstico.

O cruzamento de dados das questões sobre as fontes de produtos para autoconsumo aponta que 60,33% dos moradores do Jauary têm em suas propriedades e/ou rios e florestas fora de sua propriedade fonte de recursos para abastecimento doméstico e apenas 39,67% moradores não têm em nenhum deles fonte de produtos para o consumo próprio.

Observa-se que o número de pessoas que disseram pescar para o consumo próprio e os que disseram consumir produtos do próprio sítio é maior do que os que afirmaram terem na casa pessoas com o ofício pescador e de agricultor respectivamente, o que revela que a maioria dos que apontaram a pesca e a agricultura como ofício de alguém do domicílio deve ter nessas atividades também uma fonte para a aquisição de renda monetária.

Outro ponto é que, dos 55 domicílios onde vivem pessoas que possuem sítio, 19 (34,5%) afirmaram não trazer produtos do sítio apesar de apenas dois deles afirmarem que não frequentam o sítio. Pode-se deduzir que pelo menos parte dessas pessoas não possui o sítio como local da produção, mas como local de lazer.

Destaca-se ainda a importância de circuitos não comerciais. Em 65 domicílios (53,72%) afirmou-se receber produtos regionais de parentes do interior. Em 38 (31,4%) receber de amigos; em 21 (17,36%) receber em troca de ajuda. Essas alternativas não são mutuamente excludentes. Dos 121 domicílios, em 72 (59,5%) os moradores se beneficiam de redes de colaboração fora do circuito de mercado restando apenas 49 (40,5%) onde os domiciliados não têm redes de colaboração como fonte de acesso a bens de consumo. O funcionamento destas redes ficará claro no tópico seguinte deste capítulo.

Os dados sobre a circulação de pessoas do interior nos domicílios também são reveladores das relações com o interior. Em 96 domicílios (79,34%) afirmou-se receber visitas de parentes do interior em sua residência na cidade, e 14 (11,57%) abrigam parentes que necessitam ficar na cidade por tempo prolongado (por exemplo, crianças e adolescentes que necessitam permanecer na cidade durante a semana para estudar ou pessoas que passam por tratamento médico). Grande parte desses visitantes traz produtos como fica claro nas respostas sobre as formas de aquisição de produtos relatadas no parágrafo anterior.

Quanto a tratamentos alternativos de saúde, 96 (79,34%) afirmam que alguém no domicílio conhece plantas medicinais (e fazem uso), enquanto 84 (69,42%) disseram recorrer para conhecedores de tratamentos tradicionais como rezadores, puxadores e conhecedores de plantas medicinais. Durante a aplicação dos formulários notou-se resistência por parte de alguns entrevistados participantes de igrejas evangélicas quanto ao termo 'rezadores'. A questão não separava rezadores dos outros conhecedores e citava todos juntos. Com isso se percebe que para obtenção de dados precisos sobre o tema dos 'rezadores' e outras práticas populares de cura, os termos deveriam ter sido separados.

Apesar disso, o simples fato de um percentual tão grande de pessoas conhecer usos de plantas medicinais demonstra que muitos conhecimentos construídos a partir da relação com o interior continuam sendo importantes para o bem-estar da população e reproduzidos e compartilhados entre os moradores do Jauary.

Os resultados da análise dos dados coletados nessa etapa da pesquisa, portanto, indicaram que no bairro do Jauary a maioria dos moradores estabelece suas vivências em estreita relação com o interior. Cidade e interior não estão separados, mas são contíguos. Essa condição, apesar de talvez não aparecer com a mesma intensidade em todos os lugares, está presente em diferentes espaços da cidade de Itacoatiara como pôde ser observado em todas as vezes em que se esteve na cidade coletando dados para a presente pesquisa.

Essa segunda etapa de pesquisa possibilitou também o acesso aos domicílios como o início de contatos diretos com moradores. Ao final da aplicação do formulário, os moradores foram perguntados se estariam dispostos a participar da fase seguinte da pesquisa que se daria na forma de entrevistas semiestruturadas sobre suas relações com o interior. Sobre isso, 107 (88,43%) responderam afirmativamente e apenas 6 (4,96%) explicitaram não desejar participar. Esse resultado revela o desejo e satisfação em falar do interior. Durante a aplicação dos formulários, muitos se entusiasmavam e começavam a falar de seus sítios e pescarias. Outros convidavam para olhar suas plantas e animais no quintal. Transpareciam ligações afetivas e de identidade.

Aos que responderam afirmativamente sobre a disponibilidade e aceitação de participar da etapa seguinte, tomou-se dados para contato e entre estes foram selecionados 40 para a realização de entrevistas, conforme será tratado no tópico seguinte.

### 3.2. O interior na economia dos moradores do Jauary

Como afirmado no Capítulo 1, entendemos economia como processo total de produção que constitui a base material da vida. Desse modo, não se deve separar o estudo da economia de uma população das suas práticas cotidianas e das condições objetivas e subjetivas de sua satisfação. Torna-se necessário adentrar as lógicas, perspectivas e ações da vida cotidiana para compreender a economia. Nesse sentido, buscou-se aprofundar o estudo das práticas de vivência dos moradores do bairro do Jauary, enfocando principalmente as relações com o interior. Para tanto, adentra-se na terceira e última etapa da pesquisa de campo que consistiu em entrevistas semiestruturadas com moradores do bairro do Jauary. Procurou-se penetrar na vida e no cotidiano das pessoas e para isso o uso de métodos e conselhos da etnografia foram essenciais. Stéphane Beaud e Florence Weber (2007) chamam de entrevistas etnográficas as que não são 'isoladas', nem independentes da situação de pesquisa:

Os entrevistados são re-situados em seus meios de interconhecimento (que são também [...] meios de pesquisa). Tomam lugar e sentido num contexto cuja dimensão histórica e local (história longa da região, história dos lugares e das pessoas) não são negligenciadas (BEAUD & WEBER, 2007, p. 118).

Ainda segundo esses autores, a entrevista etnográfica apoia-se em observações prévias, as quais, por vezes, guiam as observações por vir. Entrevistas e observações fazem progredir a pesquisa não havendo corte entre ambas. O campo não é compartimentado, o pesquisador passa indiferentemente de uma para outra e não precisa especializar-se numa técnica ou noutra:

A bem da verdade, uns e outros são complementares, pois a observação sem entrevistas arrisca-se a ficar cega aos pontos de vista nativos; uma entrevista sem observações corre o risco de ficar prisioneira de um discurso descontextualizado (BEAUD & WEBER, 2007, p. 93).

Foi o que se procurou fazer nos levantamentos de campo do presente trabalho: articular as entrevistas às observações como pilares fundamentais da mesma maneira que o são para os trabalhos etnográficos. Dessa maneira, à medida que a pesquisa avançava, as próprias informações colhidas alimentaram os passos seguintes. A observação do espaço geográfico e de vida das pessoas ajudou a entender as respostas dos entrevistados e as respostas ajudaram a entender o espaço, a organização e as relações sociais. No caminhar, novas questões apareciam e suas respostas esclareciam questões anteriores.

Apesar da abertura dada para que novas questões surgissem no desenrolar das entrevistas e das observações, todavia, o que fez com que cada entrevista fosse única e específica, em todas as entrevistas feitas nessa última etapa da pesquisa de campo foi utilizado um roteiro semiestruturado com perguntas que ajudavam a manter o foco no problema central de entender as relações com o interior. Após a realização das entrevistas nas primeiras seis residências, as quais ocorreram em campo realizado entre os dias 14 e 23 de novembro, o roteiro foi revisado. A segunda parte das entrevistas foi realizada no período entre 7 e 19 de dezembro de 2013. Nesse último período foram realizadas entrevistas em 13 (treze) domicílios (o roteiro norteador encontra-se como apêndice B, na versão usada nas 13 últimas entrevistas).<sup>56</sup>

Nas entrevistas, as respostas das perguntas do roteiro norteador foram fundamentais para aprofundar questões específicas. Já os relatos que surgiam espontaneamente ou a partir de questões formuladas no desenrolar da entrevista permitiram captar muito da estrutura de pensamento dos sujeitos que constroem e que vivem o local. Ambas contribuíram para mapear redes de relação com os ambientes fora da cidade, a extensão de algumas das redes de intercâmbios, em certos casos o volume dos fluxos e a diversidade de produtos. Os relatos foram

---

<sup>56</sup> Relatório completo de ambos os campos e com a transcrição das entrevistas encontram-se nos arquivos do Nepecab.

fundamentais também para captar aspectos imateriais das relações dos habitantes da cidade com o interior, o que será discutido na secção seguinte.

Durante a pesquisa foram registrados relatos antes e depois das entrevistas e em vários outros momentos, incluindo depoimentos de pessoas durante a estada do pesquisador na cidade de Itacoatiara. Para tanto, o uso de caderno de campo foi indispensável. No caderno de campo, procurou-se anotar dados sobre o ambiente da pesquisa, sobre as residências, sobre o bairro do Jauary, situações vividas durante o período da pesquisa, planejamentos de trabalhos, dificuldades para execução, surpresas e tudo mais que pareceu interessante e digno de ser anotado.<sup>57</sup> Em todas as idas a campo reservou-se momentos para perambular pela cidade descrevendo e registrando, inclusive com o uso da fotografia, a paisagem da cidade e especialmente do bairro do Jauary, o movimento das pessoas e o cotidiano.

Assim, lentamente entrou-se na vida do lugar para registrar aspectos visíveis e ocultos da realidade, do imediato e do mediato:

O imediato é o que aparece aos olhos como o relativamente simples; por conseguinte é também o começo, pois a simplicidade do primeiro olhar revela apenas o aparente. O mediato guarda espanto, surpresas e descobertas a fazer, já que a cidade não se resume à paisagem aparente. Ela se produz e reproduz a partir do cotidiano de quem a constrói, contendo vida, fragmentos de vida e a dimensão do uso do espaço e do tempo. Só a partir do reconhecimento disso é que se pode compreender a cidade para além da aparência (OLIVEIRA, J., 2000, p. 20).

A busca por integrar a vida do lugar fez parte da pesquisa e vários momentos se constituíram em experimentos registrados como, por exemplo, a pesca na orla do bairro referida no Capítulo 2.

A seleção dos domicílios para realização das entrevistas se deu da seguinte maneira: entre os 121 formulários aplicados na etapa anterior, foram selecionados 40 (quarenta) dos que haviam respondido positivamente à questão sobre se estariam dispostos ou não a participar de etapa subsequente. O critério de seleção para esses 40 formulários obedeceu novamente certa proporcionalidade de

---

<sup>57</sup> Muitos desses dados anotados não foram usados aqui, mas é possível que forneçam informações para pesquisas futuras e para que outros pesquisadores busquem inspiração, por isso algumas anotações foram transcritas e depositadas nos arquivos do Nepecab em relatórios de campo, onde consta da transcrição das entrevistas (NEPECAB, 2014).

distribuição espacial, mas também e principalmente se buscou identificar diferentes casos, garantindo diversidade de situações de relação com o interior. Por exemplo, que tivessem domicílios com pessoas que exerçam ofícios diferentes relacionados com o interior, residências cujos moradores não exerçam atividades econômicas diretamente relacionadas ao interior, famílias possuidoras de sítio e famílias não possuidoras de sítio. Ressalta-se que não foram escolhidos casos por parecerem pitorescos, antes sim, por que havia repetições. Nesse sentido, selecionaram-se domicílios onde havia pescadores profissionais porque várias outras também o tinham, da mesma forma onde havia pessoas que pescavam apenas para o consumo porque em vários outros domicílios isso também ocorria. Colaboraram para a escolha anotações adicionais feitas na hora da aplicação dos formulários da segunda etapa. Naquela oportunidade foi recomendado aos colaboradores (citados na nota de rodapé número 53, p. 103) que fizessem anotações adicionais sobre as relações com o interior que porventura observassem.

Os 40 formulários selecionados foram então agrupados em pares a partir do critério principal de proximidade geográfica, sendo elencado sempre um dos dois como preferencial e o outro como alternativo. A ideia era tentar chegar a 20 entrevistas. Por questão de tempo e por dificuldades em encontrar alguns moradores, foram realizadas 19 entrevistas. Uma das dificuldades é que o principal período em que foram feitas as entrevistas foi próximo ao final do ano (7 e 19 de dezembro de 2013), período de férias para algumas pessoas que trabalham na cidade, e alguns moradores não estavam em seus domicílios. Por outro lado, a investigação dos motivos da ausência no domicílio forneceu dado interessante à pesquisa, visto que se encontravam no interior. Três foram os casos em que isso ocorreu e, como de início, resolveu-se esperar o retorno destes, em um dos casos, quando se notou que não chegariam a tempo para que fosse realizada entrevista, não havia tempo hábil para substituir e fazer entrevista em outro domicílio.

Ainda na segunda etapa foram tomados dados para contato nos domicílios em que os moradores se disseram dispostos a participar de etapa subsequente, incluindo na maioria dos casos número de telefone. Antes de ir aos domicílios para a entrevista, fez-se contato com os moradores pré-selecionados consultando-lhes mais uma vez se ainda estavam dispostos a participar da etapa de entrevistas e em caso positivo procedia-se ao agendamento da entrevista. Isso facilitou bastante o

trabalho e a confiança das pessoas. Caso os moradores do primeiro não aceitassem ou pudessem conceder entrevista no período de permanência em campo, o seu substituto era contatado. Em dois casos não foi possível fazer a entrevista em ambos do par de formulários agrupados. Para um dos casos, em substituição se fez entrevista em domicílio vizinho cuja característica se assemelhava às daquelas do par selecionado. E, como já assinalado, foi feita uma entrevista a menos do número inicialmente estipulado de entrevistas, o que corresponde ao outro caso onde não se pôde fazer entrevista em ambos os domicílios do par pré-selecionado.

Todas as entrevistas foram registradas utilizando-se gravador de voz. Para a descrição dos ambientes, além do registro por escrito, foram desenhados alguns croquis no caderno de campo. Diversas entrevistas foram feitas com a colaboração de pesquisador auxiliar. Isso facilitou o registro de dados sobre o ambiente da pesquisa pois, enquanto a entrevista era realizada, uma pessoa podia se concentrar em anotar dados sobre o ambiente de vida e aspectos específicos enriquecendo o conjunto dos dados coletados.<sup>58</sup>

Na redação que se segue, não são utilizados os nomes das pessoas entrevistadas nem os endereços para evitar qualquer forma de constrangimento. O anonimato foi garantido em termo de livre consentimento submetido aos entrevistados e assinado por eles (veja o conteúdo do termo no apêndice C). Para identificar as entrevistas, elas foram numeradas de 1 a 20 correspondendo cada uma ao respectivo domicílio.<sup>59</sup> Cada pessoa foi identificada com a letra P mais o número atribuído à sua residência. Por exemplo: P01 corresponde a uma pessoa entrevistada e P02 a outra. Muitas vezes várias pessoas de uma mesma residência participaram da entrevista. Nesses casos, o(a) principal entrevistado(a) está representado(a) pela letra P mais o número correspondente da sua residência e os demais participantes da entrevista na mesma residência com a letra P, seguida pelo número da residência, seguido de um ponto e de outro número sequencial. Por

---

<sup>58</sup> A realização de entrevista por dois pesquisadores para que um esteja mais livre para descrever o ambiente é uma das muitas recomendações do 'Guia para a pesquisa de campo', de Beaud & Weber (2007) por nós adotadas neste trabalho. Não caberá citar todos, mas quem tiver contato com esse guia poderá identificar diversos elementos metodológicos por nós adotados a partir das sugestões constantes nesse manual. A estudante Jussara Góis foi quem colaborou como auxiliar nas entrevistas e Maurício Adu Schwade foi quem conduziu todas as entrevistas.

<sup>59</sup> Foram realizados no total 19 entrevistas, mas como a ideia inicial era de fazer até 20 entrevistas, conservou-se a numeração dada quando da seleção dos 20 pares de modo a não correr-se risco de embaralhar os dados. Assim, o número saltado é o 08, não existindo entrevista 08.

exemplo, P01 é a entrevistada principal de uma residência onde mais duas pessoas participaram da entrevista, essas foram identificadas então como P01.1 e P01.2 respectivamente. São esses códigos que identificam os distintos depoimentos transcritos no decorrer deste trabalho quando necessário.

Adentrando nas entrevistas, o primeiro aspecto a se destacar é que o acesso aos recursos materiais do interior assume diferentes funções nas práticas de vivência, variando não apenas de família para família, como também para os moradores de uma mesma residência no decorrer do tempo. Os recursos do interior podem representar garantia de vivência diante da dificuldade e instabilidade do emprego na cidade e os baixos salários, sobretudo para as pessoas com baixa escolaridade e nos tempos de maior recessão da economia de mercado na cidade. O interior aparece, então, como fonte suplementar de bens de consumo, como fonte suplementar de bens de consumo e de renda monetária ou como principal e única fonte de renda e de bens de consumo.

Quando se fala de renda, está-se designando não apenas a renda monetária, mas também os recursos usados nas trocas. Por bens de consumo está se designando os produtos para autoabastecimento do grupo residente ou familiar. Veja-se como isso aparece nas residências.

No domicílio 01, atualmente a família recebe com frequência peixe de dois filhos da matriarca (P01, Quadro 3.1), mas que tem domicílios próprios. Esses dois filhos são pescadores profissionais e distribuem com certa frequência peixes para os familiares, em especial para os residentes no domicílio materno (domicílio 01). Pelos depoimentos tomados, deduz-se que os períodos de mais intenso trabalho de pesca comercial não são os períodos de mais disponibilização de peixe para autoconsumo. A pesca comercial dos pescadores dessa família é principalmente de bagres vendidos para frigorífico na cidade. Os bagres não são apreciados por grande parte das pessoas da região, inclusive pelos moradores da residência 01, que afirmam preferir peixes de escama, incluindo espécies de pequeno porte como são a branquinha (*Curimata sp.*), o pacu (*Metynnis ssp.*) e o jaraqui (*Semaprochilodus ssp.*).<sup>60</sup> Um dos filhos de P01, que é pescador, tem um sítio onde plantam roça de mandioca e macaxeira para o consumo doméstico. P01 participa do cultivo.

---

<sup>60</sup> Nomes científicos foram consultados no site: <http://www.fishbase.org/> (FISHBASE, 2014).

Nos relatos da família 01, a relação com o interior passou por diferentes fases nos últimos anos. A família chegou à cidade de Itacoatiara vinda de uma comunidade situada no município de Urucurituba. Vieram em busca de acesso à escola. Desde o primeiro momento e em grande parte de sua história em Itacoatiara, a economia da família esteve dependente do trabalho na propriedade de um parente na Ilha do Risco, próximo à cidade. Enquanto os filhos estavam na escola, estes permaneciam na cidade. Na maior parte do tempo os pais estavam no interior trabalhando para garantir o sustento da família.

### Quadro 3.1: Entrevista 01 – Aspectos econômicos

SCHWADE: Hoje vocês ainda mantêm relação com o interior, ainda têm sítio?  
 P01: Não, só o meu filho que ainda tem sítio, que ele comprou não faz muito tempo, ainda está novato. Ele comprou. Nós trabalhamos ainda muito tempo no terreno do meu cunhado ali na ponta da Ilha do Risco. Foi o tempo que meu marido adoeceu, morreu. Aí eu não fui mais para lá, que não era nosso mesmo. Aí chegou um senhor que queria vender um terreno para o meu filho mais velho. Ele agarrou, comprou e agora está principiando lá. Ele já fez uma casinha pra gente trabalhar, já plantou um pedaço de roça; num sei se a água vai levar um pedacinho de macaxeira. Fez uma casinha pequenininha para a gente passar uma chuva quando estamos lá trabalhando, e não tem casa, é meio longe casa, aí ele fez uma casinha para a gente.  
 [...]  
 SCHWADE: E o que representa esse sítio para ele e para vocês, principalmente para vocês?  
 P01: Ele representa que tem vontade de ter, de plantar as coisas assim para progredi mais. Plantar as plantas da várzea que é o milho, que é a melancia; é para isso que ele quer.  
 [...]  
 SCHWADE: Então o seu filho é pescador. Ele é pescador da colônia?  
 P01: É.  
 SCHWADE: E quando ele traz peixe, ele também reparte com a família ou vai tudo para vender?  
 P01: É, quando ele pesca é peixe liso. Ele é um pescador da colônia e quando pesca, só pesca peixe liso. Aí ele traz tudo para vender.  
 P01.1: E a gente quase não come peixe liso.  
 SCHWADE: Por que não come peixe liso?  
 P01: A gente come uma vez aí. Nós não gostamos porque é gordo. Nós comemos mais o peixe, mas o peixe miúdo. Esse meu filho, tem também o outro ali que pesca, vende. Agora na piracema eles pescam muito peixe miúdo também, pacu, curimatã, jaraqui, matrinxã. Aí esses peixes, a gente traz para comer também. Aí cuiú, eles trazem, a gente come. É muito bom porque ajuda muito.

Entrevista realizada no bairro do Jauary/Itacoatiara, em novembro de 2013.

A escola parece distanciar novas gerações da vida cotidiana dos pais e do interior, em muitos casos aparecendo como elemento de ruptura e negação do conhecimento local e não como soma e aprofundamento de conhecimentos, onde os filhos que mais estudaram negam e/ou abdicam de relações com o interior.

Quanto a questão econômica, com esse caso começa-se a entender porque, na pesquisa nos domicílios, mais de 50% dos entrevistados responderam que recebem produtos de parentes. As redes constituídas a partir das relações de parentescos aparecerão em várias outras entrevistas.

Cabe também atentar que o trabalho em espaços no interior e o usufruto conjunto da propriedade rural e/ou de espaços que apesar de não serem propriedades são apropriados por grupos de pessoas deve ser relacionada com o resultado a que chegou a pesquisa com formulários que aponta para que mais de 59% dos moradores do Jauary acessam produtos por redes de relação fora dos circuitos de mercado. Aqui, P01 trabalha no sítio do filho que reside em outro domicílio.

Nas relações com o interior percebe-se que forças da natureza interferem: “plantou, mas não sei se a água vai levar”. Embora seja morador da cidade, trabalha em atividades no interior o que não é algo novo e que ocorre em outras partes do Brasil. Aqui aparece claramente a população que mora na cidade, portanto, população urbana e que trabalha em alguma atividade ligada ao campo como pesca, agricultura, extrativismo. Milton Santos tratou do tema apontando que se trata de um fenômeno que passa a ocorrer no Brasil a partir de 1960, diferenciando população rural, a que mora no campo, e população agrícola, a que trabalha no campo, pois, segundo ele,

O Brasil moderno é um país onde a população agrícola cresce mais depressa que a população rural [...] A população agrícola torna-se maior que a rural exatamente porque uma parte da população agrícola formada por trabalhadores do campo é urbana por residência (SANTOS, M, 1993, p. 33).

No mesmo texto, Milton Santos conclui que isso é “um complicador a mais para nossos velhos esquemas cidade-campo” (Ibidem). De certo modo é o que estamos tentando demonstrar nesta dissertação, mas que, no caso da Amazônia, tem raízes em processos anteriores e diferentes dos que ocorrem no restante do Brasil a partir de 1960. A condição de ser morador da cidade, mas economicamente majoritariamente agrária também aparece na entrevista 02 (Quadro 3.2).

### Quadro 3.2: Entrevista 02 – Aspectos econômicos

P02 – Eu sempre morei aqui. Nasci e me criei aqui na cidade mesmo.

SCHWADE – Mas já morou no interior?

P02 – Passei um tempo no interior, ali na boca do Madeira.

SCHWADE – Trabalhava lá?

P02 – É, trabalhava; fazia roça, farinha.

SCHWADE – Mesmo morando na cidade, a senhora ia para o interior fazer roça ou só nessa época que morava lá?

P02 – Aqui na frente, quando a minha irmã era viva, aí do outro lado tinha terreno dela. A gente ia para lá trabalhar: juta, malva, também negócio de roça; trabalhava para lá.

SCHWADE – E hoje a senhora não trabalha mais lá?

P02 – Não.

[...]

SCHWADE – Mas tem alguém da família que ainda tem atividade fora da cidade, por exemplo, pesca?

P02 – Tem. Inclusive a gente trabalha com pesca aqui. Eu moro aqui na cidade, mas nós trabalhamos com pesca. Eu, as minhas irmãs, meus filhos, meus sobrinhos, todos são pescadores.

[...]

SCHWADE – E os peixes do consumo da casa, a maioria vem dos próprios parentes que pescam?

P02 – Dos próprios parentes, justamente.

SCHWADE – Quase não compram na feira?

P02 – Quase não compra na feira; é difícil; mas a gente compra também. Ainda mais agora que os peixes estão proibidos, aí não pode pescar porque recebe o seguro defeso [a entrevista foi realizada poucos dias depois do início do período de defeso de diversas das espécies de peixes comercializados].

[...]

SCHWADE – E nessa época que não está tanto trabalhando com peixe, seus filhos trabalham com quê?

P02 – Eles trabalham assim: vão fazer um bico pra cá, pra lá, na cidade mesmo.

SCHWADE – No interior eles não fazem nenhuma atividade?

P02 – Não.

[...]

SCHWADE – E esses seus sobrinhos que moram no interior, de vez em quando vêm aqui na casa da senhora?

P02 – É, vêm. Eles têm casa aqui também, em Itacoatiara.

SCHWADE – E quando eles vêm de lá eles trazem produtos para a senhora?

P02 – Trazem! Trazem cheiro-verde, abacaxi.

[...]

SCHWADE – Tem algum outro produto que vem do interior que vocês consomem bastante?

P02 – Tem uma amiga da gente que mora lá no Arari, ela traz bastante cará pra gente.

[...]

[Falou de muito desemprego na cidade]

SCHWADE – Essas pessoas desempregadas não acabam indo ser pescadores?

P02 – Vai! Olha aqui meus filhos, às vezes termina a época do peixe, aí chamam eles para pintar uma casa, para ajudar a fazer uma construção, eles vão. Mas de vez em quando eles pegam a malhadeira, o bote, vão lá, pegam o peixinho para gente comer, agora é na época de pegarem outros peixes, né? Pegam, vendem aquele pouquinho para comprar o seu açúcar, farinha, essas coisas. É assim mesmo moço!

Entrevista realizada no bairro do Juary, Itacoatiara, em novembro de 2014.

Analisando-se as entrevistas, observa-se que entre os domicílios 01 e 02 encontramos diversas semelhanças, entre elas o fato de a pesca ser muito importante economicamente. O domicílio 02 se insere num complexo de domicílios cujos moradores têm laços de parentesco e diversos são pescadores profissionais (Figura 2.15, p. 93, Croqui A). A pesca é, assim, a principal fonte de renda monetária e fornece parte da alimentação. Em alguns períodos do ano, especialmente em períodos do defeso de espécies de maior interesse comercial, a atividade pesqueira é menos intensa. Nesses períodos a renda é complementada com trabalhos eventuais na cidade (chamados de “bicos”), entre os quais serviços de pintura, construção e limpeza de quintais. E a pesca adquire caráter de atividade voltada principalmente para o autoconsumo.

Algumas diferenças podem ser apontadas em relação aos pescadores da rede de parentes do domicílio 01. Em 01 não são tantas pessoas envolvidas na pesca, tendo diversas pessoas com emprego urbano, os domicílios dos parentes estão mais afastados e os pescadores se mantêm trabalhando majoritariamente no interior na baixa temporada do peixe, seja na agricultura ou pescando outras espécies de peixe para o consumo e para o comércio local. Já para os pescadores que participam da rede de parentesco onde se inserem os moradores da residência 02 a migração de atividade se dá para trabalhos na cidade, até porque eles não têm sítios, e a pesca tem redução drástica nos períodos do defeso.

Por outro lado, no domicílio 02 a identidade da família parece estar muito mais marcada pela pesca. Aqui cabe distinguir ofício e identidade. Embora a identidade “pescador” está relacionada ao ofício “pescador”, trata-se de duas perspectivas distintas. É possível que pessoas que tenham a pesca como atividade econômica não se identifiquem como pescadores. Assim como o fato de uma família se designar ou ser designada como pescador não significa necessariamente que todos os seus membros efetivamente pratiquem a atividade de pesca. Os moradores do domicílio 02 servem como exemplo na medida em que, apesar de P02 não ir pescar efetivamente, ela se identifica como pescadora. Trata-se, pois, de uma família cuja identidade é pescadores, mas que nem todos os membros desempenham a atividade pesca.

Quanto à relação com o interior, apesar de os parentes mais próximos de P02 não terem propriedade rural e a sua atividade é exercida em áreas

consideradas públicas, ou seja, rios e grandes lagos. Mas a família também mantém acesso a sítios de parentes de segundo grau de onde recebem esporadicamente alguns produtos como hortaliças utilizadas no preparo de peixe (cheiro-verde = cebolinha e coentro). P02 ainda relata receber cará (variedades de tubérculos de plantas da família *Discoreaceae*) de uma amiga que mora no interior. Em quase toda a história da família lembrada durante as entrevistas esteve domiciliada na cidade, exceto no período de pouco mais de um ano em que P02 afirma ter morado no interior aonde plantavam roça.

Os moradores do domicílio 02 residem na cidade há várias gerações, no entanto a economia está diretamente relacionada a atividades rurais e complementada por trabalhos ocasionais na cidade. Como meio de acessar produtos do interior, além do trabalho diretamente exercido por membros da família e o comércio local, aparece também rede de amigos do interior que trazem produtos e possivelmente encontram apoio para suprir suas necessidades na cidade. Relações de troca entre residentes na cidade e residentes no interior, e especialmente entre vizinhos da cidade com atividades no interior, ficam ainda mais evidentes no domicílio 03.

Na família 03 o pai da entrevistada P03 vive do comércio de peixes. Ele compra em comunidades dos municípios ao redor de Itacoatiara e revende para um frigorífico na cidade. De Itacoatiara leva gelo para revender aos pescadores das comunidades. Antes de vir para a cidade era pescador num povoado no interior. Na cidade de Itacoatiara se estabeleceu ainda como pescador e depois passou a trabalhar como atravessador.

As relações que os filhos têm com o interior são bastante diferentes das relações do pai. A maioria dos filhos, que hoje são adultos, nasceu na cidade. Entrevistou-se uma das filhas (P03, Quadro 3.3). A principal relação dos moradores do domicílio 03 com o interior se dá a partir de um sítio de uma das irmãs de P03. Do sítio são trazidos alguns produtos para o consumo doméstico, entre os quais foram citados cupuaçu, laranja, castanha-do-pará, bacaba e carvão. A pesca na beira do rio no próprio bairro do Juary também aparece como fonte de produção para autoconsumo, embora se trate de uma atividade com função principal de lazer no caso dos moradores do domicílio 03.

### Quadro 3.3: Entrevista 03 – Aspectos econômicos

P03: Lá [no sítio da irmã] tem mais é fruta, cupu, essas coisas, limão.  
 SCHWADE: Então vocês trazem produtos de lá?  
 P03: Sim. A gente traz.  
 SCHWADE: Cupuaçu e outros?  
 P03: Tem muito, nós damos para os vizinhos.  
 SCHWADE: Traz e tem para dar e vender então?  
 P03: Ouriço de castanha a gente dá aqui para a vizinha. Nós damos também para os irmãos da igreja, porque eles dois são pastores, minha irmã e meu cunhado.  
 [...]  
 P03: Mas quando não, como o vizinho daí é pescador, ele traz muito peixe e passa dando para todo mundo aqui no beco (sorriso). É, mas de vez em quando tem que comprar mesmo. Mas quando o papai traz, é raro o papai trazer porque ele tem que vender aqui para comprar gelo para voltar. Aí de vez em quando ele traz surubim, se não tem que comprar mesmo. E tá caro!  
 [...]  
 SCHWADE: E frutas regionais, vocês consomem?  
 P03: É! De vez em quando passa aqui um carrinho. Às vezes a minha irmã traz. Lá na minha irmã tem cupu, castanha, banana, laranja, é o básico mesmo.  
 SCHWADE: Tem algum vizinho que tem sítio e que traz frutas às vezes?  
 P03: Tem aquele pessoal ali daquele lado que tem fazenda, mas eles não dão assim (baixa a voz), eles vendem! (Fala com uma entonação onde se percebe reprovação) Tudo eles vendem aí, nunca deram! Eles têm fazenda, boi, essas coisas.  
 [...]  
 SCHWADE: Você falou que tem esse que pesca e distribui para todo mundo.  
 P03: É. Foi um rapazinho que passou aqui, ele é pescador, tem o Sicrano, tem o Beltrano, tem o Fulano,\* tem o filho do Tal. Tem mais ali Outro, todos são pescadores mesmo.  
 SCHWADE: E eles obviamente devem vender peixe, mas todos eles de vez em quando distribuem para os amigos?  
 P03: É! Quando ele vem aqui para nós, quando tem muito, quando ele traz, ele traz de saca, a gente já pega e leva aqui para uma senhora que tem muitas crianças, eles passam necessidade, nós damos tudo lá para eles também. E quando sobra comida, quando tem muita comida, nós levamos, porque ela tem muita criancinha.  
 [...]  
 P03: A gente junta roupa para mandar para trocar com farinha. É igual como nós fazemos para mandar para Maués, para minha irmã, que lá tem índio, aí manda um monte de farinha, frutas, tudo trocado assim de roupa, é muito bom. Nós mandamos roupa e ela manda pelo barco farinha.  
 [...]  
 P03: Nós gostamos de pescar piroasca. [...] Meu marido vai, meus irmãos quando chegam do trabalho vão todos pescar, a gente vai lá para a Ponta do Nego, dá muito [local na beira do rio no bairro do Jauary], quando vem, traz bem umas trinta na sacola. É bom. É só ir lá, joga e depois vem embora.

\* As palavras Fulano, Sicrano, Beltrano, Tal e Outro, quando iniciadas por letras maiúsculas, estão substituindo nomes próprios citados pelo entrevistado.

Entrevista realizada no bairro do Jauary, Itacoatiara, em dezembro de 2013.

O que mais chama atenção na entrevista 03 é a rede de “presentes/doações”. Essa rede se consolida em um circuito de intercâmbios onde a família participa principalmente com produtos do sítio. P03 fala que quando tem muito cupuaçu, trazem e distribuem entre a vizinhança. Por outro lado, ela fala que

às vezes recebe outros produtos de vizinhos, em especial peixe de vizinhos pescadores. Essas doações que inicialmente parecem totalmente voluntária, revelam-se não tão espontâneas assim quando, em tom de censura e desaprovação, a interlocutora falava de vizinhos que não compartilhavam os produtos que traziam da fazenda.

Esse fato vai ao encontro do que procurou demonstrar Marcel Mauss (1974) no “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão de troca nas sociedades arcaicas”, onde os presentes são mais que câmbio de bens e riquezas, móveis e imóveis ou coisas economicamente úteis. As prestações e contraprestações são feitas de forma aparentemente voluntárias, por presentes, regalos, embora sejam, no fundo, rigorosamente obrigatórias. Além da importância econômica desses presentes, que aparecerão em várias das entrevistas designados pelo termo “agrado”, seus significados e importância perpassam toda a vida social, incluindo de forma especial a construção de arranjos políticos.

O domicílio 04 é um dos lugares onde os entrevistados usaram o termo “agrado” para os presentes ou “dádivas”, para usar a expressão de Mauss. Esse domicílio é parte de um “condomínio familiar”. São quatro residências em um mesmo quintal, sendo duas geminadas de um lado e outras duas geminadas de outro lado (Figura 2.15, p. 93, Croqui B). Nos fundos, em ambos os lados existem cozinhas, sendo que a conexas com a casa da principal entrevistada, P04 (Quadro 3.4), parece ser o local onde se prepara comida quando se faz refeições coletivas, enquanto que a cozinha no outro lado parece ter a função de “sala de refeições” nesses momentos de encontros, pois tem área ampla e uma grande mesa.

Ao entrar na casa, a primeira coisa que chamou a atenção foi o cheiro de peixe assado. No dia da entrevista a refeição tinha sido peixe, que é comida de quase todos os dias na residência segundo os relatos. Em volta da cozinha estavam pendurados cachos de banana que, segundo os entrevistados, foram trazidos do sítio. A atmosfera era de casa ribeirinha, essa foi a sensação que os pesquisadores tiveram desde que chegaram ao domicílio 04. Logo P04 convidou para adentrar na

cozinha do domicílio, que também é a “sala de visitas”. Foi nesse espaço que se realizou a entrevista.<sup>61</sup>

Os três outros domicílios que fazem parte do “condomínio” são ocupados um pelo pai de P04 e os dois outros cada um por um irmão de P04 com suas respectivas famílias. Todo esse conjunto está intimamente ligado ao sítio do pai de P04. O sítio é espaço que agrega rede de parentes extensa e que se estende para além dos quatro domicílios do condomínio.

A pesca aparece não apenas como atividade econômica, igual0 também como parte da identidade da família. O pai de P04 pesca para o consumo da família, enquanto que o marido de P04 e um de seus irmãos que vive aí são pescadores profissionais, além de fazerem esporadicamente trabalhos de agricultura nos terrenos das famílias, seja no sítio do marido de P04, no sítio do pai de P04, ou em um sítio de um dos irmãos de P04.

#### **Quadro 3.4: Entrevista 04 – Aspectos econômicos**

SCHWADE: E qual é a relação que vocês têm com esse sítio, qual é a importância dele para a família?

P04: Muito importante! Que de lá a gente colhe, a gente cuida; meu irmão tem um gado pequeno, mas tem; e tem lago, papai pesca. É um lugar muito valorizado porque a gente nasceu e se criou lá.

[...]

SCHWADE: E o que vocês trazem de lá?

P04: Frutas, banana, peixe. Para a despesa da casa.

SCHWADE: Para vender não?

P04: Não.

[...]

P04: Outro sítio que eu frequento, mas por causa do meu marido, é aqui no Assacu. De lá a gente traz verdura, traz melancia, traz essas coisas assim.

[...]

SCHWADE: A farinha, vocês fazem lá mesmo no sítio?

P04: Muitas vezes fazemos. Esse ano não. Agora é que papai plantou roça, mas é lá para o Urubu [rio Urubu].

[...]

SCHWADE: Se sobra um pouco de produto?

P04: Divide. Divide entre a família toda.

SCHWADE: Tem algum outro produto que vem do interior que também é importante para a vida da família?

<sup>61</sup> Em trabalhos realizados e experiência de vida entre populações ribeirinhas na Amazônia temos observado como característica predominante que a cozinha é a parte mais importante da maioria das casas. É onde se recebe visitas, sempre com oferta de alimentos, ou pelo menos um café. É na cozinha que se conversa e se constroem as alianças. Comer junto, partilhar o alimento, é algo muito significativo. Essa forma de organização da casa, que tem a cozinha como o lugar mais importante, é trazida para a cidade. No domicílio 04 ficou evidente, mas também em outros domicílios pudemos observar isso.

P04: Que vem do interior, a macaxeira.  
 SCHWADE: Esse também vem do sítio?  
 P04: Vem do sítio. Jerimum; tudo isso vem do sítio.  
 SCHWADE: Então metade da alimentação da casa ou mais da metade vem do sítio?  
 P04: É. Cada tempo um determinado tipo. Essa época dá muito feijão, tudo vem do sítio, um bocado, uma parte.  
 [...]  
 SCHWADE: Alguém da família pesca ou exerce algum outro tipo de atividade relacionada ao interior?  
 P04: Pesca. Meu pai pesca, meu marido pesca.  
 SCHWADE: Mas são da colônia ou não?  
 P04: O meu marido é da colônia.  
 SCHWADE: É da colônia, é pescador profissional?  
 P04: É. Da colônia dali da Z-13. Meu pai não, meu pai pesca porque gosta e porque come (sorriso).  
 SCHWADE: Por que gosta de pescar e por que gosta de comer peixe?  
 P04: É (sorriso)!  
 [...]  
 SCHWADE: Compram peixe?  
 P04: Muito difícil. Compra, mas é pouco.  
 SCHWADE: E também vendem um pouco?  
 P04: Não, meu pai não vende, não. Papai não vende.  
 SCHWADE: Mas seu irmão sim?  
 P04: Meu irmão, sim.  
 SCHWADE: Quando eles trazem peixe, seu pai principalmente, traz para o consumo da casa, e se ele pega muito peixe, o que ele faz com esse peixe?  
 P4: Dá para os filhos. Dá para as irmãs.  
 SCHWADE: Tem filho para comer tudo?  
 P04: É (sorriso). Guarda no frizer, na geladeira.  
 [...]  
 SCHWADE: A comida mais frequente durante a semana, a comida principal?  
 P04: É o peixe.  
 SCHWADE: Peixe. Peixe e farinha?  
 P04: É. Peixe e farinha.  
 [...]  
 SCHWADE: E eles [parentes que moram no interior, mas em outros lugares] também trazem produtos para vocês, para vender?  
 P04: Eles trazem para vender, que uns vendem. No meio desse trazem um agrado, assim, e vão, a gente vai ficando.  
 SCHWADE: Que tipo de produto eles trazem, [...] esses agrados?  
 P04: Depende. Farinha. Cada tempo é tempo duma fruta; dá melancia, que tá findando o tempo da melancia, ou maxixe, ou pepino, assim.

Entrevista realizada no bairro do Jauary, Itacoatiara, em outubro de 2014.

Os produtos do sítio vão, assim, preferencialmente para o circuito dos agrados. A construção da espacialidade não está dissociada da forma de construção da sociedade. Assim o sítio, no sentido que é organizado por esse grupo social, é principalmente o local onde se produz o necessário para a família e os agrados. Os lagos e as florestas também são locais onde se produz e encontra produtos que entram no circuito dos agrados.

Essa forma de organização da produção e da vivência é confrontada com o sistema de mercado, onde as coisas são transformadas em mercadorias e espaços em propriedade privada individual, assumindo a função de *locus* da produção de mercadorias ao mesmo tempo em que também se torna mercadoria. Há um confronto permanente onde o sistema de mercado, que na maioria das vezes é imposto, comumente de forma violenta, avança sobre outras formas de construir espacialidades, o que aparece em várias entrevistas como se chamará a atenção adiante. Para o sistema de mercado ser estabelecido, destroem-se as espacialidades pretéritas e o espaço é reorganizado em novas bases. Tudo vira mercadoria.

Mas o sistema de mercado não foi capaz de destruir todas as outras formas de organização, o que fica claro na entrevista do domicílio 04, onde a partilha, a solidariedade com familiares e afins aparece como fato importantíssimo na economia dos moradores desse domicílio. Os agrados não se limitam aos familiares mais próximos, estendendo-se para parentes de segundo e terceiro graus. Agricultura e pesca constituem a base da economia da família.

É fato que o acesso ao mercado é parte das estratégias da família. Irmão e marido de P04 são pescadores profissionais, o que redundava em que a produção é vendida, pelo menos em parte. Já o pai pesca para o consumo da família, incluindo aqui outros parentes, especialmente irmãos e tios de P04 que moram em outras partes da cidade de Itacoatiara.

O “agrado” aparece também no domicílio 05, onde vive um jovem casal. A entrevista foi principalmente com o esposo (P05, Quadro 3.5). Ele trabalha na cidade, sendo assalariado. Ainda assim integra rede de colaboração. Parte do que é conquistado a partir do trabalho assalariado se integra no sistema de “agrados”.

P05 nasceu no interior e veio para a cidade em busca de frequentar a escola, pois onde vivia apenas tinha acesso às séries iniciais. Apesar do emprego urbano, faz questão de explicitar que sua identidade está estreitamente ligada com o interior. Em sua casa recebe com frequência o pai, irmãos que moram no interior e eventualmente outros parentes mais distantes. Estes lhes trazem alguns produtos aos quais também designou por agrados, nesse caso tendo como função principal

estreitar as relações afetivas. No caso de P05 os agrados parecem ser menos importantes economicamente que o são em P04.

Outro aspecto revelado na entrevista 05 é a prática da *piracaia*, a pesca com amigos e parentes seguida de assado na beira do rio. Toda a *piracaia* é atividade com forte componente lúdico, uma prática de lazer. No caso de P05 a *piracaia* é essencialmente lazer, mas é também importante economicamente visto que o peixe abastece a casa ainda por alguns dias após a pescaria.

### Quadro 3.5: Entrevista 05 – Aspectos econômicos

SCHWADE: Você recebe parentes que vêm do interior aqui na sua casa?  
P05: Raramente. É que a maioria do pessoal tem as suas casas. Quando vem muito de longe, às vezes se hospeda aqui.  
SCHWADE: Mas para visitas vêm de vez em quando?  
P05: Sem ser hospedagem, de vez em quando vem.  
SCHWADE: Eles trazem algumas coisas para vocês? Alguns produtos do interior?  
P05: Às vezes.  
SCHWADE: Por exemplo, peixe, como é que você consegue peixe aqui?  
P05: Peixe às vezes a gente compra, ou ele manda de lá, o papai. E eles vêm, quando vêm eles trazem de lá [o pai e os irmãos].  
SCHWADE: E frutas, como é que você consegue?  
P05: Frutas compramos, a maioria é comprada.  
SCHWADE: E as frutas de época?  
P05: De época eles sempre trazem. Na época de uixi, de tucumã, piquiá. Essa época eles sempre têm lá no sítio e eles trazem.  
SCHWADE: E eles trazem outros produtos do mato também para cá, por exemplo, castanha?  
P05: Castanha eles sempre trazem, mas só para o consumo mesmo.  
[...]  
SCHWADE: Você pesca também para comer, para casa, para se divertir?  
P05: Também.  
SCHWADE: E onde é que você pesca normalmente?  
P05: Aqui mesmo no Amazonas (rio Amazonas).  
SCHWADE: No porto mesmo? Na beira do rio?  
P05: É! Na beira do rio. Principalmente do outro lado do rio. Nós vamos fazer um assado para lá. Faz um assado e já traz também.  
SCHWADE: Como é que chama, *piracaia*, não é?  
P05: (risada) É!  
SCHWADE: Vai com certa frequência fazer essas pescarias?  
P05: Só às vezes na folga que praticamente não dá para ir todo o tempo por causa do trabalho. Aí sempre na folga nós vamos.  
SCHWADE: Vai em grupo? Vai com parentes, vai com amigos?  
P05: Vai com amigos, às vezes com parentes.

Entrevista realizada no bairro do Juary, Itacoatiara, em novembro de 2014.

Como já havia aparecido na entrevista 04, P05 destaca que a disponibilidade de a maioria das frutas regionais está circunscrita a épocas do ano, períodos de

safra. São essas frutas as mais trazidas por moradores do interior para seus familiares e amigos na cidade. Os produtos raros e/ou de safras curtas são muito valorizados como agrados. Há frutas da floresta que dificilmente são comercializados, mas trazidas muitas vezes como agrado, tais como o uixi.<sup>62</sup> Muitas espécies que estão ligadas a pratos tradicionais também se convertem em “agrados” especialmente valorizados. Incluem-se aí espécies peixes, como o tamoatá (Família *Callichthyidae*), e outros animais utilizados na dieta local.

Fica também evidente na entrevista 05 que muitas pessoas, que vivem no interior, têm casa própria na cidade. Isso apareceu em várias das entrevistas. A maior agilidade no deslocamento por causa dos motores de popa, especialmente os rabetas, como mencionado no Capítulo 2, fazem com que os moradores do interior venham com mais frequência à cidade, um dos fatores porque acabam construindo casa própria na cidade ao mesmo tempo em que continuam morando no interior. Há então mobilidade entre cidade e interior e por vezes alguns membros da família permanecem mais tempo na cidade e outros mais tempo no interior.

O fato de ter casa também na cidade, e até de ter o domicílio principal na cidade, nem sempre significa êxodo rural. Esse assunto será tratado novamente mais adiante, no entanto toca-se nele nesse momento para chamar a atenção que nos dois casos seguintes, dos domicílios 06 e 07, há um nítido processo de êxodo rural da família que parece rumar para completa desvinculação do interior. O êxodo, todavia, não se dá com a simples transferência do domicílio para a cidade. É um processo gradual do qual fazem parte: a aquisição de domicílio na cidade, a gradativa diminuição das atividades no interior até seu esgotamento; a venda, transferência ou perda da propriedade, posse ou do direito ao uso de um espaço no interior; a diminuição dos contatos com parentes e amigos que residem fora da cidade; e a desconstrução das redes de colaboradores que fazem chegar os agrados, ou seja, o êxodo rural se completa quando migram os costumes, as festas e cortam-se os laços com o lugar de origem. Nesse processo a identidade se modifica, não estando mais relacionada ao interior.

É também parte do processo a erosão de conhecimentos relacionados à vivência em contato com o interior (com a floresta, os rios e lagos e os sistemas

---

<sup>62</sup> Uixi ou uxi (*Endopleura uchi*) é uma fruta de espécie originária da Amazônia brasileira encontrada em estado silvestre na mata primária de terra firme e dispersa no Pará e Amazonas (SOUZA *et al.*, 1996, p. 200).

agrícolas). O esquecimento e perda de tais conhecimentos dificultam e vezem inviabilizam a vivência no interior levando à interrupção e impossibilitando o retorno das gerações futuras. A perda das línguas e linguagens autóctones, incluindo em especial as línguas indígenas, é determinante no processo de erosão de conhecimentos, pois, como afirma Bessa Freire (2004, p. 138), uma das funções da língua é de servir de instrumento de memória e de transmissão das experiências históricas.

A família do domicílio 06 reside no bairro do Juary há várias gerações. As relações com o interior, principalmente econômicas, foram diminuindo com o passar do tempo e das gerações. O contato direto com o interior agora representa apenas a possibilidade de lazer. Transparece um ideal de progresso ligado ao urbano, ao emprego e a cidade grande (Quadro 3.6). Parte da família está há várias gerações no lugar onde vivem. Quando aí chegaram esse espaço não se configurava em área propriamente urbana, mas gradativamente foi sendo envolvido e incorporado pela cidade. O processo de desvinculação com o interior foi longo e composto por vários elementos distribuídos ao longo de décadas, entre os quais: estabelecimento de residência próximo à cidade em área que posteriormente foi incorporado ao perímetro urbano; interrupção da participação das crianças da família nas idas e nas atividades no interior; venda da propriedade rural; diminuição dos laços de relação com os parentes do interior; desaparecimento das redes de agrados; e, por fim, a identidade passa a ser marcada exclusivamente por elementos da cidade.

### **Quadro 3.6:** Entrevista 06 – Aspectos econômicos

P06: Nós sempre moramos aqui. Essas terras aqui eram da minha bisavó, passou para a avó e aí minha família foi construindo e a gente sempre morou nesta casa. Eu, minha mãe também, sempre morou nesta casa.

SCHWADE: Seus bisavós então já estavam aqui. E quando eles chegaram aqui já era parte da cidade ou ainda era interior?

P06: Eu creio que ainda fosse um pouco desse interior, porque uma das coisas que minha avó conta é que ela ainda tinha muito o costume de pescar.

SCHWADE: No lago aqui [do Juary?]

P06: Isso. De lavar roupa nas cacimbas, então era um lugar assim que não era urbanizado.

SCHWADE: E eles plantavam também?

P06: Sim. Frutas e toda essa questão. Pelo que minha avó falava.

SCHWADE: Quando falamos a primeira vez, você falou que a família tem sítio, não tem?

P06: Tinha um sítio, não tem mais.

SCHWADE: E qual é o motivo de terem vendido?

P06: É porque meu avô já está numa certa idade e não tem mais condições de cuidar. Então não tem quem cuide realmente.

[...]

SCHWADE: Não tem familiares que moram no interior que você conhece?  
 P06: Nós até temos, temos pela parte do meu avô, que ele veio do interior, então temos. Tem uma vila que quase todo ano ele vai para lá.  
 SCHWADE: E esses parentes vêm às vezes na tua casa?  
 P06: Vem, mais com pouca frequência. Vêm visitar, somente dizer oi.  
 [...]  
 SCHWADE: Você não tem nenhuma ligação direta de trabalho no interior e da tua família aqui ninguém tem?  
 P06: Não, não tem não.  
 [...]  
 SCHWADE: Você ia com frequência nesse sítio do teu avô?  
 P06: Não. Ele tinha antes de eu poder viajar, eu era pequena quando eles tinham.  
 [...]  
 SCHWADE: Você falou que seu avô é quem compra o peixe. Todo o peixe é comprado ou eventualmente ele ou alguém pesca também?  
 P06: Ele pescava há muito tempo. Quando eu era criança, não sei se você reparou que tem um bote aqui que ele usava para pescar. Tem muito tempo que esse bote não é usado. Eu lembro que quando eu era criança, ele ia sempre para esse lugar que eu te falei que a família dele era, essa vila, e ele ia para lá, pescava, trazia as coisas. Eu lembro disso quando eu era criança, agora não mais.

Entrevista realizada no bairro do Jauary, Itacoatiara, em dezembro de 2013.

Os moradores do domicílio 07 também passaram por um processo de gradativa entrada na cidade. Vindos de um município vizinho, estabeleceram-se na década de 1960 em uma várzea próxima à cidade de Itacoatiara, onde plantavam como principal cultura comercial a juta. Quando os filhos estavam em idade escolar, compraram um lote urbano no Jauary, o mesmo onde foi feita a entrevista. Os filhos ficaram morando na cidade enquanto os pais trabalhavam no interior. Depois de terem vendido o terreno de várzea, foram para uma colônia agrícola em terra firme. Os filhos, depois de adultos, foram trabalhar na cidade, com exceção de um que permaneceu trabalhando no interior por muitos anos e que atualmente trabalha com conserto de barcos. Alguns se transferindo para Manaus.

### **Quadro 3.7: Entrevista 07 – Aspectos econômicos**

P07.1: Nós chegamos aqui no Jauary em 1964, aqui nesta casa. Em 1959 nós viemos de Urucurituba [...]. Eu, na época [1964], estava começando ali na ilha, tinha chegado há pouco tempo [...]. Trabalhava lá, vinha passar os finais de semana aqui, e era assim. Quando terminou nosso trabalho lá, que na época nós trabalhávamos em juta, trabalhei, cuidei da minha vida, tirei o dinheiro.  
 [...]  
 SCHWADE: Essa terra que vocês trabalhavam era de quem?  
 P07.1: Aqui na Ilha do Risco, nós compramos. E de lá, quando nós passamos para cá, eu vendi o terreno. Quando cheguei aqui ainda trabalhei dois anos sem ter terreno, que a terra que eu tinha era essa casa. Trabalhava com um, com outro, mas eu gostava muito porque eu nasci e me criei trabalhando na agricultura, lá no meio do mato.  
 [...]  
 Depois eu comprei outro terreno, quer dizer, comprei do governo. Naquela época nós

tiramos uma colônia por nome Colônia Rondon, nós tiramos um terreno lá, nós compramos do governo [...].

SCHWADE: E esse terreno, o senhor ainda tem hoje?

P07.1: Não, vendi. E aí as nossas filhas, nós tínhamos duas filhas ainda estudando e dois filhos que nós temos. Deixamos elas aqui estudando e o meu filho, o mais criança na época, arrumou mulher, casou-se, e ela ainda estava na oitava série. Aí eu disse para ele: 'meu filho agora', que ele trabalhava comigo, 'agora você vai ter que trabalhar lá comigo e deixe sua mulher aqui estudando, não leve ela para o mato não porque lá não tem estudo, você tem que deixar ela aqui para ela terminar bem o estudo dela. Você não quer estudar, quer trabalhar, então vamos embora trabalhar comigo no pesado e deixe ela porque um dia, se Deus ajudar, ela vai servir para você, a sabedoria dela vai servir para você também'. Aí ele concordou comigo e fomos embora para lá trabalhar. [...] Era terreno de agricultura. Era grande, eram 30 hectares para cada cidadão. Aí nós trabalhamos 15 anos lá.

Então minha esposa [P07] adoeceu muito das pernas, eu levava para Manaus para ir se tratar, deixava nas casas das filhas que nós tínhamos, nossas filhas já estavam para lá casadas. Deixava lá e dizia: 'olha, toma conta da tua mãe e toma o dinheiro que eu vou voltar', que a gente tinha que estar aqui, cuidando do terreno da gente e zelando.

P07: Lá nos plantamos muito.

[...]

P07.1: Aí eu falei para os meus filhos: 'e o terreno?'. Meu filho disse: 'vamos vender, papai'. Chamei as filhas lá de Manaus que trabalhavam para lá, elas disseram que não vinham para cá também, não queriam vir, não iam tomar conta. Então, para não deixar no mato o melhor é vender. Aí vendi. Eu dividi o dinheiro com eles, o resto eu apliquei aqui nesta casa, terminei ela todinha e aqui nós estamos até agora. Nós nos aposentamos e os filhos, um mora ali, outro mora lá no Mutirão, as filhas moram em Manaus.

SCHWADE: E tem algum filho que trabalha relacionado à agricultura? Ou a pesca?

P07.1: Não. O mais velho trabalha na profissão dele, que é motorista. O outro mora aqui mesmo, trabalha aí no beiradão como calafate, ele inventou a ser calafate. Depois que ele veio de lá, trabalhou ainda nove anos aqui nessa Gethal [indústria de madeiras], ele trabalhava com negócio de motosserra, serrador. Depois foi o tempo que fechou, ele saiu e ficou trabalhando assim, um dia para cá, outro dia pra lá. Um dia ele disse: 'papai, eu vou aprender a ser calafate'. E trabalha lá até agora. Mas os filhos [netos de P07.1], graças a Deus, tem uma que está em Manaus, três, melhor dizendo, um ainda está estudando, fazendo terceiro ano de faculdade, engenharia civil. Ainda tem um mais novo. Ele está fazendo a faculdade aqui também. [Continuou falando o que fazem os netos, três deles em uma empresa madeireira, pelo menos um em escritório administrativo da empresa, um é motorista de caminhão de uma empresa].

SCHWADE: E então nenhum dos filhos pesca, nem para comer?

P07.1: Nem para comer, nem para comer. Quem pescava era eu. Agora não pesco mais, faz muitos anos que eu não pesco.

SCHWADE: Os netos também não têm relação com o interior, todo mundo mora na cidade?

P07: É, mas muitos também já moraram o interior. O meu filho mais novo também tinha casa no interior, esse que trabalha de calafate. Mudou de lá porque também nós nos mudamos de lá e ele se mudou também.

[...]

SCHWADE: E vocês têm parentes no interior?

P07.1: Temos. Eu tenho um irmão que tem um terreno aqui no Arari.

P07: Tem dois para lá, para o Arari.

SCHWADE: E eles vêm aqui na casa de vocês de vez em quando?

P07.1: Vêm.

SCHWADE: Quando eles vêm, eles trazem coisas do interior, produtos?

P07.1: Não, produtos não porque ele não trabalha, ele tem gado e tem gente que trabalha lá para ele.

F7: O que ele traz é queijo, sempre ele traz queijo para vender.

[...]

SCHWADE: E sobre os produtos, vocês consomem bastante produtos regionais, peixe, frutas? Como se consegue produtos aqui, por exemplo, como é que se consegue peixe aqui?

P07.1: Peixe nós compramos aqui na feira.

SCHWADE: Todo é comprado na feira?

P07.1: Tudo. A gente compra diretamente de lá na feira. Carne nós compramos no açougue, nós temos um neto que tem um açougue, quando a gente precisa de carne, pede lá dele e ele vem trazer aqui.

SCHWADE: E açaí e essas coisas?

P07.1: A gente compra lá na feira. Açaí, bacaba, banana.

Entrevista realizada no bairro do Jauary, Itacoatiara, em dezembro de 2013.

Assim, no caso de muitas famílias de Itacoatiara, o êxodo não é mudança abrupta, mas um processo lento e gradual. Nas últimas cinco décadas pode-se apontar como parte do processo de êxodo dessa família: compra de propriedade na cidade; transferência do domicílio; busca de escolarização na cidade; novas gerações buscam trabalho assalariado na cidade; venda da propriedade rural; diminuição dos laços de relação com parentes do interior.

A escola deve ser tomada como um dos fatores que mais contribuem para o êxodo, pois a busca por escolarização das crianças aparece com grande frequência como fator determinante para a constituição de domicílio na cidade. Além disso, deve-se considerar que a escola, tal como se apresenta na maioria dos casos, representa ruptura em relação à transição de conhecimento, uma vez que a maioria dos currículos das escolas tanto não incorpora como muitas vezes ignora e até despreza os conhecimentos empíricos construídos pelos povos amazônicos ao longo de milênios e transmitidos por meio da oralidade. Os conhecimentos elaborados e cristalizados nas línguas, linguagens e na memória popular são relegados ao esquecimento em favor de um novo que é importado como universal por um modelo de escola que prioriza a formação de mão de obra a ser ofertada em mercado de trabalho.

Na entrevista 07 ainda nota-se que, quando existe perda de diversidade na propriedade, especialmente com a transformação do sítio em pastagem para gado, tende-se a diminuição do sistema de “agrados”. Nesses casos, a dicotomia urbano-rural se intensifica. Isso aparece também na entrevista 03 (Quadro 3.3), onde os vizinhos que não participam da rede de intercâmbios são justamente os que têm fazenda de gado bovino. A agropecuária aparece na base das transformações das

relações em diversos outros casos aqui analisados. Ela se apresenta comumente em conjunto e como promotora de transformações das relações sociais no interior. Isso pode ser notado quando P07.1 afirma: “não, produtos não porque ele não trabalha, ele tem gado e tem gente que trabalha lá para ele” (Quadro 3.7). Mudam as relações no campo com o trabalho alienado da posse da terra e mudam as relações entre moradores da cidade e do campo que passam a ser mediadas majoritariamente por relações comerciais. Aparece de forma clara, então, a separação campo-cidade.

Mas o êxodo não se completa, ou se completou, na maioria dos domicílios onde se fez entrevista. Mesmo em famílias que estão há muitas gerações na cidade, como 02, existe conexão direta com o interior. A maioria se mantém estreitamente ligada ao interior pelas relações de parentesco, as redes de “agrado”, o trabalho, a identidade.

No domicílio 09 (Quadro 3.8), os pais de ambos os cônjuges residem no interior. Quando o marido de P09 tem folga, eles vão para o sítio da família de P09 ou, com mais frequência, para o sítio dos pais de seu esposo. Lá eles colaboram com os afazeres da roça e trazem produtos para o consumo no domicílio na cidade. Com alguma frequência, também recebem na cidade a visita dos familiares do interior (pais e irmãos). Estes, quando vêm, costumam trazer alguns produtos para o consumo. Não obstante a esses fatos, a economia no domicílio depende mais do trabalho na cidade.

#### **Quadro 3.8:** Entrevista 09 – Aspectos econômicos

<p>SCHWADE: Têm parentes do interior que visitam a sua casa?  P09: Sim. Meus irmãos, sempre quando eles vêm, eles vêm para cá. Meus pais também.  SCHWADE: E quando eles vêm, eles trazem alguma coisa para você?  P09: Às vezes trazem frutas, peixe principalmente, farinha.  SCHWADE: A senhora consome bastante peixe aqui em sua casa?  P09: Sim. É variedade, peixe, carne.  SCHWADE: E esse peixe, como a senhora consegue?  P09: Parte que vem de lá e parte que a gente compra mesmo.  [...]  P09: Quando tem folga a gente tem que ir também lá, no interior, fazer alguma coisa.</p>
---

Entrevista realizada no bairro do Juary, Itacoatiara, em dezembro de 2013.

A prática de ir para o sítio trabalhar para ter direito em parte da produção aparece em vários domicílios. Nas entrevistas ficou mais explícito nos domicílios 01, 03, 04, 09 e 20.

Assim como no domicílio 09, pais de ambos os cônjuges, que moram no domicílio 10, vivem em sítios. Os pais do marido (P10, Quadro 3.09) moram em um sítio próximo da cidade para onde eles costumam ir quase que a cada fim de semana. Todos os irmãos de P10 vivem na cidade e vão para o sítio apenas no fim de semana, não desenvolvendo nenhuma atividade estritamente econômica. De lá trazem alguns produtos como peixe e leite de gado esporadicamente. Os pais de P10 raramente pernoitam na cidade, pois o sítio é próximo e eles retornam no mesmo dia. Já os pais de sua esposa residem em localidade distante e têm casa própria na cidade, mas, segundo P10, sempre que vêm para a cidade passam para visitar e normalmente trazem algum produto como presente.

Para os moradores do domicílio 10, a maior função do gado é suprir necessidades domésticas, abastecendo de carne nos momentos festivos e de encontro. Por isso tudo indica que nesse caso a pecuária não criou ruptura entre cidade e interior. Isso difere da criação comercial de gado que efetivamente transforma as relações sociais. Por isso deve-se estar atento que novas coisas e objetos na paisagem não significam necessariamente transformações nas relações sociais. Mas, apesar de no caso do domicílio 10, o gado não ter causado o abandono das redes e relações de agrados, ele as tornou menos diversificadas quando comparados ao acesso a produtos do interior a partir dos pais do cônjuge feminino onde a pecuária não está presente.

### **Quadro 3.9:** Entrevista 10 – Aspectos econômicos

<p>SCHWADE: Você traz algum produto quando vai ao sítio de seu pai?  P10: Assim, na maioria das vezes, quando a gente vai lá, traz um peixe que ele vai pescar e dá para a gente. Tem gado, traz leite.  [...]  SCHWADE: Hoje em dia, que tipo de produtos se tira do sítio para vender?  P10: Só bem pouquinho mesmo é o leite. Sempre eles vendem um pouquinho.  SCHWADE: Mas vendem lá mesmo ou vendem na cidade?  P10: Vendem na cidade. Ontem eu estava conversando com papai e ele falou que era na faixa de uns 15 a 16 litros mais ou menos. Só é bem pouquinho mesmo. Até os bois lá são poucos, não dá para tirar muito.  SCHWADE: E de vez em quando eles abatem um?  P10: É, de vez em quando. É mais final de ano para fazer o churrasco.  SCHWADE: É para fazer a festa para a família?</p>
---

P10: Isso, é para fazer para a família.  
 SCHWADE: E aí junta a família daqui e vai para lá?  
 P10: É, isso aí. Vem para cá, vai para lá. Passa a véspera aqui, aí vai tudinho para lá.  
 [...]  
 SCHWADE: Os parentes da sua esposa vêm aqui na casa de vocês com alguma frequência?  
 F10: Só pai, mãe e irmão.  
 SCHWADE: Quando eles vêm para a cidade de Itacoatiara, eles ficam aqui na casa de vocês?  
 F10: Não. Eles já têm casa aqui na cidade.  
 SCHWADE: Quando eles vêm, eles trazem produtos para vocês?  
 P10: Sempre trazem.  
 SCHWADE: E o que eles trazem?  
 P10: Às vezes trazem abacaxi, tucumã.  
 SCHWADE: Frutos de época?  
 P10: Isso. Laranja, uixi, piquiá, castanha. Sempre eles trazem isso aí. Sempre na época que tem por lá eles trazem.  
 SCHWADE: E farinha?  
 P10: Farinha trazem sempre.  
 SCHWADE: Peixe não?  
 P10: Peixe, caça. Tudo que eles podem, eles trazem.

Entrevista realizada no bairro do Jauary, Itacoatiara, em dezembro de 2013.

Na entrevista 11 (Quadro 3.10) nota-se como fatores relacionados à doença ou ao falecimento de um membro da família podem suscitar profundas transformações nas relações com o interior quando a vivência se divide entre ambos, cidade e interior. Essa família, que tem sua economia majoritariamente ligada ao interior, após o falecimento de um de seus membros que era o *peara*, o que toma a frente, na relação com o interior, parece estar buscando o caminho da cidade. Semelhante fato constatou-se na família do domicílio 07, a qual já foi referida acima, onde a doença de um dos cônjuges, com a conseqüente necessidade de buscar auxílio médico na cidade, foi o marco da definitiva passagem do interior para a cidade, embora a maioria dos filhos já haviam rumado para trabalhos na cidade após terem vindo estudar. Para família cuja vivência se dá inteiramente no interior, seria mais fácil buscar refazer as relações no interior mesmo. Mas para família que está um pouco no interior e um pouco na cidade, a cidade aparece com possibilidade de (re)estabelecer a vivência. As doenças e os traumas podem, assim, ser o marco da transferência da maioria das relações econômicas do interior para a cidade.

Ainda na entrevista com os moradores do domicílio 11 aparecem conflitos pelo uso dos recursos naturais, em especial os recursos pesqueiros, entre

moradores antigos que estabeleceram suas espacialidades sobre um lugar e pessoas de fora que buscam transformar os recursos em mercadorias. Na entrevista o conflito é pelo peixe do lago em frente ao sítio.

### Quadro 3.10: Entrevista 11 – Aspectos econômicos

SCHWADE: Então vocês têm um sítio?

P11.1: Tem um terreno. É atrás da Ilha do Risco.

SCHWADE: E seu marido vai lá com frequência?

F11.1: Não, meu marido faleceu. Só o meu cunhado que tá indo lá. Mas agora ele ainda não foi. Tem tudo. Mas nós viemos para cá porque meu marido faleceu.

SCHWADE: E o que vocês pensam fazer com esse sítio agora?

P11.1: Eu estou querendo vender porque depois que meu marido faleceu [fica pensativa].

Aí meu cunhado também tá baqueado. Mais é bonito lá, meu sítio.

P11 [irmã de P11.2 e cunhada de P11.1]: Era bom porque meu irmão sempre trazia cebolinha de lá e até melancia mesmo. Muito bom mesmo. Tucunaré, a gente fazia fogo à lenha e cozinhava aquela panelada. Muito bom!

P11.1: Peixe nós só fazíamos jogar assim, pescava da janela. Camarão! Muito bonito lá! Muito grande!

[...]

P11.1: Sempre meu cunhado vai agora, lá no sítio. Chama lá o F11.2 [o cunhado], porque ele que explica melhor.

[...]

P11.2: Eu gosto do interior que quando eu estou lá, eu não quero vir para cá. Porque a comida de lá a gente come, pega o peixe no lago, não vai para a geladeira, é direto do lago para a panela, para fazer assado. E é uma comida gostosa lá no lago. Eu tenho problema de pressão e lá tem o remédio. Quando eu vou daqui, eu vou atacado de pressão. Eu chego lá, vou direto para o pau; tiro, ponho dentro de uma garrafa e boto na caixa de gelo. De lá eu só fico tomando.

[...]

SCHWADE: O senhor vai com frequência para o interior?

P11.3: Vou. Só que agora eu estou sem parceiro, vai fazer mês que eu não estou indo para lá. Se tivesse parceiro, eu estava lá, que eu estava querendo ver umas madeiras que tenho lá na casa. Tem que ir buscar e ir pegar peixe. Atar malhadeira, pegar peixe para trazer.

SCHWADE: Aí traz e enche o freezer aqui?

P11.3: É, só que não tem mais essa fatura porque o pessoal invade demais. Este ano o pessoal do Pará, eles atacaram muito lá. Não fica ninguém. Quando eu estou parado lá às vezes eu vou atrás deles, brigo com eles, mas eles ficam ali perto, só vão para outro lago.

SCHWADE: O lago é todo dentro da área de vocês ou têm mais vizinhos?

P11.3: Tem vizinho sim. Tem um do outro lado do lago, tem um vizinho que pede para eu não deixar o pessoal pescar. Mas você chega lá, aí: 'não, eu vou pescar pra minha casa mesmo'. Aí pode pegar. Mas a gente dobra as costas ele vai pegar a caixa [de isopor] que tá na beira do Amazonas para trazer para vender. Aí colocam arrastão, fazem sujeira lá. Com o arrastão eles pegam tudo. Nós vamos pescando de malhadeira, aquele que cair tudo bem. Mas arrastão eles fazem um cerco, aí eles põem um motor no meio e fazem barulho. O peixe corre e não tem como escapar, pega tudo. Tem vezes que eles pegam, colocam o arrastão, aí sai quatro, cinco pessoas, vão puxar para a beira. Vem tudo: é arraia, é jacaré, tudo que cair dentro sai para terra, não tem como escapar nada. Eles ficam brabos comigo. Têm raiva de mim lá no lago por causa disto, que eu reclamo, que eu não gosto que fazem negócio de colocar arrastão.

Entrevista realizada no bairro do Jauary, Itacoatiara, em dezembro de 2013.

No domicílio 12 (Quadro 11) os moradores têm casa no interior e parte da família passa a maior parte do tempo no sítio. Alguns têm emprego na cidade e vão aos fins de semana para passear e ajudar nos trabalhos. A economia da família depende dos produtos do sítio, de salários dos que trabalham na cidade e de aposentadoria dos mais idosos. Diversas pessoas da família vivem próximas umas das outras e, por possuírem sítios com diferentes características, existe complementaridade dos produtos das diferentes áreas. Esse sistema de complementaridade também foi observado no domicílio 04, já discutido. A cidade é onde o intercâmbio acontece. Eventualmente também vizinhos não familiares participam da rede de intercâmbios.

### Quadro 3.11: Entrevista 12 – Aspectos econômicos

P12.1: Ele trabalha na agricultura (P12.2) no município de Silves, que o terreno deles é para lá. Está criando um gadinho, porco e galinha, essas coisas. Roça que ele está fazendo. Aqui no município de Itacoatiara, de primeiro, nós plantávamos roça, agora ninguém mais planta, agora eles têm um gadinho também lá e mais é cacau.

SCHWADE: E esse cacau é vendido aqui mesmo?

P12.1: É vendido tudo aqui mesmo.

[...]

SCHWADE: Relações de solidariedade, de um ajudar o outro, aqui no Jauary ainda existe muito isso ou não?

P12.1: Eu pelo menos sou assim, eu trago uma coisa e tem bastante, eu dou para a pessoa do meu lado, fruta.

SCHWADE: Vocês falaram que não moram apenas aqui na cidade, de vez em quando está vindo alguém ou indo alguém, quando vem de lá sempre traz alguma coisa? Traz só para consumir aqui na casa ou às vezes reparte com outros?

P12.1: Às vezes a gente reparte porque vem muito, de quando em vez nós podemos dar um peixinho para um, um peixinho para outro.

SCHWADE: E a senhora recebe peixe de outras pessoas que moram por perto?

P12.1: É, o meu filho que trabalha lá, meu neto e meu filho que mora lá em casa, ele também traz só mesmo para nós aqui.

[...]

SCHWADE: Familiares de vocês são muitos aqui em Itacoatiara?

P12.2: Tem um bocado. Mas é assim, mora um pouco para cá, outro pouco para lá.

SCHWADE: Aqui perto, aqui no Jauary, tem quantos?

P12.2: Só da família tem, deixa eu ver (pensa), casa do titio ali, da titia lá, do papai aqui, já tem daqui (pensa), daqui para cá só não é da família essa casa daqui (sinaliza para um lado do beco e aponta uma casa que não é de familiar), a outra é lá do meu filho, a outra já é da tia dela, e assim vai. Tem da minha irmã também aí ao lado. E isso aí quando chega na hora do almoço todos comem.

SCHWADE: Se faltar na casa de um pode chegar na casa do outro?

P12.2: É, se faltar, toca feijão no fogo de novo.

[...]

SCHWADE: Mas então pelo menos entre os parentes ainda tem uma boa relação.

P12: É, hoje mesmo um rapaz do interior trouxe bastante peixe, um conhecido.

P12.1: Um vizinho de lá de baixo, do interior. Ele veio e trouxe uma sacola de peixe, aí meu marido perguntou: ‘- quanto é?’, ‘- não é nada, eu trouxe para o senhor’.

[...]

SCHWADE: Toda a farinha é comprada ou às vezes alguém traz.

P12.1: O meu filho, quando ele tem roça, o porco-do-mato entrou, comeu também um bocado, acabou, apodreceu, e agora ele está fazendo de novo, aí faltou. Mas quando ele tem lá, ele traz para cá.

[...]

P12: Lá da nossa área tem laranja, aqui na área dela já não tem. Aí tem taperebá.

P12.1: Tem banana e taperabá, açai.

SCHWADE: Açai vocês compram muito açai ou a maioria é da própria produção?

P12.1: É, eles até vendem.

P12.2: É da produção mesmo.

P12.1: Já é da produção mesmo.

P12: Agora lá do nosso já é da natureza mesmo que nasce, já é outra espécie de açai.

[...]

P12.2: Nos tempos de cheia de 80 (1980) para cá tinha estas duas fábricas madeireiras aqui dentro da cidade. Aí era uma faixa de empregos, umas sete mil, oito mil pessoas, essas duas fábricas. Aí a cheia expulsou o pessoal do interior e tinha trabalho para todos, até para roçar tinha e o cara do interior sabe fazer. Aí tinha emprego. Depois as firmas fecharam e muitos pais de família e mãe ficaram desempregados. Então vão se empregar aonde?

P12: E hoje em dia para se empregar numa firma como a Hermasa, que veio [exportadora de grãos], tem que ter qualificação.

SCHWADE: E essas pessoas do interior que chegam aqui e que não têm qualificação e não conseguem emprego, como é que eles sobrevivem?

P12.2: Pois é, aí é que está a resposta.

P12: Muitos não, mas a maioria vive de 'bico'.

P12.2: Vivem de pesca também, olha, moram aqui as mulheres e os filhos, os maridos estão aí empurrados por dentro desses lagos, você pode ir aí por esse beiradão, você vê muitas canoinhas para pescar. Uns estão vendendo, outros para comer.

P12: Uns estão vendendo churrasquinho, outros viram mototaxistas.

P12.2: Aqui tem pessoas que vão para o rio Canaçari no tempo da seca, eles andam por mais de duas horas com o paneirinho na costa, todo o santo dia vão buscar o peixe para vender um pouco e para tirar para a alimentação.

Entrevista realizada no bairro do Juary, Itacoatiara, em dezembro de 2013.

Nesse caso, entrevista 12, embora se possam identificar semelhanças com aqueles citados anteriormente, aonde pessoas da cidade vão para sítios no interior trabalhar e por isso ficam com parte da produção, ele difere no sentido de que há grau maior de especialização do trabalho entre os membros da família. Com isso também os intercâmbios ficam mais nítidos. Além disso, parece haver menos trabalho coletivo nas propriedades no interior com cada núcleo familiar, trabalhando prioritariamente em sua propriedade e, nesse contexto, a cidade é *locus* importante do encontro e da partilha.

O terreno, que aqui é propriedade, aparece como “meu” ou “dele”. Enquanto em outras partes o trabalho é feito no sítio, que é da família toda, ou de um membro

que consegue agregar os demais, aqui cada um tem sua propriedade. E na cidade acontecem os encontros e a partilha.

Aparece também, nessa entrevista, a descrição da relação de pessoas que não têm emprego na cidade e que buscam na natureza, especialmente nos rios e lagos, recursos para sua vivência na cidade. Como na cidade de Itacoatiara as relações trabalhistas são bastante instáveis e apresenta volatilidade dos postos de trabalho, o interior garante ou complementa a vivência. Enquanto na entrevista 12 se está falando de terceiros, esse aspecto aparece na entrevista 15 (Quadro 3.12) como condição de vivência do próprio entrevistado.

P15 é um senhor que veio do interior para trabalhar na indústria madeireira. Na sua trajetória de vida na cidade de Itacoatiara, a pesca ora foi atividade que complementava a renda, ora a principal fonte de renda.

A exploração madeireira, assim como a juta e a pesca comercial, entre outras atividades econômicas da região, estão sujeitas a variações sazonais na produção. Por isso as empresas adotam estratégias de contratação de trabalhadores temporários de forma a reduzirem seus custos. Com isso os trabalhadores são obrigados a procurar alternativas de trabalho e renda, que podem ser na própria cidade, os “bicos” ou trabalhos autônomos, ou, de forma muito frequente em Itacoatiara, a busca por produtos do interior, sejam produtos agrícolas ou extrativistas e de modo especial a pesca, como também apareceu, com peculiaridades, nas entrevistas 01 e 03.

Para P15, a pesca também aparece como solução. Essa atividade já era desempenhada por P15 desde a infância, mas com a vinda para a cidade ela se tornou alternativa quando o trabalho urbano não é suficiente para suprir as necessidades. A pesca é solução para superar a precariedade do emprego na cidade, mas não é atividade almejada para a economia, apesar de em certos momentos se tornar a garantia de renda monetária e abastecimento dos domiciliados, portando alicerce da economia familiar.

A pesca se oferece com especial importância como alternativa para as pessoas que vieram de localidades distantes da cidade e que por isso perderam ou têm dificuldade de acesso ao território ou propriedade rural.

**Quadro 3.12: Entrevista 15 – Aspectos econômicos**

P15: Nasci no interior. Nasci e me criei lá. Vim com 22 anos para cá.

[...]

P15: Vim como trabalhador braçal em serraria. Eu saí de lá analfabeto, não sabia nem assinar o nome. Naquele tempo não tinha negócio de curso para o pessoal fazer para trabalhar, era braçal, trabalhava braçal.

Nós viemos de lá por causa de cheia grande. Depois da cheia grande ficou ruim.

[...]

P15: Eu me criei na canoa, pescando com meu irmão, desde pequeno eu comecei a sair com ele para pescar. Nós morávamos no interior e vivíamos só de pescar e plantar juta. Plantávamos juta naquele tempo. Meu irmão então veio para cá e arrumou um emprego meio bom e trouxe-nos para cá. Aí arrumaram emprego para nós, meu padrinho, que era capataz na serraria, arrumou emprego para nós. Quando ele ligou para nós virmos, já estava certo o emprego. Então eu trabalhei dois anos e dois meses nessa Anibal do Amazonas. Aí deram a conta, acabou a serraria.

A gente embarcava em navios.

Era do 'Paraná', o dono, paranaense eles eram. Compraram aí e fizeram. Era serraria, passava muita madeira, saía tanto serrada como inteira para o barco. Eu saí de lá e fui para uma serraria lá aonde é o posto de pedágio, era Carolina o nome. Trabalhei mais sete meses. Então eu saí e fui trabalhar numa serraria do Mamoud. Trabalhei três meses e deram minha conta. Aí apareceu um sindicato, eu fui ao sindicato trabalhar como estivador. A minha mãe pagou a taxa que tinha lá e eu fui, trabalhei 23 anos lá. Só de carteira assinada eu trabalhei 19 anos. Sempre eu ia pescar, nunca deixei de pescar, quando tinha folga eu ia embora pescar. Depois eu fui para lá, foi o tempo que me indenizaram lá do porto, aí eu fiquei só pescando.

SCHWADE: Pesca para vender?

P15: Eu pescava para vender, agora eu me aposentei, é difícil até vender, pesco só para comer. Quando eu pego mais, eu vendo, mas a maior parte é para comer mesmo.

O vizinho aparece, a gente dá, eles querem comprar, vende, mas é pouco, não é como naquele tempo. Naquele tempo era farto, nós vivíamos na fartura, vou lhe dizer, dentro da fartura. Vinha tambaqui, pirarucu, tudo que é peixe tinha demais. Agora tá difícil, todo mundo já é pescador!

SCHWADE: Todo mundo é pescador?

P15: Todo mundo é pescador. E tem outra coisa que acabou com a pescaria da gente do interior, é o negócio de gado. O pessoal foi criando gado, criando gado, e acabou como os lagos. Porque, vamos dizer, você põe o gado aqui, o lago é bem aí, vai batendo o capim e aí quando enche, não tem mais capim para o peixe, ele vai embora, não dá para ele se esconder. Já mudou muito.

Eu pesco, eu gosto de pescar. Quando chega o tempo da cheia eu vou, mas não pega mais como quando eu pescava direto, eu passo um, dois dias fora.

SCHWADE: Quantas vezes por semana o senhor pesca? Todas as semanas o senhor pesca?

P15: Às vezes uma vez, no máximo duas vezes.

SCHWADE: E aí não precisa comprar peixe?

P15: É.

SCHWADE: Aqui na casa o senhor não compra peixe?

P15: É difícil eu comprar peixe. Quando eu vou pescar é difícil comprar peixe. Agora, quando não vou, que às vezes passa até mês que eu não vou, aí eu compro.

[...]

P15: Quando acabou esse negócio [de madeiras], olha, tá nós aqui, que eu era estivador, não faltava embarque aí de madeira, era direto, nós passávamos de semana embarcando madeira. Aí acabou, acabou o emprego da cidade. Tem emprego, mas não é como tinha. Só tem esses empregos mais difíceis para gente mais sabido, se o pessoal não estiver sabendo, não pega mais emprego.

[...]

P15: Às vezes a gente está aí, eu sou aposentado, não tem mais em que trabalhar, aí dá aquela vontade de pescar, pegar um peixe fresco para comer. Aí eu vou embora, passo dois, três dias, um dia, aí volto.

Entrevista realizada no bairro do Jauary, Itacoatiara, em dezembro de 2013.

Da entrevista 15 podem ser identificadas outras causas das transformações das relações com o interior. Trata-se de questões ambientais acarretadas por práticas e modos de produção, como o impacto da pecuária nos ecossistemas aquáticos e a exploração de recursos acima da capacidade de reposição dos ecossistemas. Nas entrevistas 13 e 16 também consequências danosas da ação humana sobre os ecossistemas aparecem como causa de transformações.

Em muitos casos, entre eles o da exploração de madeiras, apesar do declínio da exploração estar relacionado também à dinâmica de mercados, como aponta Oliveira C. (2007), as consequências ambientais e sobre os estoques do recurso natural da retirada com pouco ou nenhum controle, que é apontada na entrevista 13, indiscutivelmente são parte da explicação. A região acumula exemplos nesse sentido, entre os quais aparecem na entrevista 13 o caso do pirarucu e do couro do jacaré, produtos estes que tiveram grande importância para exportação, mas que a matança acima da capacidade de reposição do ecossistema natural fez com que os estoques naturais descessem aos níveis baixíssimos exigindo a intervenção radical, com a proibição da captura, para que as espécies não fossem levadas à extinção.

Por meio da história da família que vive no domicílio 13 (Quadro 3.13), em especial ao senhor com mais idade, que foi regatão (13.1), podem-se notar muitas transformações nas relações dos moradores da cidade com o interior, relações estas que se alteram por causa de mudanças na tecnologia, na sociedade e na natureza. A história de P13.1 começa num seringal no município de Humaitá, aonde seus pais eram seringueiros. Chegam à região de Itacoatiara trazidos por um seringalista para trabalhar ainda como seringueiros. Plantam também roça para o consumo doméstico. Depois, um irmão de P13.1 consegue um barco e eles começam a trabalhar como regatão num período em que a borracha perde importância relativa na economia amazônica. A partir do momento em que P13.1 estabelece um pequeno comércio na cidade, as relações com o interior vão diminuindo.

### Quadro 3.13: Entrevista 13 – Aspectos econômicos

P13.1: Eu nasci lá no município de Humaitá.

SCHWADE: Era no interior ou na cidade?

P13.1: É no interior. A cidade, naquele tempo que nós viemos de lá, em 1962, era bem pequenininha. O avião que ia para lá era daquele que pousava na água.

[...]

F13.1: Lá era só agricultura, ninguém trabalhava com comércio ainda.

SCHWADE: E os pais do senhor vieram da onde, eles eram de lá mesmo?

P13.1: Os meus pais eram nascidos aqui mesmo no Amazonas, agora meus avós vieram do Ceará. Atrás de borracha.

[...]

P13.1: Depois que nós viemos para cá, nós trabalhávamos aqui no município de Urucurituba, era assim, para cá já era juta. Tinha juta e mandioca que a gente trabalhava também, mas a mandioca era só para o consumo, feijão. O que trabalhava mesmo para o movimento, para comercializar, era a juta e a borracha.

Lá [no rio Madeira] tinha borracha, mas aqui também tinha. Município de Urucurituba tinha um seringal. O pessoal cortava, nós andávamos junto com eles e era muita gente tirando seringa, tirando borracha. A borracha ainda era daquela botada na fumaça. Agora não, agora é tudo moderno, já é tudo de outro jeito.

[...]

P13.1: Nessa época de 62 ainda não tinha motor de recreio que chamam, esses motores que carregam passageiros para a cidade, não existiam. Não existiam esses motores e não existia o telefone. Aqui existia [na cidade de Itacoatiara], mas era só num local, quem queria telefonar tinha que ir lá. O correio já, há muitos anos já existia o correio.

Os motores eram só os de comerciantes. Só quem tinha seu motor, quem vinha para a cidade comprar, quem levava mercadoria para vender, cheio de mercadorias, esse aí, parando de porto em porto [regatão].

Os produtores, é assim como eu estou lhe dizendo, uns era peixe, o pirarucu, outros era a borracha, outros era a farinha, outros era a juta. E não eram todos os produtos misturados, tinha localidade que era um produto, tinha outra que era outro. Na terra firme era mandioca, era a farinha. Comprava farinha. E no beiradão mesmo da várzea, tempo de verão, era o pirarucu. Caboclo vinha com pirarucu e a gente comprava.

[...]

P13.1: Borracha, juta e mais era o peixe, naquele tempo o pirarucu, tinha muito pirarucu. Até no tempo que nós viajávamos nesse rio como regatão, depois foi que nós paramos, eu com o meu irmão, eu fiquei ali trabalhando, a gente trazia era de tonelada de pirarucu seco. Chegava aqui era só para exportar para o Pará.

Era até couro de capivara, era couro de jacaré, tudo isso a gente trazia. O couro do jacaré e da capivara, tudo era no sal.

A gente comprava. Nós comprávamos e trazíamos, comprava lá do pessoal. O jacaré era até numa medida que eu esqueço, mas era uma medida que tinha que podia matar. Naquele tempo era livre. Aí trazia aquele monte de couro de jacaré, tudo salgado.

[...]

P13.1: A gente fazia o regatão daqui de Itacoatiara até Barreirinha pelo paraná do Ramos. Aqui pela margem do rio Amazonas mesmo nós íamos até Urucurituba Velho, que agora é a vila Augusto Montenegro. Até lá nós íamos porque lá tinha um bocado de borracha, aquele pessoal de lá. O cacau, tinha cacau, mas ninguém trabalhava com cacau, não comprava cacau, só mesmo a borracha, o pirarucu e a farinha.

SCHWADE: E dava para ganhar um dinheirinho daquele comércio?

P13.1: Dava para ganhar porque levava mercadoria, vendia, e para cá trazia o produto e vendia também. Aí ganhava nos dois. Agora o pirarucu era para o paraense, o couro do jacaré, pirarucu, tudo era o paraense que comprava. Era grande quantidade porque aqui não tinha consumo para esse tanto de pirarucu, tinha que dá para lá.

Todo mundo pescava, era mais fácil. Aí não tinha esse consumo. O comércio comprava,

mas o paraense pegava. O barco deles ficava aí e pegava para levar. O couro de jacaré e o pirarucu. Aí depois foi extinto o jacaré e o pirarucu tá difícil. Agora ninguém vê mais também. Para essa exportação não tem. Só no manejo que estão fazendo aí, quando eles matam um pirarucu, trazem para cá e vendem muito rápido. Vinte, trinta pirarucus é só para cá mesmo. No Arari eles fazem, aí trazem para cá [no rio Arari há plano de manejo de lados e acordo de pesca].

SCHWADE: E na cidade, tinha comércio de peixe nessa época ou quase todo mundo pescava seu peixe?

P13.1: Não estou bem certo, mas acho que daqui tinha também. Não! Para pescar o peixe para eles venderem, tinha. Tinha a vila de pescadores mesmo, já tinha. Só que a malhadeira já veio aparecer, não estou sabendo a época que veio aparecer a malhadeira, era só na tarrafa. Pescavam na tarrafa e no espinhel, que é uma corda grossa onde botavam uma porção daqueles anzóis grandes para pegar o tambaqui, aí botava no igapó e pegava tambaqui, pegava pirapitinga, pegava todos esses peixes assim. Agora o peixe liso sempre foi só a linha mesmo, jogar a linha e pescar. A malhadeira eu não sei a época que começou. Depois que começou a malhadeira era peixe como o diacho. O povo botava, quando dava fé estava cheio. Mas antes era a tarrafa.

P13: Depois que chegou a malhadeira é que a pesca ficou mais predatória mesmo. E acabou a bomba.

P13.1: Ah! E tinha a bomba. Ainda tinha a bomba. Antes da malhadeira era a bomba que soltava e aí os peixes ficavam tudo doido. Aí eles iam só pegando.

[...]

P13.1: Pois é, sobre o negócio da agricultura o que eu sei contar é só isso mesmo. Nós trabalhávamos, era muito dificultoso, não tinha recreio, não tinha transporte para nós trazemos os produtos da gente para a cidade, isso não existia. O produto era vendido tudo para o regatão, o regatão que trazia tudo, levava a mercadoria e trazia o produto.

SCHWADE: Hoje ainda existe regatão?

P13.1: Existe! Ainda existe regatão, mas o regatão de agora é muito diferente.

P13: Não é mais como antigamente, que era mais o pirarucu.

P13.1: Não. Todo mundo sabe o preço, agora todo mundo sabe o preço. Lá ninguém sabia nada em cidade. Quem que sabia?! Ninguém sabia de nada!

[...]

P13.1: Pois é, naquele tempo ninguém sabia o que era preço de nada, só sabia lá quando comprava do cara que ia para lá. Lá ninguém sabia o preço.

[...]

P13.1: Essas exportações também arrasaram muito. Agora que o governo está agindo mais, não estão mais levando assim muito. Mas teve um tempo aí que tanto a madeira quanto o peixe. Eu via carretas passarem nesta rua aqui com aquelas árvores inteirinhas, ia inteirinha naquelas carretas. Agora a gente já não vê mais, mas esses caras enricaram levando madeira daqui. Grande quantidade.

[...]

P13: Lembro quando eu estudava à noite lá no Vidal [colégio público da cidade de Itacoatiara], fazendo Ensino Médio. Na época que estava cheio, alagou. Aí em baixo, onde param os barcos expressos, mais lá na frente tinha uma fábrica de gelo, quando dá a cheia alta ele enche, ela passa a rua e alagava a fábrica. Pô! Era muito pai-d'égua. Eu tinha uma tarrafinha, vinha da aula, só fazia mudar minha roupa e ia embora, botava no balde, trazia uns dois litros de camarão só para eu comer à noite, jantar e guardar o resto, porque se eu ficasse a noite todinha, eu enchia o balde, só lá na rua. Eu levava a farinha, o óleo e o café misturado, aí joga lá. É só jogar e jogar a tarrafa que é porrada de camarão. Vinha peixe também, aqueles mandinzinho pelo meio, só para cortar a linha [mandi, mandii ou mandiiim, dependendo do local, é designação popular para várias espécies de peixe, entre elas algumas dos gênero *Pimelodus* (FISHBASE, 2014)].

Entrevista realizada no bairro do Jaury, Itacoatiara, em dezembro de 2013.

Nota-se que as mudanças nas tecnologias e na forma de transporte ligando a cidade ao interior impulsionaram transformações nas relações: “Não tinha motor de recreio, embarcações que carregam passageiros para a cidade”. O surgimento dos recreios e posteriormente das rabetas intensificaram as relações dos moradores com a cidade. Junto com isso a tecnologia de comunicação, pois “não existia o telefone”, “ninguém sabia nada em cidade”. A intensificação nos fluxos de pessoas e de informações, por sua vez, modificam as relações comerciais, tendo como uma das consequências a diminuição da importância do regatão.

Na relação com os recursos naturais aparece nas entrelinhas duas perspectivas que coexistem. A primeira, pautada pelo uso direto: “Todo mundo pescava, era mais fácil”, “a macaxeira era só para o consumo”. A segunda, pautada pela “exploração”, destinada ao mercado para o consumo na cidade, em Manaus e principalmente para exportação para fora do Estado do Amazonas. A perspectiva da “exploração” dos recursos foi posta desde o período colonial e, por estar majoritariamente desconectada das necessidades de uso local, tem levado a retirada dos recursos aos níveis insustentáveis. A médio e longo prazos encarecem os custos, já que cada vez a exploração deve ser feita em lugares mais distantes e/ou em locais com menores estoques. Isso colabora para o declínio da exploração, dificultando também a produção para o uso local. É a matança das “galinhas dos ovos de ouro”. Assim foi com o pirarucu e o jacaré: “aí foi extinto o jacaré e o pirarucu tá difícil”.

Quando P13.1 fala que o peixe e os couros iam para o Pará, deve-se ter em mente que o rio Amazonas segue pelo Estado do Pará e é corredor por onde passam as mercadorias extraídas da Amazônia para exportação. Portanto, esses produtos “vendidos para o paraense”, em sua maioria, eram exportados para outras partes do Brasil e do mundo, muitas vezes com o intermédio de casas de exportação sediadas no Estado do Pará, em especial na cidade de Belém. Daí se falar que iam para o Pará, que quem comprava era o paraense. De qualquer modo, era muito comum até os anos de 1970 a barca do Pará, um barco típico da zona litorânea que fazia a venda de produtos paraenses (sabão, cachaça, cerâmicas) e compravam produtos regionais, especialmente peixes salgados.

No final da entrevista, P13 faz a descrição da pesca de camarão na orla da cidade no tempo da cheia do rio Amazonas, praticada principalmente na sua fase de

adolescência. Ele, assim como muitos jovens da cidade, pratica pesca, que nesses casos é mais atividade de lazer, mas acaba contribuindo para a alimentação na família e sendo nova possibilidade de relação com o interior. A pesca na orla é o ponto de partida para construir e se lançar em novas formas de relação com os espaços fora da cidade.

No domicílio 16 tem-se mais um caso ilustrativo para entender como a população com maior dificuldade de se inserir na lógica do trabalho remunerado (mercado de trabalho) constrói sua vivência na cidade. Trata-se de um senhor que veio para a cidade para fazer tratamento de saúde e que vem, por outro lado, de um lugar cujas transformações na tecnologia, inclusive o início do uso de rabetas, criaram facilidades, mas também dificuldades por acarretar transformações no ambiente. As transformações ambientais são também consequência da forma de produção onde o gado novamente aparece como um dos vilões.

As transformações na tecnologia e na forma de produção atingem de maneira diferente cada localidade. Por isso devem ser entendidas na complexidade e particularidade de locais específicos, onde a combinação das transformações sociais e tecnológicas com o ambiente local, nos seus aspectos ecológicos e humanos, reagem de maneira própria e com consequências peculiares às transformações. Nesse sentido, enquanto para muitos lugares as grandes cheias dos rios são indicadas como motivo para a saída do interior, em outros, como no caso de P16, a seca é o problema e a cheia benéfica.

Na chegada à cidade, onde as terras com melhores condições para habitar são mercadorias como discutido no Capítulo 2, resta a pessoas como P16 se estabelecer em palafitas sobre o aningal do Jauary. Na época da pesquisa de campo o domicílio 16 era uma dentre várias casas condenadas e numeradas pela Defesa Civil de Itacoatiara para ser retiradas.

#### **Quadro 3.14:** Entrevista 16 – Aspectos econômicos

<p>SCHWADE: Seu filho, que está lá no interior, ele trabalha com o que hoje?  P16: Ele trabalha com lavoura, é agricultor.  SCHWADE: Farinha?  P16: É a farinha, o milho, a melancia, negócio de agricultura.  SCHWADE: E a situação que o senhor vê dele lá trabalhando hoje na agricultura, está melhor que antigamente ou está pior?  P16: Tá pior.  SCHWADE: Pior?</p>
--

P16: Tá pior, muito pior mesmo, porque foi assim, cada qual comprou aquele rabeta que o governo oferecia, aí foi a pior derrota que nós fizemos porque nós morávamos lá, tinha o lago grande na frente, aquilo nunca secava, mas só que para sair para fazer o comércio nós tínhamos que varar lama. Aí compramos os rabetas e metíamos. Com isso foi abrindo, foi abrindo um canalzinho e a água fugiu. Hoje, onde ficava o peixe, ficava o pirarucu, ficava o tambaqui, tudo é terra, secou.

SCHWADE: Mas não dá para tampar de novo o canal onde o rabeta abriu?

P16: Não, porque são muitas opiniões, passa pela frente de vários terrenos, principalmente de um grande fazendeiro que tem aqui. O canalzinho que secava, que nós abrimos, a gente cortava de motosserra aqueles paus para arrancar, se juntava dez, doze homens e íamos limpar. Olha, hoje em dia fica um capinzal. Esse tempo de seca aquele arroz do mato fica só mesmo aqueles panelõezinhos de água, que lá a gente chama de cacimba, o olho-d'água.

Nós embarcávamos farinha sábado pela parte da manhã, aí viajava o dia, três horas, quatro horas chegávamos na estrada que o governo mandou fazer aqui no rio Arari. Nós chegávamos lá, botava para a terra tudinho, aí juntava muita gente, gente de tudo quanto era lado. Quando conduzia todo o pessoal que trazia pouca bagagem, aí iam conduzir a farinha. Nós chegávamos para cá oito horas, nove horas da noite, às vezes nós dormíamos na balsa aí. Só que eles atendiam a gente bem, mesmo se levássemos farinha eles cercavam, cobriam, nós podíamos dormir lá, era assim. Era muito sacrifício.

SCHWADE: E ainda continua o sacrifício?

P16: Para quem ainda está lá, continua.

SCHWADE: Diminuiu a quantidade de gente que tem por lá?

P16: Diminuiu muito, na nossa comunidade diminuiu muito. Depois dessas secas saiu muita gente.

SCHWADE: Depois da seca?

P16: É.

SCHWADE: E a cheia também prejudicou o pessoal ou não?

P16: Não, cheia melhora muito por causa das condições de viagem. Tem um barco de recreio lá.

SCHWADE: Que ano foi essa seca mais forte?

P16: Teve várias secas perigosas. Eu não vou nem dizer, não, porque para nós quase todo tempo é assim. É como eu estou lhe dizendo, quando ninguém tinha esse rabeta, nós passávamos de canoa remando. Nós derrubávamos beirando o igarapé, o canal que a gente chama, aí depois a gente foi limpar, já pensou? Aí o pessoal botou muito gado, acabou com aquele capim, ficou limpo, então foi ainda pior que a água escorria direto.

SCHWADE: Esse pessoal que saiu de lá, onde será que eles estão hoje?

P16: Muitos já saíram. Os novos já constituíram família, foram para outros cantos. Eu sei que aqui na cidade tem um bocado deles. Lá de perto de casa, meus vizinhos mesmo têm bem uns dez nesse meio aqui, que vieram embora, até um já é finado, o mais velho da turma.

SCHWADE: E esse pessoal que veio de lá, de que eles trabalham aqui na cidade?

P16: Também, tudo é só na farinha lá.

SCHWADE: Mas agora morando na cidade, eles estão trabalhando de quê?

P16: A valência ainda é que aparecem essas firmas que fazem esses trabalhos aí, tudo é na pesada mesmo.

SCHWADE: E tem alguns deles que trabalham com pesca?

P16: Trabalham, tem uns que pescam.

SCHWADE: O senhor não pesca?

P16: Não, eu pescava, mas nunca fui associado na Z-13. Mas eu tenho dois filhos que são sócios.

SCHWADE: Eles pescam?

P16: Pescam. Mas não é em barco grande, eles pescam assim de trazer duas, três caixas de isopor de peixe. Eu mesmo fazia essas arrumações, 'olha, vocês vão trabalhando aí que

eu vou passar dois dias pescando'. Eu cansei de sair de casa três horas da tarde, chegava de volta uma hora ou duas horas da madrugada, uma caixa ou duas caixas estavam cheias de peixe, que é muito grande o lago lá.

SCHWADE: Mesmo quando o senhor já estava morando aqui ou não, o senhor chegou aqui e nunca mais foi pescar?

P16: Quando eu cheguei aqui, eu ainda fui umas duas vezes, mas não aguentava mais.

SCHWADE: O peixe que o senhor consome aqui na casa, como é que o senhor consegue, é todo comprado ou é com seus filhos?

P16: Alguns quando eles vão, agora um foi para lá, passou três dias e trouxe uns peixinhos. A gente reparte um pouco para cá, outro para ali.

SCHWADE: Reparte com os vizinhos?

P16: É. E com os filhos principalmente.

SCHWADE: E os vizinhos também repartem?

P16: Repartem, esse daqui, ele foi embora, mas a gente sente saudade, tanto eu como esse aqui do lado.

SCHWADE: Esse seu vizinho pesca?

P16: O daqui era pescador de carteira.

SCHWADE: E ele trazia peixe para todo mundo?

P16: Trazia, é.

SCHWADE: Agora não tem outro?

P16: Não. Sempre, ele ainda vai, mas ele adoeceu também, quase ele morria. Esses são uns vizinhos de verdade, se eles tiverem eu tenho, se eu tiver, eles têm também. Janta assim, vem um pouco para cá, outro para lá, é assim.

[...]

SCHWADE: É grande o terreno lá?

P16: É grande. Têm várzea muito grande. Depois chegou esse fazendeiro lá e foi comprando, o pessoal se abestaram, foi comprando, foi comprando, venderam para ele, hoje em dia ele é o patrão lá.

SCHWADE: Ele tem muito gado.

P16: Tem. É poderoso.

SCHWADE: Então não tem mais vizinhos?

P16: Ah não! Os próprios fazendeiros que tinham lá, se eles não tivessem segurado bem mesmo os terrenos estavam na rua como diz o ditado. Os que venderam lá de perto foram botar gado muito longe (ênfatisa com a entonação de que não foi bom). Como esse sogro do meu filho, ele só fazia mesmo embarcar na canoa e atravessar para tirar o leite e dar para os filhos. Agora não, é preciso pagar gente para ficar lá na várzea, tomando conta do gado porque hoje em dia a coisa tá difícil, em todo o lugar existe bandalheira.

Eu: Esse seu filho, que mora lá, tem família?

P16: Tem sim.

SCHWADE: E seu filho vem às vezes para cá?

P16: Vem.

SCHWADE: Ele fica aqui com o senhor?

P16: Ele para mais com o pessoal da mulher dele, mas quando ele vem só, ele mora aqui comigo.

SCHWADE: E ele sempre traz algum produto para o senhor?

P16: Traz. Uma farinha, traz o peixe às vezes.

A minha filha lá do rio Urubu quando vem traz um pouquinho, nós somos poucos, às vezes demora muito tempo para acabar.

SCHWADE: Essa sua filha tem sítio para lá?

P16: Tem sim.

SCHWADE: E frutas, o senhor consegue frutas regionais fácil?

P16: Só mesmo a laranja que a gente traz do sítio. Melancia também que os meninos fazem roça, de lá eles trazem para cá. Agora laranja a gente vai lá buscar mesmo.

SCHWADE: E outras frutas regionais, essas frutas do mato ainda tem por lá?

P16: Tem. O açai, uixi, tem aquele piquiá.

SCHWADE: E o senhor consegue que tragam um pouquinho para o senhor?

P16: Nós vamos é buscar lá, que nós temos três árvores de piquiá no nosso terreno, quando dá, faz lama. E é do bom. O pessoal aqui invade quando eu trago aquilo (rindo), 'eu quero também!'. Porque aqui é um real um cozido, um real um piquiá daquele.

SCHWADE: E o senhor vende ou dá para eles?

P16: Para muitos eu vendo, agora para os meus vizinhos, não, a gente reparte (rindo). Quando eu trago mesmo de sacada, que eu tenho um vizinho meu, ele pede para vender. Nós vamos aí para trás (parte de trás da casa), cozinhamos aquelas panelonas cheias e aí ele sai vendendo por aí. Às vezes essa minha nora, ela cozinha lá e vem no recreio vendendo. Aí quando chega aqui, já vendeu tudo. Mas dá muito, muito mesmo.

Entrevista realizada no bairro do Jauary, Itacoatiara, em dezembro de 2013.

A busca por estabelecer moradia na cidade ocorre por diversos motivos que se combinam. No caso de P16 o problema de saúde foi decisivo, mas ele aponta os motivos que também explicam a vinda de outras pessoas, entre eles: as dificuldades de transporte agravadas pelo impacto dos rabetas e pela abertura de fazendas que fez com que o lago começasse a secar completamente no período seco; as transformações na estrutura fundiária e de trabalho, onde a terra é transformada em propriedade e vendida, levando à concentração, e as pessoas passam a ser trabalhadores de um patrão, alienados da propriedade e dependentes do trabalho ao patrão; e a falta de vizinhos quando começa haver a transferência de domicílios para a cidade.

Apesar dos domicílios serem transferidos para a cidade, e com eles muito das relações sociais, as relações com o interior continuam. As pessoas ainda continuam indo fazer farinha, pescar e coletar frutos como o piquiá.<sup>63</sup> O interior representa segurança econômica diante da dificuldade de conseguir trabalho remunerado na cidade. É evidente que os espaços do interior, principalmente os espaços coletivos, perdem muitas das suas funções sociais. Os encontros não se dão tanto na comunidade, acontecem principalmente na cidade.

Mas o encontro entre pessoas de famílias extensas ainda continua acontecendo no interior quando a posse da terra é mantida, muitas vezes inclusive o interior passa a ter importância ainda maior como local de encontro. A cidade é o local de encontro com o vizinho, o amigo, o chegado. O interior o local de encontro com a família que ficou dividida pelas condições de moradia e de trabalho na cidade.

<sup>63</sup> Piquiá (*Caryocar villosum*) é uma fruta silvestre distribuída por toda a hileia, desde a Costa Atlântica entre o nordeste do Maranhão e a Guiana Francesa até o alto Amazonas (SOUZA *et al.*, 1996, p. 164).

Muitos espaços, todavia, são privatizados e concentrados por fazendeiros dificultando a manutenção das relações com o interior.

A cidade como local de encontro dos vizinhos, amigos e chegados, por um lado, e a imersão num sistema de muita dificuldade por outro, leva a criação de redes de solidariedades com a partilha de produtos obtidos no interior nos espaços onde a posse da terra, ou pelo menos o direito de usufruto, foi mantido por um dos “chegados” ou por um grupo familiar. Para os “vizinhos de verdade” se reparte, para os outros vende. As relações de parentesco e vizinhanças, os “vizinhos de verdade”, são, então, importantes para a ligação com o interior.

Em muitos casos, como nas residências 04, já referida, e 17, comentada agora (Quadro 3.15), um dado momento alguns dos filhos dos antigos moradores vieram em busca de estudo na cidade e acabaram se estabelecendo, enquanto outros assumiram o sítio. Mas as colaborações e o trânsito entre cidade e interior não cessam. Quem mora na cidade vai quando pode para o interior e colabora nos trabalhos lá. Na cidade, acolhe e dá apoio logístico para os do interior quando estes necessitam estar na cidade. Os do interior cuidam da propriedade da família e trazem produtos para os familiares sempre que alguém vai do interior para a cidade.

Nesses casos a terra é de uso coletivo e só é considerada propriedade de uma pessoa para fins legais. Em muitos casos não há o parcelamento da propriedade para divisão de herança. Quem fica, assume, mas com a responsabilidade de partilhar os benefícios, as “dádivas”.

Na entrevista 17, além do aspecto dos produtos que chegam, é importante o abrigo visto que o irmão de P17 não tem casa na cidade. Essa característica de abrigar parentes no domicílio, quando eles vêm para a cidade, por vários relatos anteriores, parece ter diminuído, com a maioria das pessoas que vivem no interior tendo casa própria de seu núcleo familiar na cidade. E mesmo nesse caso do domicílio 17, um dos fundamentos de o irmão de P17 se abrigar aí é que a casa foi comprada pela mãe de P17. Também por isso P17 afirmou durante a entrevista que muito provavelmente ela vai adquirir outro imóvel e este será repassado para a família do seu irmão, para que os filhos dele que desejam estudar possam aí residir. Isso denota que a casa onde mora a família 17 é entendida como espaço de uso coletivo por toda a família extensa de P17. Por isso o abrigo dos familiares não é favor, mas obrigação. Da mesma forma os produtos trazidos do sítio e dados para os

residentes no domicílio 17 não é um favor, mas uma obrigação do irmão que ficou no sítio da família.

### Quadro 3.15: Entrevista 17 – Aspectos econômicos

<p>SCHWADE – A senhora ainda tem parentes morando no interior?  P17 – Tenho. Eu tenho dois irmãos e uma irmã que moram no interior.  SCHWADE – Eles visitam a senhora?  P17 – Eles vêm frequentemente aqui. Ainda hoje meu irmão viajou para lá, que mora para o interior.  SCHWADE – E ele tem casa aqui?  P17 – Não. Quando ele vem, ele para aqui em casa.  SCHWADE – E quando ele vem, ele traz produtos?  P17 – Traz. Farinha é o principal que vem. Farinha, o peixe, frutas, o que eles plantam lá eles trazem para a gente.  SCHWADE – A maioria do peixe que a senhora consome aqui é comprado ou é pescado e ganho de outras pessoas?  P17 – Acho que seja metade. Nós compramos e eles trazem também. Às vezes meu irmão vem e traz uma caixa de peixe, aí a gente conserva aquele peixe por vários dias. Por muitos dias a gente não compra. E quando acaba aquele é que corremos para o mercado onde tem os peixeiros que vendem.  SCHWADE – Algum familiar da senhora aqui da cidade pesca?  P17 – Não. Meu marido que às vezes pesca, mas é para lá para o interior que ele vai sempre, quando ele está de férias, ele vai dar uma pescadinha.  [...]  SCHWADE – A terra onde seus irmãos moram é a mesma terra que era dos seus pais?  P17 – É, é a mesma terra que era dos meus pais. Aí a mamãe veio, a gente mudou para cá e meu irmão ficou lá tomando de conta. Mamãe já deu para ele, ele que cultivava. Já tem a família dele, têm os filhos, têm os netos, as noras.  SCHWADE – É uma área grande?  P17 – É, que mora ele, mora os filhos, a maioria já tem família. Aí vai fazendo suas casinhas também.  SCHWADE – Então o sítio se tornou uma comunidade da família?  P17 – É, isso.  [...]  SCHWADE – A senhora falou que seus parentes trazem peixe. A farinha também eles trazem.  P17 – Trazem.  SCHWADE – E frutas, que tipo de frutas?  P17 – Frutas é banana, é macaxeira, jerimum vem também, vem cará, que é tipo a macaxeira, manga eles trazem, jambo, caju.  SCHWADE – E frutas da floresta também?  P17 – Da floresta, castanha, sempre eles trazem castanha, tucumã, piquiá, que é uma fruta muito gostosa. Açaí, bacaba. Bacaba sempre ele traz.  Ele traz muita bacaba, quando é tempo de bacaba todo domingo que ele vem, ele traz. A gente se farta aqui. Os meninos todos gostam. De fruta do interior pode colocar que tudo eles gostam. Tapioca, beiju, pé de moleque, tudo pode botar que eles comem.  [...]  SCHWADE – Acontece de vizinhos darem frutas, repartirem produtos?  P17 – Sempre. Nós temos aqueles vizinhos que são muito bons.  SCHWADE – E a senhora, quando seu irmão traz, também reparte com os vizinhos?  P17 – Também, a mesma coisa, da mesma forma, faz para um e o outro também.</p>
---

Entrevista realizada no bairro do Jaury, Itacoatiara, em dezembro de 2013.

No domicílio 19 também há prática do abrigo de parentes do interior. Nesse caso isso ocorre efetivamente como um favor, já que a propriedade é do núcleo familiar e não de uma família extensa. Assim como na maioria dos casos estudados aonde as pessoas entrevistadas vieram do interior para residir na cidade, o motivo mais forte para a vinda dessa família foi a busca para acesso à escolarização. Com a vinda da família para a cidade, o contato com o interior permanece, embora a forma de relação se transforme no tempo. No primeiro momento após a vinda há o distanciamento em relação ao local de origem, mas passa-se a buscar recursos, especialmente o peixe, nos lugares ao redor da cidade. Quando as condições econômicas e de transportes melhoram o contato com o local de origem é (re)estabelecido e se abandonam as relações com o entorno próximo da cidade.

### **Quadro 3.16:** Entrevista 19 – Aspectos econômicos

<p>SCHWADE: Por que o senhor resolveu vir para a cidade?</p> <p>P19: Porque na época a minha mulher tinha vontade de ser professora e queria se formar. Aí ela disse que era melhor nós irmos porque lá não tinha como ela progredir.</p> <p>[...]</p> <p>P19: Quando eu cheguei aqui no bairro do Jauary, não comprava comida. Quando era sábado eu combinava com meus vizinhos e íamos embora para o Canaçari [lago do Canaçari], nós trazíamos paneiradas e mais paneiradas de peixe de lá [paneiro é qualidade de cestaria regional usada no transporte e armazenamento de produtos]. Passava a semana todinha nós comprávamos apenas um quilo de carne, uma galinha, para não comer somente peixe durante a semana. Quando era sábado nós íamos pescar para voltar domingo. Nós passamos muitos anos nisso.</p> <p>[...]</p> <p>P19: Logo que cheguei à Itacoatiara, eu estranhei. Porque eu era semianalfabeto, sabia mal assinar o nome, a mulher só tinha a quarta série, e o emprego era difícil. Aí o primeiro emprego que nós arranjamos foi na Gethal, na laminação. Depois eu fui ser segurança em uma repartição pública e ela foi ser zeladora, mas ela continuou estudando e eu parei porque no meu horário de trabalho não dava de estudar, só dava o dela. Quando ela se formou, começou a ganhar dinheiro, aí eu passei uns três anos sem trabalhar, estudando. Depois de velho, que eu enjoei assim de chegar nos cantos mais sofisticados, como a gente diz, e a pessoa chegar e dizer: ‘rapaz, se você tivesse graduação eu ia te dar esse emprego’. Aquilo eu fui nuns quatro lugares, aí então eu cheguei em casa eu disse: ‘mulher, tá na hora de eu criar vergonha, eu vou estudar’.</p> <p>SCHWADE: Nesses anos que o senhor falou que ficou parado, foi fazendo o Ensino Médio, era o EJA [Ensino de Jovens e Adultos]?</p> <p>P19: Era sim.</p> <p>SCHWADE: E nesse tempo que o senhor estava estudando, sem trabalhar, o senhor parou de uma vez ou sempre fazia algum trabalho?</p> <p>P19: Eu fazia de tudo, como eu estou dizendo, fazia de tudo, limpava quintal, eu pescava, não faltava nada em casa porque o tempo que nós vivemos melhor foi esse tempo. Logo que eu cheguei do interior, eu trabalhava muito. Aquele tempo eu trabalhava muito mesmo, eu era caboclo do interior acostumado a trabalhar. Não tinha dificuldade de serviço ruim para eu não fazer.</p> <p>SCHWADE: Quando não tinha serviço aqui, ia pescar?</p> <p>P19: Eu pescava sozinho. Eu saía daqui com um vizinho três horas da manhã e ia lá para o</p>
--

outro lado. Ele na canoa dele e eu na minha. Atravessava no remo, eu tinha minha canoa para ir pescar. Pescava, quando era a tarde estava bamburrado, tinha pegado muito.

SCHWADE: Dava para a semana inteira?

P19: É! Às vezes eu pescava dois dias na semana ou três. Aí eu ia remendar a malhadeira, porque eu não gosto de pescar com malhadeira furada.

[...]

P19: Atualmente eu vou daqui para o sítio aos fins de semana. Eu passo sexta, sábado, domingo, segunda eu venho embora por causa do curumim. Agora não, que ele já parou as aulas dele e já vai comigo para lá.

[...]

P19: Lá na nossa comunidade tem vários parentes. É cunhado, é irmão, é sobrinho, tudo frequenta nossa casa aqui na cidade. Por exemplo, esse negócio de Z-13 [colônia de pescadores], aí empréstimo no banco, toda vez que eles vêm, eles passam aqui em casa. Tomam café, às vezes almoçam, tem uns que até dormem. E também tem uma coisa que eu faço que vem muita gente aqui para casa, eu ajudo as pessoas organizando documentos, negócio de auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria. Aí vem muita gente aqui para casa para a gente dar esse auxílio.

SCHWADE: Quando o senhor faz esse serviço, esse pessoal para quem o senhor faz, eles lhe gratificam com alguma coisa, algum produto?

P19: Às vezes tem gente que traz uma galinha, tem gente que traz um peixe, tem gente que traz um tracajá. Às vezes traz farinha. Quase todos eles trazem um agrado, nem todos, mas a maioria, oitenta por cento traz.

SCHWADE: E os parentes, quando vêm, também trazem?

P19: Eu tenho uma irmã que toda vez que ela vem, ela traz peixe, ela traz farinha, traz negócio de verdura, melancia, tudo que tiver lá ela traz. Ela e a outra. E uma das minhas cunhadas também, toda vez que ela vem, ela traz um agrado para a gente. Traz qualquer coisa.

Agora o pessoal que eu ajudo é contado os que não dão alguma gratificação, ou dinheiro, às vezes farinha. Os três últimos que eu fiz agora até que eles foram generosos comigo.

SCHWADE: O que eles lhe presentearam?

P19: Um deu duzentos reais.

SCHWADE: Deu em dinheiro mesmo?

P19: Foi. Dinheiro mesmo. E o outro me deu um tambaqui e uns dez litros de farinha. O último trouxe uma farinha e segundo ele diz que no final do mês vai me dar um presente. Ele não disse o que é, só disse que ia me dar um presente no fim do mês.

[...]

SCHWADE: O senhor falou que tem parentes que ficam morando com o senhor, que eles são parte da família que moram no interior e vem estudar. Eles ficam indo e vindo toda a semana?

P19: Não. Porque esses dias agora está final de ano, aí já foram. Agora só de fevereiro em diante. Teve uma moça que passou o ano todinho. Faltava só um ano para ela se formar, aí o pai me ajudava, dava dinheiro para ela comprar o rancho dela, negócio de café, açúcar e aqui e acolá ele mandava um agrado assim, uma farinha, mandava um peixe, às vezes ele vinha aqui, ele dava dinheiro para ela comprar comida no supermercado. Sempre eles me ajudam.

[...]

P19: Agora eles são assim, quando eu vou lá para a casa dos parentes no interior, os mais jovens, eles não me deixam passar em branco. Eu vou lá para casa deles, eu como, o que tiver lá eu trago, é fruta.

Esses que são mais maduros, eles já têm assim o costume de também trazer. Esses já têm aqueles costumes deles mais antigos e é difícil eles vir na sua casa e não trazerem um agrado. Os mais antigos. Eu mesmo também tenho esse costume, quando vou para casa dos outros tenho que levar qualquer coisa. Eu vou daqui eu levo pão, às vezes eu levo farinha de tapioca que lá às vezes não tem. Levo qualquer coisa para eles comerem lá

durante dois, três dias. É galinha, é carne, é qualquer coisa. Eu fico muito acanhado quando eu vou daqui que eu não levo nada. Meu sogro é um que se ele vem de lá, sempre traz farinha, traz qualquer coisa para comer.

[...]

SCHWADE: Então, esses produtos regionais, a maior parte que é consumida na casa é comprada ou a maior parte vem do próprio sítio ou de amigos que trazem?

P19: Aqui em casa, pelo menos peixe, a farinha e algumas frutas, quando não, o maracujá ninguém compra, o mamão também a gente não compra aqui em casa, banana é muito difícil comprar, porque tira daqui mesmo do quintal o maracujá e banana. Aí a farinha é difícil faltar aqui em casa porque vem lá de cima, que o pessoal traz. Peixe também é difícil faltar em casa porque quase toda a semana vem peixe para nós. A gente se preocupa mais com o negócio de um frango, uma carne e a verdura comum.

SCHWADE: E o arroz?

P19: É, arroz, café, essas coisas, a gente compra direto mesmo. É as coisas que a gente mais se preocupa aqui em casa.

Entrevista realizada no bairro do Juary, Itacoatiara, em dezembro de 2014.

Na entrevista 19, mais uma vez aparece o circuito dos “agrados” como elemento importante nas relações da população. No caso de P19, os agrados são recebidos também como contraprestação a serviços prestados na cidade, tais como o auxílio na organização de documentos e a hospedagem. Na relação com os parentes é parte de rede estável. Já em relação às pessoas que ocasionalmente se beneficiam com a ajuda a relação é diferente, não é rede estável.

No domicílio 20 observa-se a prática do trabalho coletivo, o mutirão, para a produção no sítio. A família vive na cidade, mas periodicamente vai ao sítio. Na época de colheita a colaboração aumenta e todos usufruem dos produtos por participarem da produção.

A rede de colaboração descrita por P20 se estende desde o interior do município de Itacoatiara, de onde parentes enviam produtos pelo barco, até a cidade de Manaus para onde são enviados também produtos. Todo esse circuito, estabelecido especialmente a partir de relações de parentesco, ocorre sem o dinheiro como intermediário.

### **Quadro 3.17:** Entrevista 20 – Aspectos econômicos

P20 – A minha mãe é do interior. Meu pai já é daqui da cidade. Em uma viagem de festa, que no interior tem muito, houve esse encontro deles.

[...]

P20 – Nós vivemos lá um bom tempo, trabalhando com juta e essas coisas. Aí quando eu tinha uns dez anos, nós viemos todos para a cidade. Mas sempre temos contato, nós viajamos para o interior, e também para a estrada que temos um terreno. Nós sempre estamos envolvidos com essa parte de terreno.

[...]

SCHWADE: Você fala que têm um sítio aqui. É da família ou é do senhor?

P20 – Esse sítio é da família. Esse sítio nós conseguimos porque meu pai e minha mãe gostam muito de plantação, de estar no interior mesmo. Então nós tivemos a oportunidade de ter esse terreno e plantar. Graças a Deus, tem bastante fruta lá. Nós plantamos. Nós só não plantamos roça para fazer para vender, plantamos só para a família mesmo. A família divide aí com os outros irmãos. Tem suas esposas, mas esse terreno é da família mesmo.

SCHWADE: Alguém mora lá?

P20 – Não temos uma pessoa fixa morando lá para tomar conta. Nós vamos mais no final de semana. Às vezes a mamãe vai no meio de semana, às vezes o papai vai e passa um mês, dois meses para lá tomando conta, limpando e sempre que a gente pode, todo o final de semana, nós estamos lá também.

SCHWADE: E vocês vão só para trabalhar ou vão para se divertir também?

P20 – A gente trabalha, a gente roça, porque o mato cresce muito rápido, então nós trabalhamos limpando, até por causa de cobra que dá bastante. Mas nós temos também a nossa hora de lazer, tomar um banho na beira do rio, aproveitar a tarde, que é bom.

SCHWADE: Que tipo de produtos vocês trazem de lá para cá?

P20 – Lá nós temos várias qualidades de plantas como cupu, manga, banana, laranja, abacaxi, uixi, que dá muito lá, tangerina. Só não tem melancia que a terra lá não é boa, é terra firme, a terra não é muito boa, não, só mesmo para essas plantas mais seguras, pupunha. Então a gente colhe pupunha, colhe cupuaçu, traz goiaba, que dá muito lá, goiaba, abacate, banana, assim, várias outras frutas, de várias plantas que tem, abacaxi nós trazemos muito.

SCHWADE: E essas frutas vocês trazem para vender também ou é mais para o consumo da família?

P20 – Nós trazemos mais para o consumo da família mesmo.

SCHWADE: E quando tem muito mesmo, o que vocês fazem?

P20 – Bom, quando dá muito cupu, no tempo do cupu, é muito cupu, então nós trazemos e tiramos a polpa e, como é difícil lá, eu tenho uma irmã que mora em Manaus, tenho sobrinho, então nós mandamos para eles e o resto nós vendemos para as pessoas que compram aí para vender, a gente tira a polpa e põe dentro do saco, ajeita tudo e vende para essas pessoas. E o resto divide entre nós mesmos, família. Um pouco para cada.

Uixi, que também dá muito, nós trazemos, divide com a família e manda para Manaus também. Nós trazemos também para os vizinhos, que o pessoal já encomenda da gente, tem pessoas que encomendam para nós trazerem. Então nós juntamos e trazemos. Às vezes nós vendemos, mas nessa área aqui dos vizinhos nós dividimos mesmo. Minha tia aí atrás, que mora aí para trás, nós dividimos.

SCHWADE: E tem alguns que dividem coisas com vocês também, coisas que eles trazem do interior?

P20 – Bom, a minha tina, que mora aí para o interior, sempre que ela vem, traz. Traz jerimum, às vezes melancia, milho, que ela dá para a mamãe. Mas é difícil ela vir. Então sempre ela traz banana, que dá muito para lá também, sempre ela manda e nós vamos pegar no barco.

SCHWADE: A farinha que vocês consomem toda vem do sítio?

P20 – Não, lá nós plantamos e tem que esperar seis meses para colher. Então a gente não vive só daquela farinha, nós também compramos farinha de fora para a nossa família.

SCHWADE: E conseguem de alguns amigos também ou como é a relação de compra?

P20 – Lá, nem todo mundo planta para fazer farinha. Mas quando nós fazemos a nossa plantação, a gente divide com a minha tia que vai, que mora ali no Jauary 2, ela vai, ela e o esposo dela, a minha tia que mora aí atrás também, a mamãe, o papai, os meus irmãos que vão ajudar lá. Então nós fazemos uns três sacos, quatro sacos (de 60 litros cada saco).

SCHWADE: Vai todo mundo para fazer farinha?

P20 – Vai todo mundo para fazer farinha. E quando apronta aí, divide, dá um saco para cada um da família. É assim, há essa divisão.

Entrevista realizada no bairro do Jauary, Itacoatiara, em dezembro de 2014.

Para sintetizar o que foi exposto na presente secção, pontuam-se alguns dos aspectos indicando as entrevistas onde apareceu de maneira mais clara:

- Muitas famílias, que vivem na cidade, têm a economia baseada majoritariamente em atividades no interior (entrevistas 01, 02, 04, 11).
- Para outras tantas famílias os recursos do interior complementam a economia (03, 05, 09, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 20).
- Diante da precariedade e instabilidade dos trabalhos remunerados na cidade, muitas pessoas buscam no interior recursos que garantem ou complementam o abastecimento de bens necessários à vida (entrevistas 09, 15, 19, 20).
- As relações econômicas com o interior podem se modificar ao longo do tempo, com indivíduos passando de atividades rurais para urbanas e de urbanas para rural (entrevistas 02, 07, 15, 19). Os ciclos econômicos influenciam nas estratégias.
- Muitas famílias se mantêm com as atividades econômicas de alguns de seus membros na cidade e outros no interior, estabelecendo assim complementaridade (entrevistas 04, 12, 17).
- Os “agrados” aparecem como prestações e contraprestações de sistemas que favorecem o acesso a bens de consumo e, apesar de não haver a exigência da busca por equivalência de valores e de não haver obrigação explícita de retribuição, em muitos casos o sistema se estabelece em sólidas e extensas redes (entrevistas 03, 04, 05 e 19). O funcionamento e manutenção são garantidos pelas obrigações morais que os participantes assumem e pelos laços afetivos que retroalimentam o sistema.
- As relações de parentesco são parte importante da manutenção de vínculos com o interior e do acesso a produtos (01, 03, 04, 05, 06, 09, 20).
- Nem sempre vir para cidade deve ser tratado como êxodo rural. Em muitas famílias o que acontece é mobilidade cidade-interior, onde se mantêm domicílio e atividades em ambos (04, 12, 16, 19) ou domicílio na cidade, mas com muitas relações com o interior.
- Nos casos encontrados, que efetivamente se nota que há êxodo rural, ele deve ser tomado como processo e não como evento marcado apenas pela transferência do domicílio do campo para a cidade (entrevistas 06 e 07).

- Na maioria dos casos o motivo da vinda para a cidade não é de ordem estritamente econômica, sendo a busca pela oportunidade de acesso à escolarização o motivo mais frequente, apontado em 13 casos embora esse fato não tenha sido mencionado nos trechos selecionados na maioria das entrevistas. Dos 6 (seis) casos restantes, 3 (três) são os domicílios onde se encontram famílias que estão na cidade há várias gerações, e dois não explicitaram os motivos e apenas um explicitou que veio para a cidade efetivamente em busca de trabalho (entrevista 15).
- A escolarização aparece como elemento que promove e colabora para o êxodo, tanto por aparecer entre as principais justificativas para o estabelecimento de domicílio na cidade quanto por se constituir em elemento de ruptura na transmissão de conhecimentos sobre os ecossistemas locais acumulados ao longo da milenar ocupação humana da Amazônia, quase sempre transmitido de forma oral, e que permitiu a vivência das populações em contato com a natureza.

A importância do interior para os moradores de Itacoatiara não se restringe a questões estritamente econômicas. Há também questões de ordens imateriais. É o que será apontado no tópico seguinte.

### **3.3. Riqueza oculta e as coisas que não dão para transportar na canoa**

Antes de seguir, cabe retomar algumas proposições feitas no Capítulo 1. Lá se apontou para a existência de *riqueza imaterial*, fruto das práticas e domínios da vida social: que ampliam e diversificam os valores contidos nos bens a partir da atribuição e incorporação de significados culturais e simbólicos; que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer, celebrações, formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e que transformam lugares em proporcionadores de satisfação.

Pois bem, nas entrevistas podem ser identificados vários elementos que corroboram com essas proposições. Em relação aos fluxos de produtos entre cidade e interior, nota-se que os produtos podem carregar consigo mais que suas características materiais e, de acordo com a forma que o fluxo acontece, o produto adquire diferentes conteúdos metafísicos. Por exemplo, os produtos que chegam via

redes de “agrados” têm importância maior que apenas seus aspectos estritamente econômicos. Eles colaboram para a construção de laços de amizade e colaboração, alianças políticas e afirmação de identidade. Esses valores aparecem no contexto sociocultural específico e não podem ser incorporados integralmente como valor de troca quando coisas e objetos se convertem em mercadorias.

Não se pode negar a importância que os circuitos de mercado têm na economia local, mas também não se devem negligenciar os demais circuitos existentes. Esses outros circuitos, além da importância econômica dos fluxos, favorecem para que junto e por meio das redes de intercâmbio de produtos estabelecidas pelos moradores do bairro do Juary se estabeleçam redes de solidariedade e afetividade de grande relevância na vivência dos sujeitos.

Os espaços também estão sujeitos à incorporação de diferentes valores. É no encontro dos sujeitos com o espaço, pelo uso, que esses valores se concretizam e com o constante e repetido uso é que valores não materiais se acumulam.

Nas seções anteriores deste trabalho ficou claro que a maioria dos moradores constrói suas espacialidades para além da cidade. Nesse processo, os espaços fora da cidade assumem importância maior que apenas a função de *locus* da produção. É sintomático nesse sentido que os entrevistados, quando perguntados o que o interior ou o sítio, quando a família possui sítio, representa para a família, todos afirmaram que era lugar de descanso, de paz e/ou de lazer. Normalmente esses aspectos eram destacados antes de se referir ao interior como local de produção. No Quadro 3.18 são apresentados alguns trechos das entrevistas que demonstram que o interior é mais que local da produção.

**Quadro 3.18:** O que o interior representa para moradores do Juary

P06: O interior, para quem mora no centro urbano, acaba sendo uma forma de fugir do seu cotidiano, de fugir dos problemas etc., de passar um pouco de tempo perto do rio, da floresta e sozinho, ou então ali se confraternizando com pessoas.

P05: Para mim é um lugar de tranquilidade, onde você fica mais tranquilo, fica mais despreocupado de negócio de assalto, de acidente de trânsito. É um lugar onde a gente vai para relaxar. Ficar mais tranquilo ali com a família. Um lugar para fugir da rotina do trabalho.

P12: Do meu ponto de vista representa uma paisagem diferente. Quando você vai para o interior, você se sente bem, você respira um ambiente natural, o ar, a natureza. Nas pessoas você sente a simplicidade, a comunidade, você sente segurança, se sente

protegido até, como ele falou, você pode dormir até com janela aberta. E na cidade você vive numa cidade de pedras, onde as pessoas estão mais preocupadas com o individualismo, em busca do seu eu, não em busca do ser humano. A maioria das pessoas constrói muros bem altos, se isolam, ficam numa segregação, se isolando com o próprio medo, às vezes por segurança, às vezes com medo até de seus vizinhos. O vizinho pode estar até morrendo do lado que não vai socorrer por medo. Para mim, a zona rural transmite paz, tranquilidade, só que é uma vida sofrida porque não tem aquele apoio governamental, não tem aquele poder público em cima, infelizmente só é visto no período eleitoral.

P01: O sítio representa o que tem vontade de ter, de plantar as coisas para progredir. Plantar as plantas da várzea, que é o milho, que é a melancia. [...] O interior também é lugar de diversão.

P01.1: No interior é bom por causa do descanso também, a preocupação que não tem preocupação; e aquelas brigas que tem, e no interior a gente já fica mais tranquilo.

SCHWADE: Então mesmo morando na cidade é importante ir ao interior?

P01: É importante ir para o interior sim. Assim que nós fazemos aqui: quando a gente tá com a cabeça muito cheia, no final de semana, às vezes eles não estão trabalhando, a gente vai embora pra lá, passa o dia pra lá.

P04: O sítio é muito importante! Que de lá a gente colhe, a gente cuida; meu irmão tem um gado pequeno, mas tem lá; e tem lago, papai pesca. E é assim, é um lugar muito valorizado porque a gente nasceu e se criou lá.

Nós gostamos de ir lá porque é um lugar que te chama a atenção, por causa de trazer um dia de tranquilidade, uma semana, ou vai refletir, ou vai respirar um ar mais puro e é diferente da cidade.

Todos os nossos filhos gostam de estar no interior! Gostam demais. Eles ficam aqui para estudar. A escola de lá é um pouco mais fraca, não tem as séries que as crianças estão estudando. Aí a gente tem que estar aqui. Mas final de semana nós vamos para lá.

[...]

P04: Nós temos o sítio como um valor muito grande, porque foi dos princípios da família e veio sobrando para os que estão. [...] E valoriza também porque no interior a gente tem mais sossego, a gente pode dormir bem, acordar bem, não tem aquele sufoco, aquela agonia no interior. A gente tá lá naquela hora, vai por ali, vai num canto, vai ver uma coisa, vai ver outra, está assim bem, bem balanceado. E na cidade temos uma vida estressante. Lá no interior tem também, mas é menos. Então é por isso que é um valor muito grande o interior.

P10: A maioria das vezes eu só vou visitar os meus pais, passar o dia lá, relaxar um pouco a mente da cidade, é mais tranquilo. Eu gosto de estar por lá. Tanto que sempre que eu posso, eu vou. Gosto por esse motivo de sair um pouco da cidade. Aqui é sempre um pouco mais corrido. Lá dá para relaxar a mente.

O sítio representa para mim um lazer, porque nós nos criamos lá, então quando a gente quer se desestressar, vamos para lá. Eu acho muito legal. Na verdade esse sítio é do meu avô. Aí os filhos foram fazendo casa lá e tendo filhos. Praticamente nós nos criamos lá, aí eu não consigo me ver fora dali. Eu tenho minha casa aqui, mas não consigo me ver, olhar aquilo e pensar “pô, isso aqui foi nosso” e não puder ir lá. Então representa muita coisa para mim.

P11.2: Eu sou apaixonado pelo interior. Eu gosto que quando eu estou lá, eu não quero vir para cá. Porque lá, a comida de lá a gente come, pega o peixe no lago, não vai para a geladeira, é direto do lago para a panela, para fazer assado. E é uma comida gostosa lá no lago. Eu tenho problema de pressão e lá tem o remédio. Quando eu vou daqui, eu vou atacado de pressão. Eu chego lá, vou direto para o pau; tiro, ponho dentro de uma garrafa e boto na caixa de gelo. De lá eu só fico tomando.

P14: Ah! Eu gosto. Assim, hoje eu não penso em morar lá. Mas ir passear eu adoro, sinto muita saudade. Os dias que eu passo lá é bom demais. Mas para passeio, para passeio, não mais para morar.

Foi o lugar que eu me criei. Eu me criei na roça, eu cresci na roça, trabalhando no campo, tirando leite de vaca, fazendo queijo, roçando, plantando plantações de maracujá, melancia, essas coisas. Aí por isso eu acho, devido eu me criar naquela rotina, hoje eu gosto de lá, e sinto saudade também. Era ruim, mais hoje eu sinto saudade.

P16: Eu gosto sim. Lá é muito tranquilo. A cidade você já viu, você não pode sair para cá, pode até sair, mas sempre, sempre com medo. Lá não, a gente está tranquilo, não tem tanta zoada, a casa é boa, é muito tranquilo. Eu ainda tenho vontade de voltar para lá, eu já falei para os meus filhos. Eles falam 'não, pai, não adianta mais'. Porque é muito atrasado o interior. Era, né, de certos tempos que foi melhorando, depois que inventaram as comunidades é que evoluiu mais os estudos das crianças, mas muitos estudaram só aquele tantinho, agora não, se esses meus filhos aqui não tivessem saído, tinha uns três que já estavam quase formados. Tem uns que pararam por causa de trabalhar, arrumaram família.

P19: O que eu gosto mesmo do interior é lazer. Você de manhã vai para a igreja, você reza. De tarde você vai para o campo e joga bola, quem bebe fica tomando uma cerveja, quem não bebe, quando é dia de domingo, eu acho muito bonito ver aquelas famílias reunidas, aí tem um aniversariando: vamos fazer uma surpresa para fulano. Reúne a comunidade todinha, cem, duzentas pessoas, de repente o bolo uma pessoa dá, cada uma pessoa leva. Eu acho aquilo uma coisa muito fraterna, eu acho aquilo muito bonito. A coisa que eu mais me amarro no interior é isso, é a unidade do povo. Não é como o pessoal aqui, que se fizerem um aniversário não tem a cerimônia de dizer, eles não convidam. Lá, vamos supor, se for fazer uma surpresa, 'rapaz, vamos fazer uma surpresa para fulano', passa um mensageiro por um lado e outro do rio. Quando é de noite se vê o tanto de gente que tem lá. Um traz um bolo, um traz uma torta, um traz um pudim, um traz uma galinha assada, junta come cem, duzentas pessoas.

Compilação de entrevistas realizadas entre os meses de novembro e dezembro de 2013.

Sob os espaços fora da cidade são criados, recriados e transmitidos valores que estão além das possibilidades de produção de mercadorias. Esses valores só podem crescer a partir da vivência cotidiana da população local, do encontro constante dos sujeitos com espaços, coisas e objetos. Quando o espaço é transformado em mercadoria, ele não consegue manter todo o seu valor imaterial, uma vez que não se trata de valores transferíveis em curto prazo, alguns sequer podem ser transferidos. Um local que é valorizado por uma família por fazer parte da sua história não será valorizado da mesma maneira por terceiros. Os detalhes lúdicos e simbólicos de uma paisagem se acumulam com a vivência e também dificilmente poderiam ser transmitidos como valor de troca.

Os valores imateriais crescem especialmente quando há o sentido de colaboração, partilha e de pertencimento, pois a maioria desses valores não podem ser alienados dos sujeitos e transferidos a terceiros.

Além disso, como suporte para a conquista, a cidade de Itacoatiara foi construída na perspectiva do favorecimento da espacialização do capital e com pouca atenção às necessidades das populações locais, como exposto no Capítulo 2. O crescimento rápido e desordenado que se deu especialmente a partir da década de 1970 fez com que a cidade apresente muitos problemas como precárias condições de moradia, poucos espaços públicos e muitos conflitos. Nesse sentido o interior aparece como possibilidade de fuga dos problemas e dos conflitos cotidianos. Os sítios representam a possibilidade de reencontro com a família e a história, local de lazer e de descanso.

A paisagem do interior ganha especial importância na história das pessoas do local na conjuntura amazônica onde a história instituída a partir da exploração de seus recursos para atender demandas externas ofuscou e denegriu a história das populações locais.

Fato que comprova é que as pessoas não falam de suas origens a não ser que ela possa ser relacionada com o de fora. Durante as entrevistas muitos moradores falavam de ascendentes que vieram de outras partes do país e do mundo, como do Nordeste ou de Portugal, mas nada falavam dos ascendentes locais. A história das mulheres acaba sendo a mais oculta, pois quase sempre são de origem indígena.

Os contingentes populacionais trazidos ou atraídos pelos ciclos de exploração de recursos como a borracha sempre foram em sua maioria composto por pessoas do sexo masculino. Houve, durante a história colonial, até o incentivo para que houvesse casamento com mulheres nativas. Mas na história contada pela maioria das pessoas há quase sempre uma lacuna. Em todas as entrevistas se fez perguntas sobre a origem das pessoas. Muitos não sabem mais que alguns fatos uma geração para trás, a geração dos seus pais. Os que contam de suas origens duas ou três gerações para trás apenas lembram o ascendente que veio de fora. Para alguns é possível que tenham suas origens realmente inteiramente em migrantes, mas na maioria dos casos ficam lacunas: só sabem a origem do pai, ou só de um avô que veio de fora. Há amnésia coletiva sobre a história das avós. E quando se insiste, entre as poucas informações que às vezes aparecem é que era “uma mulher braba”, “uma índia”. Uma entrevista é especialmente ilustrativa. O entrevistado, perguntado sobre sua origem, falava que seu pai era nordestino e, por

mais que se questionou sobre a história da mãe, só informou que “era uma cabocla baixinha e braba”.

Retomando a ideia de que a língua é “a canoa do tempo” (BESSA FREIRE, 2008), essa falta de memória deve ser relacionada também aos processos de perda das línguas indígenas, pois grande proporção da população de Itacoatiara é formada por descendentes dos povos indígenas falantes de diversas línguas e que foram obrigados a deixar de se comunicarem em suas línguas no processo de invasão de seus territórios no período colonial, passando para o nheengatu e posteriormente para o português.<sup>64</sup> Esse fato dificultou a comunicação entre gerações e inviabilizou a transmissão de diversos conhecimentos e da memória do passado visto que se tratava de povos “independentes de escrita” (BESSA FREIRE, 2008). Os novos já não entendem o que falavam os velhos, os netos não podiam se comunicar com os avós e por isso a memória daqueles não foi repassada para estes. A memória que restou é: “minha avó era índia braba”, o que talvez possa significar que a avó não sabia o português e por isso era incompreendida pelo neto e o neto, por sua vez, não a compreendia.

Atualmente o processo de escolarização com pouca atenção para os conhecimentos, linguagens e histórias dos povos amazônicos se constitui em mais um capítulo de destruição da memória dos povos e populações locais.

Mas na paisagem permanecem registros, elementos da história. E ir para o interior é ir ao encontro dessa história ofuscada. Ao encontrar registros na paisagem, a origem indígena se revela. São os topônimos, os mitos, os lugares onde se passou alguma história que a mãe ou a avó contaram, ou que a mãe contou que a avó contou.

A vida cotidiana, o uso do espaço pela população local está, assim, em permanente confronto com a agressividade dos processos de construção do espaço a partir da perspectiva que olha para a natureza da Amazônia como mera fornecedora de matérias-primas e para as pessoas apenas como força de trabalho. A perspectiva da exploração tem sido imposta desde os primórdios do processo de colonização europeia e se renova com os ideais de desenvolvimentismo econômico.

---

<sup>64</sup> A obra *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia* (BESSA FREIRE, 2004) constitui-se em importante obra para entender esse processo.

Paradoxalmente, a busca incessante por desenvolvimentismo econômico, movido por metas abstratas de infinita riqueza material na forma de mercadoria, tem em muitos casos colaborado para o empobrecimento de populações locais na medida em que promove a destruição dos valores de uso acessados por essas populações. Por exemplo, com a privatização dos espaços dentro e fora da cidade. Muitos espaços de uso coletivo como balneários e castanhais têm sido destruídos por não poderem ser convertidos em mercadorias, uma vez que a lógica de uso e de direito de apropriação estabelecido pelas populações locais não se subordinam à lógica de mercado.

Mas, apesar da possibilidade de passar despercebido por quem olha na perspectiva economicista, o acesso a espaços fora da cidade é fundamental para a criação de valores de uso pelas populações do bairro do Jauary. A riqueza criada a partir desse encontro do homem da cidade com espaços ao redor da cidade vai além da busca por produtos. Ela passa também pelas práticas e domínios da vida social e cultural, entre elas as simbólicas, afetivas e relacionadas à criação de identidades, portanto é também fonte de riqueza imaterial.

## Considerações finais

O processo de conquista e colonização europeia introduziu na Amazônia novas formas de construção de espacialidades que não se subordinam aos interesses e necessidades das populações locais. Essas novas especialidades se orientam por concepção de riqueza *em si* e não como acúmulo de valores de uso que atendam às necessidades das pessoas do local. Elas deram suporte para processos de domínio e expropriação. Para tanto, introduziram novo modo de produção avançando de forma avassaladora sobre as populações locais e suas formas pretéritas de produção de espacialidades, destruindo, subjugando e explorando sempre que possível.

Apesar de terem sido postas à “sombra” desse processo, as pessoas do local resistem e constroem sua vivência. Esses sujeitos sociais se fortaleceram na medida em que se avançou em tomar as pessoas como dado filosófico e centro das preocupações.

Ainda assim muitos elementos impedem o avanço da percepção das pessoas como sujeitos e da necessidade de perceber que a economia e as concepções de desenvolvimento devem se pautar na busca por criar as condições para a satisfação desses sujeitos. Nesse sentido, na Amazônia torna-se necessário superar os paradigmas da *exploração*. Isso significa deixar de perseguir prioritariamente metas abstratas de transformação de recursos naturais em valores monetários para focalizar a criação e apropriação de valores de uso. Riqueza precisa ser entendida como o conjunto de elementos que possibilitam o bem viver e não como abstração que vale por si mesma.

Não se trata de se opor à economia de mercado e sim de se posicionar contra uma economia que não olha para as pessoas. Mercado e todas as demais estratégias econômicas devem estar subordinadas ao bem-estar das pessoas para lhes propiciar o acesso a valores de uso.

Desse modo, as diferentes estratégias criadas pelas populações locais foram levadas em conta integralmente no presente trabalho, pois essa diversidade proporciona possibilidade sempre renovada de criação de riqueza. Nesse sentido,

torna-se imprescindível conhecer a prática da vida e a existência de todos, o que se acredita que a presente dissertação contribui.

No caso da Amazônia, atualmente as cidades se constituem como *locus* privilegiado da vivência e das lutas da maioria das pessoas. Apesar disso a pesquisa revelou que a maioria da população do bairro do Juary a alarga e/ou mantém suas espacialidades para além dos limites da cidade. Pode-se inferir que esse fenômeno ocorre em todas as pequenas e médias cidades amazônicas e inclusive com alguns grupos que têm domicílio em cidades grandes. Na construção de espacialidades de grande parcela da população de cidades como Itacoatiara não há divisão territorial do trabalho clara de forma que se possam delimitar fronteiras entre campo e cidade. Cidade e campo se entrelaçam, o que faz com que a oposição dessas categorias encontre limites para a descrição da organização do espaço no município. Campo, que neste trabalho foi considerado como interior, e cidade são espaços entrelaçados que se fragmentam ao tempo em que se articulam, abrindo possibilidades que vão ao encontro da realidade permeável.

As dicotomias urbano-rurais e cidade-campo aparecem nos contextos em que os espaços são submetidos ao domínio economicista em busca de riqueza em si, desconectado das necessidades das pessoas do lugar. Nessa perspectiva são entendidos como simples localização de fenômenos, como o da exploração de recursos e da produção rural, no caso do campo, ou da indústria na cidade.

A compreensão das relações da população das cidades com os espaços do interior contribui para a superação do olhar que reduz a Amazônia à simples localização de recursos a serem explorados, revelando-a como espaço de uso, de produção de satisfação, de vivência, enfim, como possibilidades sempre renovadas de realização da vida.

Superar a ideia de simples fonte de recurso, de *El Dorado* a ser saqueado, é condição indispensável para a construção da sustentabilidade e para a manutenção e ampliação das possibilidades de satisfação material e imaterial, objetivas e subjetivas das populações locais.

Nessa mesma rota é necessário contrapor a falsa ideia de esvaziamento do interior que justifica agressões e destruição de formas de apropriação e uso que fogem aos interesses do capital. Mesmo que a maioria dos domicílios dos habitantes

da Amazônia esteja na cidade, o interior continua sendo importante espaço de vida e possibilidade de criação e manutenção de valores econômicos, simbólicos e afetivos, além de ser depositário da história das populações locais, muitas vezes ocultada em favor da história de interesses exógenos, incluindo o da espacialização do capital.

A presente pesquisa deixa evidente que não há esvaziamento do espaço da Amazônia. Não se trata de um vazio humano. A ideia de vazio e de esvaziamento apenas se sustenta na falta de consideração das formas próprias de apropriação e uso das populações locais e na negligência que representa não reconhecer integralmente os indivíduos dessas populações como sujeitos. A negação das formas próprias de construção das espacialidades justifica, também, sistemática negligência e por vezes o combate aos conhecimentos construídos pelas populações locais ao longo do tempo e repassados por meio da oralidade de geração a geração, e que permitem a construção de vivência em contato com a natureza. Dessa maneira empurram a população para o êxodo rural, que deve ser entendido como processo de perda dos elementos que possibilitam as relações com o interior, e não como simples construção de casa na cidade.

O acesso ao interior, para a maioria dos moradores do Jauary, como exemplo, ocorre principalmente na perspectiva do uso. Mas as diferentes maneiras de construir espacialidade a partir do uso constantemente entram em conflito com a perspectiva de exploração dos recursos a fim de convertê-los em mercadorias. Desde o início do processo de colonização portuguesa a lógica da exploração dos recursos a fim de convertê-los em mercadoria tem se confrontado com as demais formas de construção de espacialidades. O grande problema é que a exploração dos recursos para criação de mercadorias frequentemente não se subordina aos interesses das populações locais e não há a preocupação com a manutenção da capacidade de geração de valores de uso para a população que aí constrói sua vivência. Com isso a economia do município de Itacoatiara tem passado por ciclos exploratórios onde as pessoas são incluídas apenas como força de trabalho.

Apesar da importância que a exploração de recursos naturais, como a madeira, representa para a economia dos moradores de Itacoatiara, a economia cotidiana dos moradores não se restringe à sua participação na exploração desses recursos. A economia dos moradores da cidade de Itacoatiara é composta também

por sistemas de troca e intercâmbios, as redes de “agrado” e a produção para autoconsumo. O acesso e a apropriação de espaços fora da cidade aparecem como condição fundamental para o bem-estar dos moradores da cidade, portanto é parte de sua economia.

O fato de não se considerar essa pluralidade de estratégias econômicas dificulta a articulação de esforços no sentido de criar condições para a melhoria das condições de vida da população. Por um lado, os resultados da exploração de recursos destinados à exportação virtualmente evaporam passado o *boom* e o frenesi que causou a exploração de determinado produto. O crescimento da economia é efêmero e muitas vezes é apenas aparente, por isso não se sustenta. No instante seguinte ao *boom* as condições de vivência tornam-se consideravelmente precárias até que antigas estratégias se fortaleçam e novas sejam estabelecidas.

É necessário reconhecer a pluralidade de estratégias, assim será possível avançar e articular as possibilidades, e o primeiro passo é reconhecer que o acesso e a apropriação de coisas, objetos e do próprio espaço do interior é parte da vivência das pessoas para além das necessidades estritamente econômicas. O interior aparece também como espaço de construção de valores culturais, como elemento de construção e afirmação de identidade e como depositário de memória das populações locais.

Ao reconhecer a pluralidade de estratégias, será imediata a relativização dos dados que apontam que a maioria da população amazônica é formada por pessoas pobres e miseráveis. Será possível superar a incidência de pobreza subjetiva, o que, por sua vez, é imprescindível para superar também a incidência de pobreza objetiva, uma vez que, num ambiente rico como é a Amazônia, a existência de pobreza não pode ser atribuída a fatores naturais, mas a fatores sociais e psíquicos deles decorrente.

Ana Fani Alessandri Carlos (2007, p. 11) sustenta que é necessário superar a ideia de cidade reduzida à simples localização dos fenômenos. Quando se trata da população do Jauary, essa ideia deve ser estendida para os espaços fora da cidade, pois o espaço urbano e o interior apresentam sentido profundo, revelando-se condição, meio e produto da ação humana – pelo uso – ao longo do tempo. Por isso,

é necessário superar a ideia que fragmenta o espaço em campo e cidade e reduz o campo à simples *locus* da exploração de recursos. Cidade e interior perpassam a vida humana em todas as suas dimensões, – de um lado, enquanto acumulação de tempos, e de outro, possibilidade sempre renovada de realização da vida.

A pesquisa aponta para o fato de que em Itacoatiara as espacialidades construídas pelos sujeitos ultrapassam os limites da cidade e suas estratégias econômicas vão além dos circuitos de mercado. Além disso, ficou evidente que a construção de riquezas não se limita à criação de valores econômicos, pois a satisfação da população passa pela produção e apropriação de valores de uso a partir de elementos materiais e imateriais, objetivos e subjetivos na cidade ou no interior.

## Referências

ACUÑA, Pe. Cristóbal de. *Novo descobrimento do Rio Amazonas*. Coleção Orellana, vol. 8. Montevideo: Coedición Consejería de Educación de la Embajada de España en Brasil; Oltaver S. A. Buenos Libros Activos, 1994.

ALHO, Milke Cabral. *Uma análise político-econômica de desenvolvimento no município de Itacoatiara (AM)*. Dissertação de mestrado. Manaus: PPGDR/Ufam, 2009.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

AMARANTE, Cristine Bastos do; SILVA, Jesiel Cardoso Furtado da; SOLANO, Flávio Alípio Rodrigues; NASCIMENTO, Lidiane Diniz do; MORAES, Lucélia Gonçalves; SILVA, Giovana Figueiredo; UNO, William Satoshi. “Estudo espectrométrico das folhas da aninga (*Montrichardia linifera*) coletadas à margem do rio Guamá no campus da UFPA, Belém-PA. Uma Contribuição ao Estudo Químico da Família *Araceae*”. In: *Revista Científica da UFPA*, vol. 7, n.º 1, 2009. Disponível em: <http://www.ufpa.br/rcientifica>. Consulta realizada em 29 de maio de 2014. Belém: UFPA, 2009.

AMAZONAS. *Lei Complementar do Amazonas n.º 52 de 2007*. Disponível em <http://pt.wikisource.org/>. Consulta realizada em 21/4/2014 (2007a).

\_\_\_\_\_. *Lei Complementar do Amazonas n.º 59 de 2007*. Publicada no Diário Oficial do Estado do Amazonas, número 31.251, ano CXIV, de 27 de dezembro de 2007 (2007b).

ARAÚJO, Renata Malcher de. *As cidades da Amazônia no século XVIII*. Porto: Universidade do Porto, 1998.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. *Guia para pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos*. Tradução de Sérgio Joaquim de Almeida; revisão da tradução de Henrique Caetano Nardi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BEMOL. *Quem somos*. Disponível em <http://www.bemol.com.br/>. Consulta realizada em 3 de maio de 2014.

BESSA FREIRE, José Ribamar. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.

\_\_\_\_\_. “A canoa do tempo: Tradição oral e memória indígena”. Artigo revisado e atualizado em 2008, a partir da versão original. In: Salomão, Jayme (dir.). *América: Descoberta ou Invenção. 4.º Colóquio Uerj*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 138-164. Disponível em [www.taquiprati.com.br](http://www.taquiprati.com.br). Consulta realizada em setembro de 2014.

\_\_\_\_\_. (coordenador); PINHEIRO, Geraldo P. Sá Peixoto; TADROS, Vânia Maria Tereza Nova; SANTOS, Francisco Jorge dos; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo;

COSTA; Hideraldo Lima da. *A Amazônia no período colonial (1616-1798)*. Manaus: Departamento de História da Fundação Universidade do Amazonas, 1987.

BROWDER, John O.; GODFREY, Brian J. *Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira*. Manaus: Edua, 2006.

CARDOSO, Fernando Levi. *Toponímia Brasílica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1969.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O Espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: FFLCH, 2007.

CASTRO, Laura Miranda de; SCHWADE, Michéli Carolini de Deus Lima. *A toponímia na Região do Rio Amazonas: Itacoatiara, Itapiranga e Uruará*. Artigo apresentado como requisito para a avaliação da disciplina Sociolinguística, ministrada pela professora Dr.<sup>a</sup> Sandra Campos, em dezembro de 2012.

CITY LAR. *Nossa história*. Disponível em <http://www.citylar.com.br/>. Consulta realizada em 3 de maio de 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. "Espaço: um conceito-chave na Geografia". In: CASTRO, Iná *et al.* *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 15-47.

\_\_\_\_\_. *Estudo sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CRUZ, Valter do Carmo. "O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre identidade ribeirinha na Amazônia". In: *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. TRINDADE JR., Saint-Clair & TAVARES, Maria Goretti da Costa (orgs.). Belém: Editora da UFPA, 2008, p. 49-69.

ENDLICH, Ângela Maria. "Perspectivas sobre o urbano e o rural". In: *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. SPOSETO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 11-31.

ESPLANADA. *Institucional*. Disponível em <http://www.lojasesplanada.com.br/>. Consulta realizada em 3 de maio de 2014.

ESTEVES, Antônio R. "Introdução". In: *Novo descobrimento do Rio Amazonas*. Coleção Orellana, vol. 8. Montevideo: Coedição Consejería de Educación de la Embajada de España en Brasil; Oltaver S. A. Buenos Libros Activos, 1994.

FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. 3.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

FISHBASE. Disponível em: <http://www.fishbase.org/>. Consulta realizada em maio de 2014.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

GRENAND, Françoise; FERREIRA, Epaminondas Henrique. *Pequeno dicionário da língua geral*. Manaus: Seduc/Núcleo de Recursos Tecnológicos, 1989.

HARRIS, Mark. “Presente Ambivalente: Uma Maneira Amazônica de Estar no Tempo”. In: *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (orgs.). São Paulo: Annablume, 2006, p. 81-108.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1945.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Sinopse do Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico 2010: sinopse por setores*. (web site) IBGE, 2013. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Consultas realizadas em: 30 de setembro de 2013 e em 18 de março de 2014. IBGE, 2013.

\_\_\_\_\_. *Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra*. (web site) IBGE, 2014a. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Consulta realizada em 20 de fevereiro de 2014 (2014a).

\_\_\_\_\_. *Cidades@*. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br>. (web site) IBGE, 2014b. Consulta realizada em 25 de fevereiro de 2014 (2014b).

\_\_\_\_\_. *Sinopse do Censo Demográfico 2010*. (web site) IBGE, 2014c. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Consulta realizada em 18 de março de 2014 (2014c).

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). *Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por Estado no Brasil*. Comunicados do Ipea, n.º 58, 2010.

\_\_\_\_\_. *IPEAdata*. (web site) Ipea, 2014. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Consulta realizada em 8 de abril de 2014.

IPHAM (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). *Patrimônio Imaterial*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Consulta realizada em 18 de fevereiro de 2014.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2001.

MARINHO, Thiago Pimentel; SCHOR, Tatiana. “Nos interflúvios do rural e do urbano na Amazônia: o caso de Codajás-Amazonas, Brasil”. In: *Acta Geográfica*. Boa Vista, vol. 6, n.º 11, jan./abr. de 2012, p. 69-81.

MARX, Karl. *O capital*. Livro I, vol. 1 – O Processo de Produção do Capital. 21.ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão de troca nas sociedades arcaicas”. In: *Sociologia e Antropologia*, vol. II. São Paulo: Editora EPU, 1974.

MELLO, Octaviano Augusto Soriano. *Topônimos Amazonenses*. 2.<sup>a</sup> ed. Manaus: Imprensa Oficial, 1986 [1967].

\_\_\_\_\_. *Dicionário tupi-português, português-tupi*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado da Cultura, Ed. Universidade Federal do Amazonas, Universidade do Estado do Amazonas, 2003.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. “O que é o urbano, no mundo contemporâneo”. In: *Revista paranaense de desenvolvimento*. Curitiba, n.º 111, jul./dez., 2006, p. 9-18.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. In: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica ao Rio Negro*. Belém: Museu Goeldi [s/data].

\_\_\_\_\_. *Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)*. Rio de Janeiro, 1984 [versão não editada].

NEPECAB (Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira). Projeto de pesquisa Pronex/Fapeam/CNPq, número 1055/2011 – *Cidades amazônicas: dinâmicas especiais, rede urbana local e regional*. Coordenador Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira. Manaus: Nepecab, 2011.

\_\_\_\_\_. *Relatório de atividades em Itacoatiara: outubro de 2013*. Manaus: Nepecab, 2013.

\_\_\_\_\_. *Relatório de atividades em Itacoatiara: realização de entrevistas no bairro do Jaury*. Manaus: Nepecab, 2014.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. “Amazônia: modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana”. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Série Antropologia, vol.4 (1), julho de 1988. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1988.

OLIVEIRA, Claudemilson Nonato Santos de. *Urbanização no médio amazonas: a importância de Itacoatiara (AM) como cidade intermediária*. Dissertação de mestrado. Manaus: PPGSCA/Ufam, 2007.

OLIVEIRA, José Aldemir & SCHOR, Tatiana. “Das cidades da natureza à natureza das cidades”. In: *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. TRINDADE JR., Saint-Clair & TAVARES, Maria Goretti da Costa (orgs.). Belém: Editora da UFPA, 2008, p. 15-26.

OLIVEIRA, José Aldemir. *Cidades na selva*. Manaus: Valer, 2000.

\_\_\_\_\_. “Cidades, rios e floresta: raízes fincadas na cultura e na natureza”. In: *Cultura popular, patrimônio imaterial e cidades*. Sérgio Ivan Gil Braga (org.). Manaus: Edua, 2007.

OLIVEIRA, Luciana Karoline de Moura de. *(Re)Produção do espaço urbano e habitação popular de Itacoatiara-AM*. Dissertação de mestrado. Manaus: PPGG/Ufam, 2013.

PEREIRA, Guilherme Fernandes. *Os movimentos populares em Itacoatiara: conflitos, lutas e conquistas nas décadas dos anos 1980 a 2000*. Manaus: BK Editora, 2011.

PINTO, Renan Freitas. *Viagem das ideias*. Manaus: Valer, 2006.

PNUD Brasil (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, representação no Brasil). *Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil 2013*. Brasília: PNUD Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. (web site) Consultas realizadas entre janeiro e abril de 2014.

\_\_\_\_\_. *PNUD Brasil – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (web site). PNUD Brasil, 2014 Disponível em: <http://www.pnud.org.br>. Consultas realizadas em abril de 2014.

PORRO, Antonio. *As crônicas do Rio Amazonas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

RIBEIRO, Sylvia Aranha de Oliveira. *E Deus visitou seu povo: História do povo de Deus em Itacoatiara*. Manaus: Edua, 2003.

\_\_\_\_\_. *Mano Jorge: biografia de dom Jorge Marskel*. Manaus: Valer, 2008.

ROSA, Lucelina Rosset; FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. “As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um *continuum*”. In: *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 187-204.

SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional*. 5.<sup>a</sup> edição com prefácio de Frederico Edelweiss. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1987 (1.<sup>a</sup> edição em Brasília, 1901).

SANTOS, Francisco Jorge dos. *Além da conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina*. 2.<sup>a</sup> ed. Manaus: Edua, 2002.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 15.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. “Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no sudoeste paranaense”. In: *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 157-186.

SCHWADE, Tiago Maiká Müller. *Reordenamento Territorial e Conflitos Agrários em Presidente Figueiredo – Amazonas*. Dissertação de mestrado. Manaus: PPGCASA/Ufam, 2012.

SILVA, Francisco Gomes da. *Fundação de Itacoatiara* (1.º volume da trilogia “Itacoatiara 330 Anos”). Manaus: Editora Cultural da Amazônia Ltda., 2014.

SILVA, William Ribeiro da. “Reflexões em torno do urbano no Brasil”. In: *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 65-80.

SOUZA, Aparecida das Graças Claret de; SOUSA, Nelcimar Reis; SILVA, Sebastião Eudes Lopes da; NUNES, Cley Donizeti Martins; CANTO, Acilino do Carmo; CRUZ, Luiz Antônio de Araújo. *Fruteiras da Amazônia*. Brasília: Embrapa-SPI; Manaus: Embrapa-CPAA, 1996.

SOUZA, Márcio. *História da Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2009.

SPÍNOLA, Henriqueta Barbosa. *Itacoatiara: seus bairros, sua história, sua vida*. Itacoatiara, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. “A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade”. In: *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 111-130.

STRADELLI, Emmano. *Vocabulário Português-Nheengatu, Nheengatu-Português*. 2.ª ed. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2014.

THORLBY, Tiago. *A cabanagem na fala do povo*. São Paulo: Paulinas, 1987.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro; SILVA, Marcos A. P. & AMARAL, Márcio D. B. “Das ‘janelas’ às ‘portas’ para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia”. In: *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. TRINDADE JR., Saint-Clair & TAVARES, Maria Goretti da Costa (orgs.). Belém: Editora da UFPA, 2008, p. 27-47.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). *Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. Texto oficial ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo n.º 485/2006. Paris: Unesco, 2005.

\_\_\_\_\_. *Convenção para salvaguardado do patrimônio cultural imaterial*. Paris: Unesco, 2003.

\_\_\_\_\_. *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. Paris: Unesco, 1972.

WHITACKER, Arthur Magon. “Cidade imaginada. Cidade concebida”. In: *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 131-155.

## **Apêndice**

## Apêndice A: Formulário para entrevista



Formulário para entrevista

Título do projeto de pesquisa: Riquezas materiais e imateriais: relações cidade e campo na Amazônia

Nome: \_\_\_\_\_

**1. Relações com o interior:**

**Frequência: S M A**

Tem sítio:	( ) Sim	( ) Não	( )	( )	( )
Frequenta sítios de parentes:	( ) Sim	( ) Não	( )	( )	( )
Frequenta sítios de amigos:	( ) Sim	( ) Não	( )	( )	( )
Vai para festas ou passeios no interior:	( ) Sim	( ) Não	( )	( )	( )
Frequenta balneários:	( ) Sim	( ) Não	( )	( )	( )

**2. Faz algum trabalho relacionado ao interior (pesca, constrói redes de pesca, canoas, é agricultor, faz artesanatos...)**

( ) Sim                      Se sim, qual \_\_\_\_\_  
( ) Não

**3. Relações com parentes do interior**

Mora com vocês algum parente do interior?                      ( ) Sim                      ( ) Não

Parentes do interior frequentam a casas de vocês?                      ( ) Sim                      ( ) Não

Com que frequência? \_\_\_\_\_

**4. Como você consegue produtos regionais como açaí, cará, tucumã, bacaba...**

- ( ) De próprio sítio
- ( ) Recebe em troca de ajuda a amigos ou parentes
- ( ) Ganha de amigos
- ( ) Ganha de parentes
- ( ) Pesca ou extrai algum produto do rio
- ( ) Extrai algum produto da floresta que não de seu sítio
- ( ) Compra na feira ou mercado
- ( ) Não consome produtos regionais

**5. Quando tem problemas de saúde**

- ( ) Vai ao posto de saúde ou hospital
- ( ) Procura conhecedores de plantas medicinais, puxadores, rezador...
- (...) Conhece plantas medicinais e maneiras de se curar
- ( ) outras

**6. Você e sua família estariam dispostos a colaborar fornecendo dados para uma pesquisa que investiga as relações entre cidade e interior na Amazônia?**

Sim ( )                      Não ( )

Se sim, poderia fornecer seu endereço e contato para lhe contarmos posteriormente?

Telefone: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Pesquisador: \_\_\_\_\_

## Apêndice B: Roteiro gerador para entrevista semiestruturada

## Roteiro gerador para entrevista semiestruturada

Título do projeto de pesquisa: Riquezas materiais e imateriais: relações cidade e campo na Amazônia

Trajetória – cidade – interior – cidade

1. O senhor(a) veio do interior? Quando chegou à cidade? Por que veio?
  - i. Seus pais, de onde vivem? De onde são?
  - ii. Seus avós maternos, de onde são?
  - iii. Seus avós paternos, de onde são? (falar um pouco sobre eles)

Relação direta com o interior

2. Qual é a sua relação com o interior?
  - a. E qual a relação da sua família com o interior?
    - i. Você vai para o interior com frequência?
    - ii. Seus familiares, que vivem com você, vão com frequência para o interior?
3. Você exerce alguma atividade econômica no interior?
  - a. E seus parentes, que moram com você, exercem alguma atividade no interior?
4. Vocês gostam de sair da cidade? Por quê?

Relação com parentes do interior

5. Vocês recebem parentes do interior? Eles trazem alguma coisa para vocês? O quê?
  - i. Se mora: falar sobre a relação.

Relações com o espaço

6. Vocês têm sítio ou propriedade no interior?
  - i. Se sim, comente um pouco sobre esse espaço.

Como os produtos chegam à casa

7. Podemos falar sobre alguns produtos do interior que chegam para vocês?

- i. Pensar junto com os moradores 5 a 10 produtos e fazer um mapeamento da maneira que cada um desses produtos chega até eles.
  1. 2 frutas
  2. Peixe
  3. Coisas do mato
- ii.
- iii. Recordar algumas refeições dos últimos dias.

#### Sobre o bairro e a cidade

8. Me fale um pouco sobre o bairro do Jauary desde sua chegada para morar aqui.
  - i. E sobre a cidade de Itacoatiara.
  - ii. Descrever o ambiente do bairro em sua volta.
    1. Onde moram seus parentes aqui?
    2. Quem mora à sua volta?

#### Sobre a escola e o interior

9. Você tem filhos na escola?
  - i. Aprofundar questões escola-interior-bairro.

Apêndice C: Termo de consentimento livre e esclarecido – (tcle)



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – (TCLE)

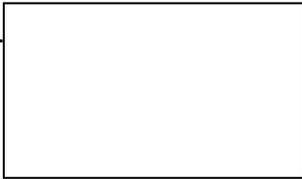
Título do projeto de pesquisa: Riquezas materiais e imateriais: relações cidade e campo na Amazônia

O Senhor ou a Senhora está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada:

“Riquezas materiais e imateriais: relações cidade e campo na Amazônia”, cujo objetivo é identificar, enumerar e analisar as formas de constituição, funcionamento e manutenção das redes de fluxos de bens materiais e imateriais entre cidade e o interior no município de Itacoatiara por meio da descrição das relações estabelecidas pelos habitantes da cidade, assim como suas formas de apropriação de coisas e espaços.

Após ser esclarecido(a) sobre as informações que serão explicadas a seguir e no caso de aceitar participar da pesquisa, peço que assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma ficará com o(a) senhor(a) e a outra com o pesquisador responsável.

1. Sua participação não implicará em riscos ou prejuízos, não havendo, portanto, danos moral ou material e deixo claro que qualquer dano advindo da pesquisa será minimizado.
2. Seu direito de privacidade, ou seja, que é assegurado a não divulgação de seu nome ou sobrenome. Para autorizar a utilização dos dados colhidos na pesquisa, o(a) senhor(a) precisa assinar este termo de consentimento, permitindo, assim, que os resultados obtidos na pesquisa possam ser apresentados em congressos e/ou publicações.
3. O(a) senhor(a) tem a garantia de que receberá respostas a qualquer pergunta e esclarecimentos de qualquer dúvida quanto aos assuntos relacionados à pesquisa. Podendo entrar em contato com o pesquisador: Maurício Adu Schwade, telefone: (92) 9194-5404, ou Nepecab/Ufam: (92) 3305-6774.
4. Sua participação é voluntária, ou seja, espontânea. Portanto, não haverá pagamento ou nenhuma outra forma de gratificação financeira durante sua participação.
5. Você poderá ainda se recusar a participar ou se retirar da pesquisa sem que isso lhe cause dano ou prejuízo.
6. A coleta de dados será feita por meio de entrevistas individuais ou coletivas que serão gravadas, fotografias e filmagens. Você não precisará se expor, podendo falar apenas aquilo que achar conveniente ou necessário.
7. Este termo foi elaborado de acordo com as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos. Atende à Resolução n.º 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde – Brasília-DF.

Eu _____ n.º documento _____	
concordo em participar desta pesquisa. Declaro que fui devidamente esclarecido(a) quanto aos objetivos da pesquisa, seus procedimentos, assim como os possíveis benefícios decorrentes de minha participação.	
Itacoatiara-AM, ____ de _____ de _____	
_____ Pesquisador(a)	
Impressão datiloscópica	